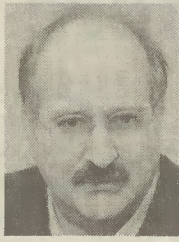


Três notas

Três notas sobre acontecimentos da actualidade nacional e internacional, lembrando o passado a pensar no futuro.



■ **Edgar Correia**

Pág. 18

O EURO 2002

Embora a moeda única, o tal Euro, já esteja nas nossas vidas, está de certo modo escondido atrás dos documentos dos bancos e das bolsas porque só passa a circular, a entrar e a sair dos nossos bolsos, em 2002. Será, então, o Euro 2002!...

■ **Sérgio Ribeiro**

Pág. 19

Acção reivindicativa e negociação colectiva

Prosseguindo a divulgação do Projecto de Programa de Acção da CGTP-IN, publicamos nesta edição excertos do capítulo onde são tratados os temas relacionados com a acção reivindicativa e a negociação colectiva.

Págs. 20 e 21

Heróis, agentes espiões e traidores

A hostilidade profissional dos falsificadores da História para com todos os que, durante a guerra-feira, trabalharam a favor da causa do socialismo e se colocaram, frontalmente, contra o imperialismo, vem de longe.

■ **Manoel de Lencastre**


Págs. 22 e 23

Brasil
Cultura da violência e da submissão

As notícias que hoje retratam a situação do Brasil são péssimas. De nada adiantam os discursos em «economês» feitos pelo governo, pintando de dourado os trança-pés financeiros que balançam as bolsas e fazem duplicar o valor do dólar. (...) Para mal dos meus pecados, estamos no mato sem cachorro!

■ **Zillah Branco**

Págs. 24 e 25



Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 28 de Outubro de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1352 • Director: José Casanova

PCP apresenta na AR

As prioridades dos comunistas

Octávio Teixeira revelou um conjunto de cinco iniciativas que o grupo parlamentar do PCP apresentou na Mesa da Assembleia da República. Cinco projectos que procuram dar solução a problemas imediatos da sociedade portuguesa e concretizar os compromissos eleitorais do PCP – aumento do salário mínimo nacional; aumento das pensões de reforma; reposição da idade de reforma aos 62 anos para as mulheres; redução das taxas de electricidade; garantia da eleição do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação.

Pág. 5



Na Yazaki de Ovar

Centrais

Uma geração com espírito de classe

■ **Isabel Araújo Branco**

EDITORIAL

Lutar, lutar sempre



O grupo parlamentar do PCP anuncia projectos de lei prioritários

RESUMO

20
Quarta-feira

Apurados os resultados da votação dos círculos da emigração, havendo o PS ganho três dos deputados e o PSD um, o partido de Guterres alcança metade dos eleitos da Assembleia da República. ■ O Presidente da República, Jorge Sampaio, inicia visita a quatro concelhos do distrito de Bragança. ■ O Futebol Clube do Porto vence o Real Madrid em mais uma jornada do grupo dos campeões. ■ Um porta-voz de Jacarta anuncia que o novo presidente indonésio, Abdurrahman Wahid, se prepara para escolher o general Wiranto para vice-presidente, enquanto nas ruas continua a violência em protesto por Megawati não ter sido eleita. ■ As Forças Armadas Angolanas ocupam Bailundo e Andulo, expulsando as tropas da UNITA de mais outras dez localidades a sudoeste de Luanda. ■ O actual embaixador japonês em Paris, Koichiro Matsuura, é eleito director-geral da UNESCO.

21
Quinta-feira

Guterres completa a escolha de membros do novo Governo, com poucas alterações significativas. ■ Chega a Lisboa o brigadeiro guineense Ansumane Mané, que se desloca a Portugal para «agradecer pessoalmente» o apoio recebido para a resolução da crise no seu país. ■ O general Wiranto retira a sua candidatura e vice-presidente da Indonésia, lugar que Megawati ocupa. ■ Em Timor, a Interfet reforça a vigilância junto às fronteiras e anuncia que foram detectados movimentos de milícias atravessando as mesmas para o interior. ■ O criminoso francês e antigo colaboracionista Maurice Papon é preso na Suíça e extraditado para cumprir pena de dez anos de prisão a que fora condenado.

22
Sexta-feira

Miranda Calha, ex-secretário de Estado do Desporto vetado pelo nível ministro Fernando Gomes para o mesmo cargo é apontado para a Secretaria de Estado da Defesa. ■ A Associação dos Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro aproveita a visita de Jorge Sampaio para divulgar plano de desenvolvimento e reclamar 360 milhões de contos de investimentos. ■ Xanana Gusmão regressa a Timor e é aclamado em Díli por milhares de timorenses que o aguardavam apesar do secretismo que rodeou a chegada do dirigente. ■ A Interfet entra finalmente no enclave de Oecussi onde prende meia centena de milícias. ■ Jaime Gama assina contrato com um consórcio franco-alemão visando a compra de nove helicópteros ligeiros para o Exército. ■ As autoridades chechenas denunciam ataques das forças russas que teriam feito 137 mortos e 260 feridos em consequência de bombardeamentos por mísseis.

23
Sábado

A fragata portuguesa Vasco da Gama chega a Darwin, onde vai permanecer até receber instruções e autorização para cooperar com a Interfet em Timor. ■ Xanana Gusmão continua a ser rodeado por intensas medidas de segurança que arredam de contactos com a população timorense. ■ O dirigente do PS na

Madeira, Mota Torres manifesta publicamente a intenção de se manter à frente da presidência regional do seu partido e de não se demitir de deputado apesar de se encontrar indiciado pelo Ministério Público no caso das viagens-fantasma. ■ Jorge Sampaio termina a visita presidencial a Trás-os-Montes. ■ Narciso Miranda é indicado como secretário de Estado da Administração Portuária. ■ O Tribunal de Palermo absolve Giulio Andreotti, antigo Primeiro Ministro italiano e senador vitalício, acusado de ligações à Mafia. ■ O exército russo encerra as fronteiras entre a Chechénia e a Ingúchia, impedindo o trânsito de refugiados.

24
Domingo

Xanana Gusmão visita Remexio e encontra-se com os combatentes das Falintil, enquanto em Díli, a Interfet procede a prisões de milícias. ■ Tem início as negociações entre as autoridades de Bogotá e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia enquanto por todo o país se registam manifestações de apoio ao processo de paz. ■ O presidente Hugo Chavez, da Venezuela, inicia uma visita de dois dias a Espanha. ■ As eleições legislativas na Suíça saldaram-se por uma subida significativa da extrema-direita. A UCD obtém o primeiro lugar com 23 por cento dos sufrágios. ■ Na Bulgária, apesar de grande subida da direita nas eleições autárquicas, os seus resultados dão a vitória ao Partido Socialista Búlgaro. ■ A ETA anuncia ter dirigido ao governo espanhol uma proposta de reatamento do diálogo com as autoridades de Madrid que, entretanto, desmentem terem recebido qualquer mensagem nesse sentido.

25
Segunda-feira

Um novo imposto, sobre o património - com o conseqüente desaparecimento da sisa, da contribuição autárquica, das sucessões e doações e da taxa de conservação de esgotos -, tal é o último acto do ministro das Finanças cessante, Sousa Franco. ■ Os deputados eleitos nas últimas legislativas tomam posse em S. Bento, bem como o novo governo de Guterres. ■ João Soares, presidente da Câmara de Lisboa, é recebido no Vaticano pelo Papa. ■ Em Angola, as FAA continuam a somar vitórias, tomando à UNITA o controlo de Nhareya e de Mungo, a 700 quilómetros a sul de Luanda. ■ O Presidente cessante da Tunísia, Ben Ali, é reeleito com 99,44 por cento dos votos.

26
Terça-feira

O grupo parlamentar do PCP anuncia a entrega na Mesa da Assembleia da República de cinco projectos prioritários. ■ O indigitado secretário de Estado da Defesa, Miranda Calha, demite-se por ser acusado de burla agravada pelo Ministério Público, mas é mantido no lugar pelo ministro Castro Caldas. ■ Chega a Portugal o chefe de Estado chinês, Jiang Zemin, que é recebido por Jorge Sampaio. ■ Em Lisboa o Novo Chiado abre as suas portas como centro comercial. ■ Em Luanda anuncia-se a rendição de vários oficiais da UNITA, enquanto as forças desta abandonam a área de Maquela do Zombo. ■ O novo governo da Indonésia não tem o general Wiranto como chefe das Forças Armadas nem Alatas como responsável pelos Negócios Estrangeiros.

Como incisivamente acentua o Comité Central do PCP na sua reunião de 14 de Outubro, os muito positivos resultados obtidos pela CDU nas recentes eleições legislativas, estão muito directamente ligados à acção permanente, persistente e singular levada a cabo pelos comunistas na defesa dos interesses dos trabalhadores, das camadas médias e do povo em geral, bem como à sua intervenção determinada na defesa das grandes causas democráticas e de esquerda. Esta coerente intervenção diária do colectivo partidário comunista, constitui um traço distintivo em relação às práticas dos restantes partidos cuja acção «militante» se resume, na generalidade, a participações em campanhas eleitorais - participações que, como a realidade vem mostrando de forma cada vez mais flagrante, tendem a reduzir-se a meras prestações de serviços, por vezes, segundo consta, chorudamente remuneradas. E tudo isso tem, inevitavelmente, reflexos no conteúdo e na forma das diversas campanhas eleitorais. Assim, não só não surpreende como resulta natural que a campanha da CDU - quer pelo seu dinamismo, quer pela sua dignidade, seriedade e verdade - se tenha distinguido do espectáculo, do folclore, da demagogia que caracterizaram as campanhas de todas as outras forças políticas.

Os resultados obtidos pela CDU assumem maior significado se se tiver em conta que foram obtidos num quadro específico particularmente difícil e do qual emergem como dados relevantes a conjuntura económica favorável ao Governo e a despudorada operação de caça ao voto levada a cabo pelo PS - operação que viria a traduzir-se na mais escandalosa exibição de uso, abuso e instrumentalização do poder com fins eleitorais. Relembrar essa operação constitui um imperativo democrático na medida em que as práticas do Governo são reveladoras de uma predisposição para um perigo vale-tudo, para o recurso a todos os meios - se necessário violando regras democráticas - para alcançar os fins desejados. E se, como no caso em questão, o fim era a obtenção da maioria absoluta, os meios utilizados pelo PS ilustram luminariamente a utilização que o Governo de António Guterres iria fazer desse poder absoluto. É ainda a esta luz que devem ser considerados os surpreendentes resultados verificados na votação dos emigrantes, os quais, mesmo não tendo bastado para a obtenção pelo PS da maioria absoluta, não deixam de suscitar uma preocupante estranheza a qualquer cidadão minimamente atento à realidade que foi a recente campanha eleitoral.

Temos dito e demonstrado que o PCP, dando sempre às batalhas eleitorais a devida importância (que é muito grande), não esgota nelas a sua intervenção na vida nacional. Temos sublinhado com veemência que quanto maior e mais forte for a influência eleitoral, social e política do PCP maiores serão as possibilidades de os interesses dos trabalhadores, do povo e do país serem melhor defendidos. Sabemos, por outro lado, que os resultados obtidos em cada eleição têm reflexos imediatos no estado de espírito, no entusiasmo e na disponibilidade interventiva de muitos militantes do Partido. Daí a pertinência da avaliação feita pelo Comité Central no sentido de sublinhar que os resultados de 10 de Outubro criam melhores condições políticas e partidárias quer para o desenvolvimento e intensificação da luta contra a política ao serviço dos interesses do grande capital que, previsivelmente, o Governo do PS irá prosseguir com o tradicional e natural apoio do PSD e do PP; quer para a prosse-

ção da luta por uma nova política, por uma política de esquerda que inicie a resolução dos problemas que afectam a imensa maioria dos portugueses; quer, ainda, para o reforço do Partido, para a sua maior, mais forte e mais sólida ligação às massas, para a sua maior e mais ampla capacidade de intervenção.

É uma evidência que o resultado eleitoral da CDU colheu de surpresa muitos comentadores e analistas que, após vários anos de repetição exaustiva da cassette do «declínio irreversível do PCP», situaram nas eleições de 10 de Outubro o tempo da concretização das suas profecias traduzido no «afundamento definitivo» do Partido. Fascinados pela sua profecia - que amiúde tomava forma de decreto - esses observadores fixaram-se obstinadamente nela, tomaram-na como um dado adquirido, descansaram aliviados e esperaram. De olhos e ouvidos fechados à realidade, imaginaram que lhes bastava dizer que assim iria ser para que assim fosse e não se aperceberam que, entretanto, o PCP prosseguia persistentemente no cumprimento do seu papel, das suas responsabilidades perante o povo e o país e, numa postura única no quadro partidário nacional, dedicava todos os seus esforços e capacidades na crítica e no combate à política de direita. Daí a surpresa e o espanto visíveis nos seus rostos, nas suas falas e nos seus escritos logo que confrontados com a sub-

da eleitoral da CDU. (Aliás, e como se viu antes e depois das eleições, eram muitas e muito diversas as unhas que, afiadas, desejavam e esperavam um mau resultado da CDU). Daí, por outro lado, a naturalidade e a justeza com que o CC do PCP considerou os resultados decorrentes da persistente e múltipla acção dos comunistas na dinamização da luta social contra a política de direita, da sua intervenção em várias áreas da vida nacional na defesa dos interesses de todos os que são vítimas dessa política, da sua persistência na apresentação de propostas visando a solução dos problemas existentes, da qualificada intervenção do seu Grupo Parlamentar - sempre afirmando com serenidade e confiança a identidade, a natureza e o

Os resultados eleitorais de 10 de Outubro mostram a importância decisiva da luta. Mesmo, ou essencialmente, quando ela é travada em condições extremamente adversas. Já o sabemos mas a sua confirmação flagrante dá-nos mais força para travarmos com êxito as difíceis lutas do futuro.

projecto do Partido, garantia do seu papel na sociedade portuguesa.

Por tudo isto, há hoje melhores condições para avançar no reforço da organização e da actividade do Partido. Os caminhos apontados pelo CC - nomeadamente, realização de Assembleias das organizações, reforço da acção e da organização partidárias junto da classe operária e de todos os trabalhadores, criação de novos organismos proporcionando-lhes condições para o seu regular funcionamento, responsabilização de novos quadros e de quadros jovens, estímulo à difusão e leitura do «Avante!» e do «Militante» - conduzirão ao desejado e necessário reforço orgânico do Partido. Reforço que terá tradução no desenvolvimento da luta de massas, no aumento da influência junto da Juventude - que a participação juvenil na campanha eleitoral e as muitas recentes adesões de jovens ao Partido e à JCP mostram ser exequível -, na intensificação da acção junto dos intelectuais e quadros, das mulheres, dos reformados, enfim de todos os sectores e camadas da sociedade que, mais ou menos acentuadamente, constituem alvos preferenciais da política de direita.

Os resultados eleitorais de 10 de Outubro mostram a importância decisiva da luta. Mesmo, ou essencialmente, quando ela é travada em condições extremamente adversas. Já o sabemos mas a sua confirmação flagrante dá-nos mais força para travarmos com êxito as difíceis lutas do futuro.

Avante!

Prioritários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
- 1600 - 196 Lisboa - Tel. 781 38 00

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa
Tel. 781 71 90 - 781 71 91
Fax: 781 71 93

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
1169-161 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:

DISTRIBUIÇÃO ADE'S:
Editorial «Avante!» - Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
1169-161 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

Atenção aos novos números de Telefone do Partido Comunista Português e da Redacção do «Avante!»

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL:

DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linh. - 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B. II. 227 - 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1169-161 Lisboa
- Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1169-161 Lisboa
- Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e Impressão:
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal nº 205/95

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vales de correio.

Saibamos todos

Era fatal como o destino.

Depois do que, dos mais variantes quadros, se havia dito e escrito sobre a composição e estrutura do seu Governo e o seu iniludível significado, estava-se mesmo a ver que o Primeiro-Ministro, na cerimónia de posse do seu Governo, só podia vir brindá-los com uma inopinada reabilitação da «ideologia» convenientemente agitada contra a «tecnocracia» sem alma, proporcionar-nos umas palavras encantatórias sobre os grandes «desafios» nacionais, oferecer-nos a imagem de um executivo embebido até ao tutano por grandes causas, tarefas e projectos colectivos.

Mas a verdade é que antes já muita gente tinha percebido que o grande fio condutor dos critérios, escolhas e soluções adoptados para a composição do Governo está na montagem de uma temível e sofisticada máquina de poder estreitamente vinculada aos objectivos de influência eleitoral do PS, está num novo salto qualitativo na articulação entre interesses partidários e exercício de funções do Estado.

E se não bastassem as carradas de exemplos que, na estrutura e composição pessoal

do Governo, evidenciam este inquietante propósito, aí estaria a demonstrá-lo a apresada e estranhíssima notícia da nomeação dos dirigentes do PS Joel Hasse Ferreira e Carlos Zorrinho para «Altos Comissários para a Descentralização» respectivamente em Lisboa e Vale do Tejo e no Alentejo, sem que ninguém conheça sequer qual o suporte legal destes cargos, o seu enquadramento orgânico, as suas funções.

Salta assim à vista, e uma coisa tem que ver com a outra, que designadamente todos aqueles que não se reconhecem na bondade da governação do PS, têm diante de si não apenas a tarefa maior de dar combate ao mais que provável prosseguimento dos grandes eixos e opções determinantes da política de direita mas também a de lutar vigorosamente e sem descanso contra um plano premeditado de consolidação, duradoura estruturação e refinamento de um complexo sistema de clientelas, dependências e condicionamentos.

Saibamos todos: este é um sistema que não brinca em serviço e que vai apostar claramente no entorpecimento do espírito críti-

co, na anestesia, dissolução e desintegração de descontentamentos, na criação de sentimentos de impotência e resignação, no favorecimento de uma larga abdicação de qualquer vontade de mudança.

É neste quadro que, depois de muitos dias em que compreensivelmente muitas atenções estiveram voltadas para a questão da correlação de forças parlamentar e suas prováveis consequências, ganha a maior importância uma aguda compreensão de que, talvez de forma acrescida nesta nova legislatura, o desfecho de muitas iniciativas e batalhas no plano parlamentar ou sobre a política do Governo vai sobretudo depender da nossa capacidade de iniciativa política em direcção à sociedade, aos trabalhadores e aos cidadãos, da movimentação social e dos movimentos de opinião que se afirmarem em torno dos problemas e das necessidades reais do povo e do país, em suma de uma forte revalorização da confiança dos cidadãos na eficácia de sua luta e no peso da sua opinião e intervenção na marcha dos acontecimentos.

■ Vítor Dias

O deputado faltoso

Andava um ex-candidato a passear numa praia do Sado, sob forte vento e abundante chuva a fustigar-lhe o fato que tinha vestido para festejar a sua eleição quando, esquivando-se a uma onda, deparou estupefacto com um primeiro-ministro furioso.

- Olhe lá, por que é que não foi eleito? Não conhece a importância de um número? Nem sequer lhe ocorreu que por sua causa perderíamos a maioria absoluta?

Do local em que estava pacatamente sentado a olhar o mar, em noite sem estrelas para o principal orador, pude ouvir todo o resto da conversa, travada em tom calmo e respeitoso pelo ex-futuro deputado, ou em sons cada vez mais estridentes e irritados pelo já governante. Dizia aquele que o facto de não ter sido eleito não devia ser-lhe imputado; e se tinha até fartado de avisar que, caso não houvesse maioria absoluta, o país estava tramado para esta legislatura, e sabe-se lá por quantas outras; mas que o outro também tinha exagerado na sua prédica a tentar forçar a conjuntura de uma espécie de golpe de Estado eleitoral.

Quando o primeiro-ministro se irritou ainda mais com o candidato acusado de derrota, este perdeu as estribeiras e desabafou em voz alta:

- Ai é? Então agora vai ouvi-las todas, quer queira, quer não.

Aí agarrou o alarmado primeiro-ministro pelo meio da gravata pós-eleitoral e disse:

- «Ouça lá: não foi você que apontou um tiro num alvo em falso dizendo: não viraremos nem à direita nem à esquerda, seguiremos em frente com a nossa política? Deixe-me agora dizer o que penso e não me faça orelhas moucas com o seu sorrizinho de apresentação a um clientelismo que nem sequer conhece. Pelos vistos apenas lhe apete-

ce o que vier. Mas sabe que isso é mau? O tal tiro revelou-se curvo nos quatro anos do seu anterior governo. Proclamou apontar em frente. Mas acertou à direita. Já pensou que quando a AR decidiu pela interrupção voluntária da gravidez você optou por esmurrar até à morte (quantas?) muitos milhares de mulheres, admitindo um referendo de efeitos torçionários?

Olhe, o que lhe resta de esquerda na sua política é andar a proclamar objectivos que sabe inatingíveis com essa mesma política de uma apreçoada «justiça social». Você está há muito subordinado — e convenhamos que contentemente — a uma política de dominação do capital — talvez entenda melhor se eu lhe chamar «sociedade de mercado» ou se a actualizar como «imperativos da globalização». Mas vai ver que o gosto desta social democracia da qual você ainda não passa de *boy-scoot* pode ser mais amargo do que pensa».

Do meu lugar molhado na areia fui ouvindo as longas invectivas do candidato. Pus-me também em conjectura sobre a legislatura e o novo governo, a pensar na pontaria daquele tiro «ao centro» — centro direita, é claro.

E antes de me vir embora, encharcado da discussão chuvosa, ainda consegui ouvir um berro do deputado faltoso, dizendo com a gravata do governo entre as mãos:

- «Quem perdeu não fui eu! E se quer que lhe diga a verdade, quem ganhou foi um susto do eleitorado — vá, homem desapareça da minha frente! Mas se pensar virar à direita junto daquele prédio que ali está, então vou atrás de si e torço-lhe... o caminho».

■ Aurélio Santos

COLOSSAL embuste

Passaram dez anos desde a «queda do Muro». Mas o alarido pela efeméride não foi grande. O balanço de uma década de restauração capitalista no Leste Europeu é sombrio para a generalidade dos povos da região. E em vários casos salda-se mesmo por um desastre nacional.

Em 1997 (o último ano para o qual havia dados definitivos) o PIB do conjunto dos países da Europa do Leste e ex-URSS era de apenas 73% do valor correspondente a 1989 (dados do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento, *Financial Times* de 24.9.99). Ou seja, mais de um quarto da riqueza produzida nesses países à data da «queda do Muro» evaporou-se com a transição desses países para a «eficiente», «produtiva» e «dinâmica» economia «de mercado». Dos 25 países a que se referem os dados, apenas um (a Polónia) viu o seu PIB crescer entre 1989 e 1997 (a uma taxa anual de 1,4%). As quebras foram particularmente graves nos países da ex-URSS. Os 12 países da Confederação de Estados Independentes (CEI) tinham em 1997 um PIB que correspondia a apenas 57% do valor de oito anos antes. Nalguns países a quebra assumiu a dimensão, verdadeiramente catastrófica, de cerca de dois terços do produto. É o caso da Ucrânia, cujo PIB é agora de apenas 37% do valor de 1989, da Arménia (38%), da Geórgia (32%), da Moldávia (35%), entre outros. É certo que alguns destes países registam crescimento económico nos últimos anos. Mas os dados referidos mostram que se trata duma recuperação parcial, que não compensou o terramoto provocado pelas «terapias de choque» impostas pelo FMI e os outros centros da globalização imperialista.

Se o «bolo» da produção nacional é hoje inferior ao que era no tempo do Muro, a forma como é repartido torna o problema ainda mais grave. «As economias em transição da Europa do Leste e CEI experimentaram o crescimento mais rápido de sempre na desigualdade. A Rússia tem, agora, a maior desigualdade — a parcela de rendimento dos 20% mais ricos é 11 vezes maior que a parcela dos 20% mais pobres», diz-nos o Relatório do Desenvolvimento Humano 1999 do PNUD. «Na Europa do Leste e países da ex-União Soviética milhões de pessoas viram os seus níveis de vida deteriorar-se durante a transição das economias planificadas para as economias de mercado. Cerca de 147 milhões de pessoas (aproximadamente uma em cada três) vivem com menos de 4 dólares por dia, um aumento de dez vezes em relação a 1989» informa-nos o insuspeito Banco Mundial (*Financial Times*, 27.4.99). E não é segredo para ninguém que em muitos desses países boa parte da economia está nas mãos de autênticas mafias. Que os sistemas de segurança social, ensino e saúde foram em grande medida desmantelados. Que a sobrevivência de milhões de pessoas faz-se hoje à custa da mendicância, da criminalidade, da prostituição, de tráficos de vária ordem. O drama humano traduz-se neste atemorizador dado, do já citado Relatório do PNUD: em vários países europeus da ex-URSS (Rússia, Estónia, Letónia, Lituânia, Ucrânia, Arménia, Bielorrússia) a *esperança de vida* dos seus cidadãos é hoje inferior ao que era há trinta anos atrás. A globalização capitalista mata. Mesmo quando não o faz com bombas.

Mas há uma faceta de grandes «éxitos» nos processos de restauração do capitalismo a Leste. Que ajuda a explicar o porquê das receitas económicas que tantos estragos têm causado. Falamos da pilhagem dos recursos desses países por parte do grande capital internacional. Que não se traduz apenas pela tomada de controlo das empresas e matérias-primas. Traduz-se também na colossal transferência de riqueza para a banca imperial. Segundo estimativas publicadas pelo *Financial Times* (27.8.99), a fuga de capitais da Rússia, entre 1992 e 1998, terá atingido 210 mil milhões de dólares. Esta fuga de capitais «excede em muito a entrada de capitais [na Rússia] de investidores estrangeiros e organizações financeiras internacionais» (*FT*, 21.8.99). Ou seja, não é «o Ocidente que ajuda a Rússia», é a Rússia que tem estado a ajudar o «Ocidente» (e as suas bolsas).

Que havia numerosos problemas com o modelo de socialismo no leste europeu é uma evidência histórica. Mas a restauração capitalista não visa resolver problemas. Visa aumentar os lucros e o poder do grande capital internacional. Perdoe-se o plágio, mas a restauração do capitalismo a Leste é um colossal embuste.

■ Jorge Cadima



Foto: Sérgio Morais

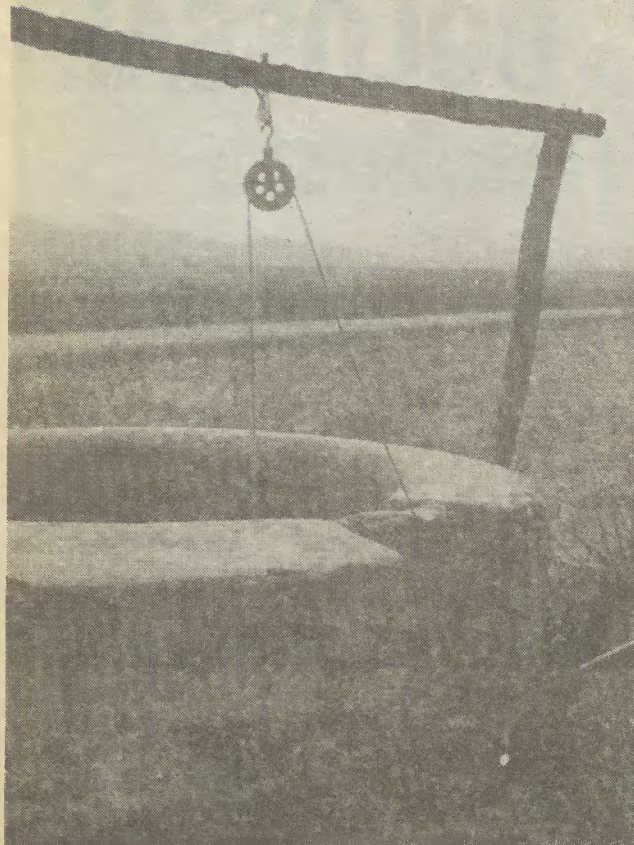
SEMANA

Presidente chinês visita Portugal

O Presidente da República Popular da China, Jiang Zemin, deslocou-se esta semana a Portugal para uma visita oficial de dois dias. A visita do Chefe de Estado chinês teve uma agenda preenchida, incluindo várias cerimónias e encontros oficiais na capital e uma deslocação ao Porto. Uma questão essencial dominou a mesa das conversações entre os mais altos representantes dos dois países - a transição da administração de Macau para a China, que se concretizará em Dezembro próximo -, sendo a questão de Timor-Leste um outro ponto alto abordado nesta visita. Em relação a Macau, o assunto foi discutido, nos seus pormenores, entre os

respectivos ministros dos Negócios Estrangeiros, nomeadamente a cerimónia de transição, a regulamentação da língua oficial da futura Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), a organização dos tribunais e o estacionamento de tropas, que são algumas das questões ainda em aberto. Em relação a Timor-Leste, aprofundou-se o empenho manifestado ultimamente pela RP da China em apoiar a reconstrução de

Timor-Leste, a caminho da independência efectiva. A última visita do Presidente da RP da China a Portugal ocorreu em 1993, tendo o Presidente da República portuguesa, Jorge Sampaio, retribuído a visita em 1997.



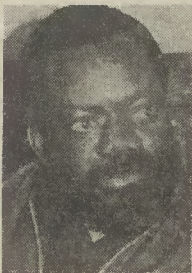
Poços de água «fora da lei»

Uma directiva comunitária vai obrigar todos os Estados membros da União Europeia a licenciar os utilizadores de água do domínio público e a taxar a sua captação e rejeição no meio ambiente. Segundo declarou ao *Diário de Notícias* Pedro Serra, presidente do recém-criado Instituto Regulador da Água e Resíduos, a directiva-quadro está em avançada fase de preparação e deverá estar concluída até ao Verão do próximo ano. Esta directiva apanha Portugal num completo vazio legislativo nesta matéria, dado que, no nosso país, nem sequer existe qualquer levantamento cadastral das cap-

tações de água existentes no território, sob a forma de poços e furos esmagadoramente utilizados na agricultura, o que, à luz da legislação comunitária que aí vem, colocará a utilização da água em Portugal completamente «fora da lei». Mesmo que a aplicação desta lei não seja imediata, com ela a Comissão Europeia passará a dispor de um instrumento de pressão sobre Portugal, que está muito atrasado na construção de uma radiografia sobre a utilização da água no seu território. O objectivo desta directiva é racionalizar a utilização do recurso água através do taxamento da sua utilização.

UNITA encurralada

Prossegue a ofensiva de grande envergadura lançada pelas Forças Armadas angolanas contra as forças rebeldes e mercenárias da UNITA, desferindo golpes profundos na organização chefiada por Jonas Savimbi, nomeadamente desalojando-a dos «bastiões» que lhe restavam em território angolano - os municípios de Bai-



lundo e Andulo - e pondo as suas forças militares em fuga para parte incerta, ao mesmo tempo que lhe apreendia numeroso e diverso material bélico. A ofensiva prossegue com a tomada dos municípios vizinhos de Calucinga e Mundo, avançando pelas comunas de N'harea, Cassumbe e Caei, dominando assim grande parte da província do Bié e estando na iminência de entrar na parte meridional da província de Malange, a partir da qual começam as grandes reservas diamantíferas de Angola, que se pro-

longam pelas Lundas, e que têm permitido a Jonas Savimbi manter a sua guerra mercenária. Entretanto, as tropas governamentais angolanas estão também a tomar posições ao longo de toda a fronteira com a República Democrática do Congo, cortando a retaguarda aos homens de Savimbi e impossibilitando-os

de recorrer a este habitual meio de fuga. Encurralados, os homens de Savimbi ameaçam agora mudar a sua «táctica» para acções terroristas no território angolano.

Mau tempo fustiga o país

O mau tempo fustigou esta semana todo o território nacional, com consequências mais desastrosas no Norte continental e na Região Autónoma dos Açores. No continente, o mau tempo não apenas fez encalhar um navio cargueiro numa praia de Aveiro, partindo-o junto à costa, como ameaça transformar o acidente num desastre ecológico pela iminência do derrame de milhares de toneladas de crude e de combustível armazenados no cavername do navio, a que o mau tempo continua a impedir a trasfega. Na cidade do Porto, a zona da Cantareira foi a mais atingida pelos temporais agravados pelas marés-vivas, inundando habitações e causando prejuízos avultados,

enquanto na linha ferroviária do Estoril, em Lisboa, a circulação chegou a ser interrompida e feita em via única pela destruição de troços da via pela invasão das águas do Tejo. O mesmo Tejo, mas a montante, na região do Ribatejo, causou igualmente inundações e prejuízos avultados na agricultura, enquanto na Região Autónoma dos Açores o desastre veio do mar, particularmente no porto de pesca de Rabo de Peixe, na costa Norte da ilha de S. Miguel, onde a fúria das águas causou prejuízos avaliados em 100 mil contos na estrutura portuária que ali está a ser construída. Felizmente, não se registaram quaisquer desastres pessoais até ao momento.



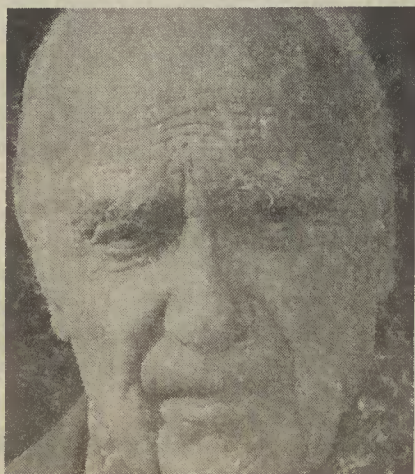
Fascista Maurice Papon extraditado para França

O antigo colaboracionista nazi Maurice Papon - um colaboracionista francês do regime de Vichy que enviou milhares de franceses para as câmaras de gás dos ocupantes nazis - foi preso na Suíça e extraditado para França a pedido das autoridades francesas. Maurice Papon foi esta semana condena-

do definitivamente a uma pena de prisão efectiva de 10 anos por crimes contra a humanidade, uma condenação que levou em conta a idade avançada do arguido, 89 anos. Maurice Papon tinha procurado escapar ao castigo através de recursos sucessivos nos tribunais, mas ao ver-se na iminência

de uma condenação irrevogável fugiu para a Suíça, onde foi apanhado na posse de três passaportes falsos, um deles no nome com que se registara num hospital de Berna, onde se refugiara. Apesar das provas, numerosas e irrefutáveis, dos seus crimes como activo colaborador nazi como alto funcionário

do regime de Vichy (governo traidor em França que se submeteu à ocupação hitleriana), o julgamento de Maurice Papon foi alvo de incompreensíveis «lentidões» e manobras dilatórias nos próprios tribunais franceses, mas acabou por desembocar na única sentença possível: a condenação do criminoso.



“O cristianismo precisa que a sua multidão – tão fraterna quanto são diferentes os irmãos, cada um único, próprio e irrepetível – não se deixe levar pelos grupos carismáticos ou pela fraude religiosa que, mesmo em países velhos como Portugal, vão ocupando terreno.”

(Frei Bento Domingues – «Público», 24.10.99)

“Guterres disse que queria um governo de combate – mas esse combate arrisca-se a ser sobretudo entre os seus ministros.”

(Francisco Sarsfield Cabral – «Público», 22.10.99)

“Tinha Guterres prometido na semana passada um novo governo. Oito dias depois, nascem ministérios sem sentido, vão ser empossados ministros sem ministério e sem objecto para ministeriar.”

(Sérgio Figueiredo – «Diário Económico», 22.10.99)

“(...) nunca me apercebi de que, por exemplo, ministros socialistas não tivessem imenso gosto em pensar antes de agir e mesmo o fizessem. O problema é que, ainda a meu ver, pensam mal e agem pior – precisamente por causa das posições ideológicas que assumem.”

(Rúben de Carvalho – «Diário de Notícias», 22.10.99)

“A opinião pública ignora, até agora, quais sejam as prioridades. Declarar que a saúde é a nova “paixão” é um “slogan” demasiado vago e só nos faz recordar que, apesar da anterior “paixão” pela educação, pouco foi feito para alterar os atrasos e os curto-circuitos estruturais desse sector.”

(Manuel Villaverde Cabral – «Diário de Notícias», 22.10.99)

“Infelizmente para o agora reconduzido ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, quase tudo ficou na mesma, quando há muito que mudar, embora não necessariamente no sentido dos seus desejos.”

(Augusto M. Seabra – «Público», 24.10.99)

“Penso que é verdade que o Governo angolano ocupou o Bailundo e o Andulo.”

(Xavier Figueiredo, director da revista «África», citado em «Público», 21.10.99)

“Ora isso pode significar que a organização de Jonas Savimbi mudou de estratégia (sic), ficando só por saber porque é que o fez e que nova estratégia é a sua.”

(idem)

As prioridades dos comunistas

Com este primeiro conjunto de iniciativas legislativas, os deputados do PCP procuram dar solução a problemas imediatos dos portugueses

O aumento do salário mínimo nacional, o aumento das pensões de reforma mínimas e a reposição da idade da reforma das mulheres aos 62 anos de idade constituem três dos projectos de lei que o Grupo Parlamentar do PCP vai em breve apresentar e foram anunciados pelo presidente da bancada comunista, Octávio Teixeira, em conferência de imprensa realizada na terça-feira na Assembleia da República.

No arranque da nova Legislação, o Grupo comunista revela assim algumas das que são as suas preocupações e prioridades, bem como as direcções de trabalho com que pretende marcar a agenda política.

Octávio Teixeira iniciou a sua intervenção afirmando que, independentemente das dificuldades que possam ser suscitadas pela composição da nova Assembleia e pela estrutura e composição do novo Governo,

«a estratégia do Grupo Parlamentar do PCP é a de desenvolver todos os esforços e despendar as energias necessárias para que durante a nova legislatura se possam dar passos positivos na procura de resolução de problemas centrais que afectam a vida dos portugueses, e em particular da vida dos trabalhadores e das camadas sociais mais carenciadas».

Isto porque, como o líder da bancada comunista fez questão

de sublinhar, tendo sido «esse o compromisso essencial que o PCP assumiu com os cidadãos eleitores no seu programa eleitoral, será o cumprimento desses compromissos a nossa linha de orientação prioritária».

Assim, na sessão plenária de ontem, o Grupo Parlamentar do PCP fez entrega na Mesa da Assembleia, de «um primeiro conjunto» das iniciativas legislativas que a curto prazo se propõe apresentar, «paradigmáticas» da preocupação primeira dos comunistas de «procurar dar solução a problemas imediatos da sociedade portuguesa» e do seu «inquestionável empenhamento» na concretização dos compromissos eleitorais.

«Para bem do funcionamento das instituições e do regime democrático e para bem dos portugueses», os deputados do PCP «querem acreditar» que, «pelo



facto de terem obtido a eleição de 115 deputados», o PS e o novo Governo «não se deixem cair na tentação de usar a sua maioria de bloqueio para inviabilizar cegamente estas e outras iniciativas legislativas do PCP».

Octávio Teixeira resumiu, a seguir, os projectos de lei que o PCP considera prioritários e que dizem respeito ao aumento do salário mínimo nacional, ao aumento das pensões de reforma mínimas, à reposição da

idade da reforma para as mulheres aos 62 anos, à baixa das tarifas de electricidade e às medidas legislativas de garantia da eleição do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação.

Projectos de lei

Aumento do Salário Mínimo Nacional

Portugal continua a ser o país da União Europeia com mais baixos salários e onde mais se têm agravado as desigualdades salariais e sociais e a repartição do rendimento nacional.

De facto, a evolução da riqueza nacional, medida pelo PIB, tem-se traduzido por uma apropriação predominantemente a favor dos lucros das empresas dos ganhos de produtividade da economia em prejuízo dos rendimentos do trabalho.

Assim, para o PCP, por razões de justiça social mas também como factor dinamizador da economia, torna-se «imperioso» o aumento anual dos salários, em particular do salário mínimo nacional, num valor que não pode ser inferior à taxa de inflação prevista para esse ano, acrescida, pelo menos, de três pontos percentuais.

Aumento das pensões de reforma

Hoje, 66 por cento dos pensionistas de reforma por velhice e 72 por cento dos pensionistas de reforma por invalidez, de um universo que representa 2/3 do total de pensionistas, continuam a receber menos de 34 100\$00 de pensão; os pensionistas do regime especial agrícola (560 mil) recebem 24 200\$00 e os beneficiários do regime não contributivo e equiparados (cerca de 150 mil) limitam-se tão somente a uma pensão social de 23 600\$00. Ou seja, pensões «inaceitáveis» para quem consumiu «os melhores anos da sua vida activa na produção de riqueza para a sociedade» e é depois obrigado a viver abaixo dos limites da pobreza, quando ao Estado se exige «um gesto de solidariedade e de início de reposição da justiça social»

O PCP apresenta, pois, um projecto de lei realista e financeiramente sustentável para a imediata melhoria das pensões mais degradadas: 42 400\$00 para beneficiários até 15 anos de carreira contributiva; entre 43 100\$00 e 66 300\$00 para beneficiários com 15 anos ou mais de carreira contributiva; 31 100\$00 de pensão social; e 31 850\$00 de pensão para os trabalhadores agrícolas.

Reposição da idade da reforma das mulheres aos 62 anos

A pretexto de uma pretensa «igualdade de tratamento entre homens e mulheres», em 1993, o Governo do PSD, no âmbito das alterações ao quadro legal do regime de protecção às situações de invalidez e velhice dos beneficiários do regime geral de segurança social, aumentou a idade mínima de reforma das mulheres para 65 anos.

Um pretexto tão falacioso quanto é certo não ter legislado em domínios onde a discriminação da mulher é uma realidade, optando por legislar em matérias onde a evolução e o progresso social tinha permitido obter mais direitos para as mulheres.

A verdade é que o aumento da idade mínima da reforma para as mulheres tem razões de ordem financeira e economicista e procura reduzir os encargos da segurança social à custa dos direitos das mulheres.

No início da anterior legislatura, o PCP apresentou um projecto de lei no sentido de corrigir esta medida e em relação ao qual, depois de ter sido aprovado na generalidade, se verificou uma mudança do sentido de voto do Grupo Parlamentar do PS, impondo a rejeição deste projecto.

Agora, o PCP pretende que a idade de acesso à pensão de velhice para as mulheres seja de novo aos 62 anos «salvo manifestação pelo beneficiário de vontade contrária e sem prejuízo de outros regimes mais favoráveis».

A baixa das tarifas de electricidade

Há um ano, o Grupo Parlamentar do PCP recomendou ao Governo a baixa nominal das tarifas de electricidade em 15 por cento, aconselhando particular atenção para os preços suportados pelos consumidores domésticos.

Em Dezembro passado, verificou-se, de facto, uma redução média nacional das tarifas mas apenas de 6 por cento (sendo de 10 por cento para o segmento industrial e de 4,7 por cento para os consumidores domésticos).

Entretanto, os resultados líquidos da EDP no primeiro semestre de 1999 (50 milhões de contos) - apontando para um resultado líquido anual da ordem dos 90 a 100 milhões de contos -, e os que esta empresa obteve em 1998 (104,8 milhões de contos) mostram que havia e continua a haver margem para uma redução significativa das tarifas de electricidade.

Assim, o Grupo Parlamentar do PCP propõe uma Resolução para que a Assembleia da República recomende ao Governo que, «pelos meios adequados, intervenha atempadamente no sentido da concretização de uma baixa nominal, de 10 por cento em termos médios, das tarifas de electricidade a vigorarem no ano 2000, beneficiando em particular os consumidores domésticos».

Coesão social?

Países	Escudos	Euros
Bélgica	215.407	1074
Espanha	83.465	416
França	210.327	1049
Grã-Bretanha	193.053	920
Grécia	90.636	458
Holanda	216.156	1078
Irlanda	192.011	958
Luxemburgo	234.156	1162
Portugal	61.300	306

Quadro comparativo dos salários mínimos mensais na União Europeia

Medidas para garantir a eleição do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação

Nos últimos cinco anos, os Serviços de Informações têm funcionado sem Conselho de Fiscalização, situação «aberrante» e «inadmissível» quer do ponto de vista do estrito cumprimento da lei - que impõe a existência deste Conselho -, quer do ponto de vista de concepção do Sistema, pois é ao CFSI que pertence o controlo da legalidade do funcionamento dos Serviços.

Em Novembro de 1998, o PCP apresentou uma iniciativa legislativa no sentido de resolver a situação mas o PS e o PSD inviabilizaram-na. É essa iniciativa que o PCP agora retoma, propondo o alargamento do número de membros do CFSI de três para sete; a eleição por lista plurinominal (ou nominal, no caso de uma vaga); a eleição por maioria simples, cessando a exigência dos 2/3; o apuramento por método de Hondt, no caso de haver mais de uma lista; a marcação pelo Presidente da Assembleia da República de prazo para a eleição e apresentação da lista; e o mandato de quatro anos para o Conselho eleito.

O Militante



Neste número brevemente à venda

■ ABERTURA

- Importante vitória da CDU

■ ORGANIZAÇÃO

- Aproveitar o estímulo eleitoral para reforçar a organização
- Uma experiência positiva do trabalho de empresas

■ SOCIAL

- Sobre o 9.º Congresso da Confederação Europeia de Sindicatos

■ ENSINO

- Uma política democrática para a educação, o ensino e a formação

■ ELEIÇÕES

- Os resultados eleitorais e algumas apreciações

■ JUVENTUDE

- «Mais intervenção, revolução na educação»
- Reforçar a Organização do Ensino Superior
- Unidade na luta, condição para vencer

■ 25 ABRIL – 25 ANOS

- Um capitão-médico na Revolução
- Criação e actuação de um «aparelho de fronteira»
- Tribuna Militar
- Um pouco da sua história

■ CULTURA

- 25 de Abril e descentralização cultural

■ ECONOMIA

- Os desafios que se colocam às pescas nacionais

■ INTERNACIONAL

- Timor-Leste
- Vitória a contracorrente

■ AFORISMOS

- Máximas e reflexões

■ OFERTA DE LIVROS

- A verdade e a mentira na Revolução de Abril

■ Notas e Comentários

- Que justiça... tão injusta!
- Enganar I • Enganar II • Um exemplo entre muitos
- Sobre Timor • Ainda a guerra na Jugoslávia ou a albanização do Kosovo

■ DOCUMENTOS

- Comunicado do Comité Central
- Índice classificado dos artigos publicados em O Militante em 1999

Ainda os resultados eleitorais Prosseguir o trabalho alargar a influência do PCP

Os resultados eleitorais e o seu significado político continuam a ser analisados pelas organizações do PCP, claramente decididas a aproveitar as condições abertas pelo reforço generalizado da votação da CDU, no sentido de dar novo impulso ao recrutamento de novos militantes, ao rejuvenescimento e criação de organismos que permitam aumentar a influência do PCP.

Na sua análise, a Direcção da Organização Regional do Algarve considera que os resultados obtidos pela CDU e pelos principais partidos «apresentam sinais contraditórios». Se por um lado significam «o desencanto e o descontentamento em relação à acção do Governo» e simultaneamente reiteram que o PSD e o CDS não são alternativa de governo ao PS, por outro lado, não levam a que a CDU atinja um dos seus principais objectivos – a eleição de um deputado –, apesar de ter diminuído para metade o número de votos necessários para o alcançar, de ter registado uma subida percentual em relação às eleições de 1995 e de ter recuperado o lugar de terceira força política.

Assim, «contraditória e circunstancialmente» a repartição de eleitos resulta idêntica à de eleições anteriores e, naturalmente, «no mesmo marasmo quanto ao tratamento dos problemas do Algarve na Assembleia da República».

Quanto aos «votos de descontentamento» recolhidos pelo Bloco de Esquerda, «não tiveram qualquer efeito prático no que estava em jogo nestas eleições no Algarve» e os 2700 votos do MRPP «longe» de exprimir a sua influência, são sobretudo «votos de engano» e para prejuízo da CDU que não necessitaria sequer de todos eles para eleger o seu deputado.

Apesar de não ter eleito um deputado pelo Algarve, o PCP garante que continuará a pautar a sua acção pela defesa dos interesses da região e das suas gentes, cujos problemas serão levados à Assembleia da República pelos deputados comunistas eleitos por outras regiões.

Aveiro

A Direcção da Organização Regional do Aveiro, por sua vez, congratula-se com o facto de a CDU ser no distrito a força política que registou a maior subida de votação – sobe 2266 votos contra os 810 do PP –, aumentando em todos os seus 19 concelhos, enquanto o PS e o PSD perdem respectivamente 8879 e 19 422 votos em relação a 1995.

O PS é agora o partido mais votado em Aveiro, apesar da perda de votos, mas a eleição do seu 7.º deputado «decorre não de qualquer progressão eleitoral mas apenas do facto de

a sua queda ser inferior à queda do PSD». Ou seja, uma vitória «com sabor amargo» que, segundo ecos da comunicação social, já começou a gerar quezílias no seio deste partido.

Os comunistas estão preocupados com o nível atingido pela abstenção (38%), resultante da insatisfação e desencanto de uma parte significativa do eleitorado, mas consideram que a população do distrito está hoje mais esclarecida acerca do papel do PCP na sociedade portuguesa, em prol de maior justiça social. E, apesar de a CDU não ter conseguido eleger um deputado por Aveiro, manifestam a sua intenção de dar seguimento às propostas apresentadas ao eleitorado e aos compromissos assumidos.

Alentejo

A necessidade de prosseguir o trabalho para o reforço da expres-

são eleitoral da CDU no Alentejo, é uma das conclusões tiradas pela Direcção Regional do Alentejo do PCP da sua análise aos resultados eleitorais.

Para já, a DRA considera indispensável travar o assalto do PS a toda a administração e instituições regionais e responsabiliza este partido pela continuação da desertificação e envelhecimento da Região, devida designadamente à sua incapacidade em promover o desenvolvimento social e económico do Alentejo.

O PCP vai acompanhar com mais atenção as «rápidas e significativas alterações na estrutura social e laboral» da região e, reconhecendo que tem sido «uma voz firme e sincera» em defesa do desenvolvimento do Alentejo e dos alentejanos, promete intensificar a sua acção por uma mais justa distribuição da riqueza criada.

Por fim, a DRA considera insuficientes as verbas anunciadas para o Alentejo, referentes ao 3.º Quadro Comunitário de Apoio que, em sua opinião, não poderão ser inferiores a 15% do seu total, ou seja, a 1277 milhões de contos. (sem fundo de coesão).

Emigração

O resultado eleitoral da CDU nos círculos eleitorais da

Emigração «não é satisfatório». Para a Direcção da Organização na Emigração do PCP, ele está mesmo em contradição com o resultado muito positivo obtido a nível nacional, apesar de ter colocado a CDU como terceira força política.

Entretanto, o PSD e o CDS/PP baixam respectivamente 35% e 25% da votação obtida nas eleições anteriores e a expressiva subida do PS – que ganha dois deputados ao PSD, colocando-o como partido mais votado –, é «inseparável da negativa instrumentalização do aparelho de Estado e da própria RTPi junto das Comunidades Portuguesas pelo Partido do Governo». Aliás, como assim foi quando o PSD ganhou as eleições na Emigração.

De reter é a «elevadíssima» abstenção verificada (76,6%) que, como o PCP há muito defende, justifica a necessidade da valorização «de uma relação responsável e participada dos portugueses da diáspora com o seu País».

Os resultados eleitorais dão ainda consistência e actualidade à exigência de combate à instrumentalização dos serviços de Estado ligados à Emigração e à exigência de um

serviço público de rádio e televisão (RTPi e RDPI) plural, isento e de qualidade.

Ponte de Sor

Também o Executivo da Comissão Concelhia de Ponte de Sor do PCP reuniu para discutir e analisar os resultados eleitorais da CDU que no concelho melhorou a sua votação.

De facto, a CDU obteve uma vitória eleitoral em três freguesias, nomeadamente em Galveias onde passou de 3.ª para 1.ª força, registando ainda uma subida de votos em termos absolutos e percentuais em cinco freguesias.

Por seu lado, o PS sofre uma perda eleitoral de 405 votos (menos nove por cento), o PSD de 392 (menos 17 por cento) e o CDS/PP de 114 votos (menos 20 por cento).

Tendo em conta «as condições difíceis em que se desenvolveu a campanha e «os meios de propaganda usados pelo Partido do Governo», a Concelhia de Ponte de Sor considerou que «a vitória da CDU é um êxito assinalável». E, saudando os que com o seu voto para ele contribuíram, garante que as suas expectativas não serão «defraudadas».

Faleceu Hernâni Silva

Faleceu, no Porto, com 72 anos, o camarada Hernâni Alfredo Ramalho Silva.

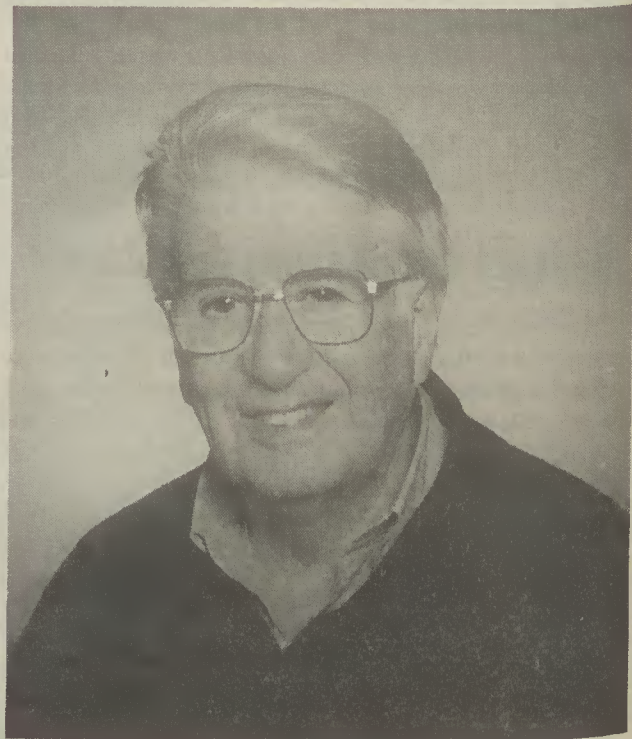
Hernâni Silva foi um dos fundadores do MUD Juvenil, participante activo em todas as batalhas políticas contra o fascismo, promotor das candidaturas de Norton de Matos e Ruy Luís Gomes, membro de diversas comissões de luta pela Paz e de Socorro aos Presos Políticos. Foi preso três vezes, em 1950, 1953 e 1955, tendo sido condenado a pena de prisão em Caxias e Peniche, onde esteve sujeito a violentas torturas que enfrentou de forma corajosa e com grande dignidade. Era membro da URAP.

Depois do 25 de Abril, foi candidato do PCP nas primeiras eleições para a Assembleia Constituinte e esteve em todos os combates do seu Partido de sempre – o Partido Comunista Português –, a que aderiu com 17 anos. Integrou inúmeros organismos do PCP, sendo actualmente membro do Sector Intelectual do Porto do PCP.

Na sua despedida, perante a família enlutada e os inúmeros amigos e camaradas presentes no funeral, falou Arnaldo Mesquita, testemunhando o seu exemplo e a sua qualidade de «democrata

consequente, empenhado acima de tudo no bem estar e no progresso do nosso Povo e do nosso País». «Alguém que, apesar da apertada vigilância policial a que estava sujeito, depois das prisões voltava sempre à luta, obscura mas tenaz, despontando consciências e convergindo vontades, estabelecendo contactos com muitos e muitos camaradas e antifascistas».

Em nome dos comunistas do Porto, Emídio Ribeiro, da Comissão Política, lembrou que «Hernâni Silva tem lugar na luta e na história dos comunistas do Porto, tem, por direito próprio, lugar de destaque na longa história de luta pela liberdade do nosso Povo e País». «Gerações de portugueses, gerações de portugueses habituaram-se a ver o Hernâni sempre no mesmo sítio – de forma corajosa, sempre na primeira fila de todos os combates. Ele foi um dos abnegados construtores do 25 de Abril. Guardaremos sempre na nossa memória colectiva o exemplo do homem sensível e solidário, o exemplo do cidadão e do militante de fortes convicções que de forma empenhada lutou pelas causas da liberdade e do socialismo».



CAMARADAS FALECIDOS

António Tomás Caboz

Faleceu recentemente, vítima de doença prolongada, o camarada António Tomás Caboz, de 54 anos. Foi membro da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, da Comissão de Trabalhadores da Portucel e do Sindicato dos Químicos do Sul durante vários anos. No seu funeral, além de familiares e amigos, estiveram presentes muitos camaradas de luta e trabalhadores da empresa.

Deolinda Gonçalves Matos

Faleceu, no princípio de Outubro, com 95 anos de idade, a camarada Deolinda Gonçalves Matos, organizada na freguesia do Alto Seixalinho, Barreiro. Há muitos anos ligada ao Partido, a sua casa serviu de apoio a quadros clandestinos no tempo do fascismo.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

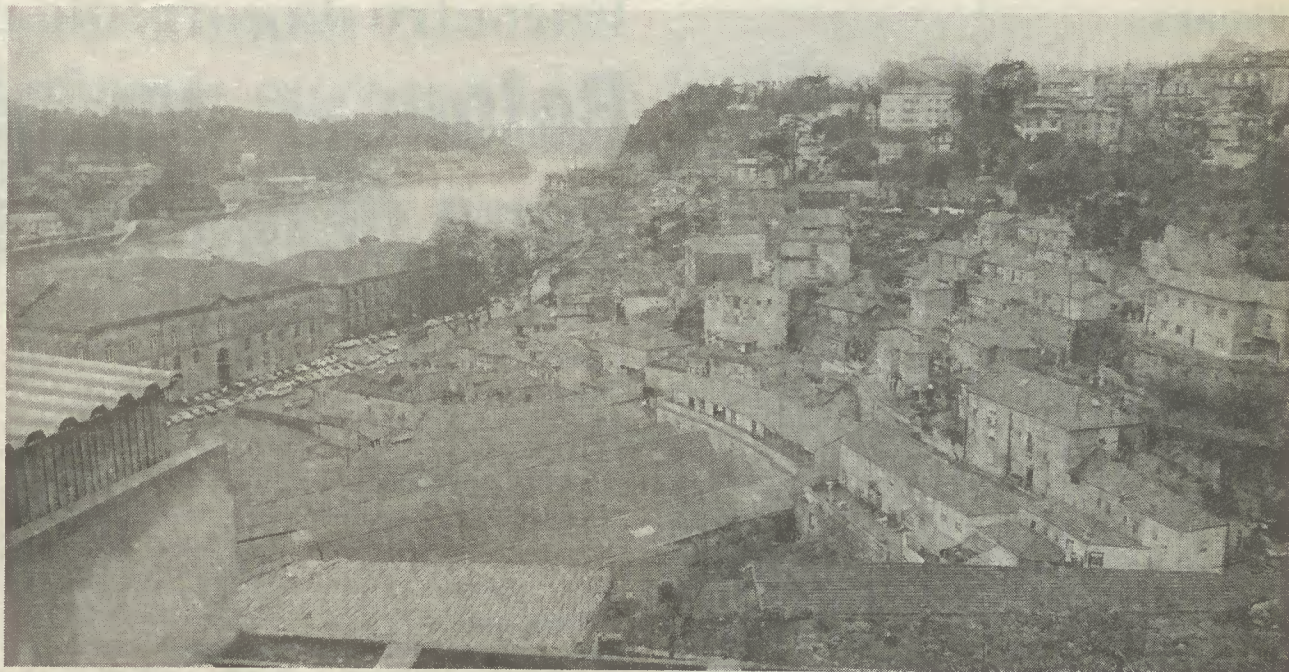
COIMBRA

Um secretismo estranho

A venda da empresa Mondorel encontra-se rodeada de um «estranho secretismo». Esta é a opinião da Comissão Concelhia de Coimbra do PCP que, procurando nos últimos dias recolher informações sobre a matéria se deparou com «elementos que revelam um oculto jogo de interesses» que vão da cadeia de hipermercados «Carrefour» ao lobby imobiliário.

Se o segredo é a «alma do negócio», para os trabalhadores, diz o PCP, interessa o esclarecimento sobre a garantia da continuação da empresa e do pagamento de salários e direitos, como havia sido prometido antes das eleições pelo ministro da Economia.

Assim, a Concelhia de Coimbra do PCP exige um esclarecimento público e transparente por parte do Governo sobre todo o processo da Mondorel, as hipóteses equacionadas e os fundamentos das decisões tomadas, accionando para isso, na Assembleia da República, os mecanismos parlamentares para garantir esse esclarecimento.



Os trabalhadores comunistas do Porto alertam para ofensiva do Governo no campo laboral

MIRANDELA

Urge esclarecimento

Por sua vez, a Comissão Concelhia de Mirandela do PCP, assumindo as preocupações da população, do pessoal médico, técnico e auxiliar do Hospital de Mirandela, quer que os responsáveis da área da saúde do distrito esclareçam sobre os efeitos da aplicação do decreto-lei nº 284/99, de 26 de Julho. É que, apesar do esforço empenhado dos profissionais do Serviço Nacional de Saúde, as políticas de «inspiração neoliberal» dos últimos Governos tem conduzido os seus serviços a uma situação de deterioração ou mesmo à extinção. Assim, perante «as dúvidas e medos criados e patentes na comunicação social», o PCP quer certificar-se de que a aplicação deste decreto-lei, não irá levar ao encerramento da urgência daquele estabelecimento, à saída de efectivos clínicos para outras zonas ou ao encerramento de algumas valências.

OVAR

Minimizar prejuízos

Na semana passada, as intempéries ocorridas na Praia de Esmoriz causaram mais uma vez prejuízos, designadamente na embarcação de pesca de Xávega «Susana», que ficou destruída. A Comissão Concelhia de Ovar do PCP manifesta a sua solidariedade às vítimas dos prejuízos verificados e lembrando as promessas feitas pelo PS há quatro anos, nas instalações do armazém da Junta - conhecido pela delegação do FORPESCAS - exige que as mesmas sejam cumpridas, já que correspondem a justas e antigas reivindicações dos pescadores. Ou seja, tomada de medidas de defesa da costa; apoios ao exercício da actividade deste tipo de pesca, nomeadamente com a atribuição de subsídios para o combustível; construção do posto de vendagem; regulamentação e licenciamento da arte das «majoeiras», único sustento destes pescadores durante o Inverno. Os comunistas, lembrando ainda que «devido ao grande índice de sinistralidade destas embarcações «não há nenhuma empresa seguradora que faça seguros do casco» das mesmas, reclamam que o Governo e demais autoridades tomem medidas que minimizem a situação de todas as vítimas deste acidente.

VIANA DO CASTELO

Aterro subaproveitado?

Em Viana do Castelo, a CDU, não tendo conseguido recolher dados suficientes para decidir o sentido do seu voto, optou pelo «benefício da dúvida» e absteve-se na votação da Assembleia Municipal sobre o Regulamento de Resíduos Sólidos e das Regras de Cálculo das Tarifas. Hoje considera que não o deveria ter feito, pois, como temia, a votação traduziu-se pela entrega de «um cheque em branco» à maioria PS/PP na Câmara Municipal.

De facto, até hoje, os valores que estão a ser aplicados não foram fundamentados, não se sabendo se dizem respeito a gastos de exploração ou a custos de produção - isto é, para cobrir a despesa do aterro sanitário -, se para cobrir o subaproveitamento do aterro por este não ser viável, contrariamente ao prometido.

Aliás, também não se percebe porque é que um município de Esposende paga por 8m³ de água 112\$00 e um de Viana do Castelo paga pelo mesmo consumo 490\$00 ou, ainda, porque é que os municípios de Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca não pagam um tostão de tarifa de lixo e os de Viana do Castelo têm de pagar.

Face a todas estas dúvidas, informa a Comissão Concelhia de Viana do Castelo do PCP, os eleitos da CDU decidiram requerer nova discussão do assunto em Assembleia Municipal extraordinária, encontrando-se o requerimento em fase de recolha das assinaturas exigidas pelo Regimento.

Porto

Trabalhadores comunistas querem «andar para a frente»

Militantes do PCP de várias áreas profissionais do Porto reuniram no sábado passado, no Centro de Trabalho da Boavista, para discutir os resultados das eleições legislativas e as batalhas políticas e sociais que se aproximam.

Depois de valorizarem os bons resultados obtidos pela CDU, os comunistas portuenses sublinham o facto de, apesar do respeito pelo PCP e pelo seu papel insubstituível na defesa da democracia, muitos trabalhadores terem optado por votar no PS, apesar da forma como foram maltratados pelo seu Governo.

Os resultados eleitorais constituem, contudo, um forte estímulo para o Partido que deve, desde já, aproveitar as condições criadas para andar para a frente e tomar a iniciativa política, na Assembleia da República e fora dela, não aguardando pela retomada da

ofensiva do novo Governo em relação ao Pacote Laboral.

O Partido deve ainda concentrar mais energia na intervenção política de massas e começar a preparar as próximas eleições autárquicas.

Os trabalhadores comunistas do Porto defendem ainda a necessidade de denunciar a demagogia das promessas eleitorais dos outros partidos e sublinham o valor da recente declaração do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho, no sentido de que o Partido votará a favor de qualquer proposta, independentemente da sua origem, desde que seja boa para o povo.

Por fim, e antes de Emídio Ribeiro encerrar os trabalhos, a reunião discutiu o próximo Congresso da CGTP, os seus

objectivos e a necessidade de dinamização deste importante acontecimento na vida dos trabalhadores.

Em Coimbra

Mais uma empresa à beira de encerrar

Uma operação imobiliária de natureza especulativa está, tudo o indica, na origem das dificuldades que atravessa a empresa Cereart, em Coimbra, que não esconde o propósito, pela voz da sua administração, de encerrar as portas em Novembro a Dezembro com o conseqüente despedimento dos seus 50 trabalhadores.

Entre as formas de pressão que está a exercer sobre os trabalhadores está o convite à rescisão dos contratos, verificando-se simultaneamente deliberados atrasos no pagamento dos salários, como ocorreu em Setembro (pagos no dia 15) e em Outubro (pagos no dia 8).

Na mira dos proprietários está a construção imobiliária através da venda dos terrenos onde está localizada esta empresa do sector cerâmico, situada na estrada de Eiras, tendo para o efeito procedido já à entrega de um pedido de viabilidade de loteamento e construção na Câmara Municipal de Coimbra.

No sentido de defender a empresa e os postos de trabalho, como sublinha em comunicado a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP, importa que a Câmara de Coimbra indefira aquela pretensão da empresa. Se o não fizer, lê-se no comunicado, a autarquia «assume a responsabilidade pelo encerramento de mais uma empresa em Coimbra e o despedimento dos respectivos trabalhadores».

Campanha de Fundos na recta final!

Encerra no final do corrente mês de Outubro a Campanha Nacional de Fundos lançada no início do ano com vista a fazer face aos enormes encargos impostos ao Partido por uma intensa actividade política no curto período de dez meses.

Para o cumprimento das metas definidas por todas as organizações e sectores de actividade do Partido referentes a esta Campanha, e tendo como estímulo os resultados políticos muito positivos obtidos pelo Partido nas eleições legislativas do passado dia 10 de Outubro, está em curso um esforço final para a recolha do máximo possível de contribuições de muitos camaradas e amigos do Partido que para ela ainda não contribuíram.

Tudo indica que, não obstante o imenso trabalho político imposto ao Partido com a realização de duas campanhas eleitorais, a par das tarefas correntes, serão alcançados, globalmente, os objectivos definidos no início da Campanha. Do seu resultado definitivo dar-se-á oportunamente conhecimento público nas colunas do «Avante!».

No momento, a tarefa é, pois, fazer um último esforço para dar cumprimento com êxito a esta tarefa nacional!



PCP recebe ministro cubano

O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalho, acompanhado de Albano Nunes, do Secretariado do Comité Central, e de Manuela Bernardino, do CC e da Secção Internacional, recebeu, na segunda-feira passada, no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, o ministro das Relações Exteriores de Cuba, Felipe Pérez Roque, que esteve acompanhado de Carlos Miguel Pereira, assessor principal do ministro, Marcelino Medina, director para a Europa do ministério, e Mercedes Aguilá, embaixadora de Cuba em Portugal.

TRABALHADORES

Encontro da corrente unitária no SBSI Reforçar posições para defender os bancários

Vimeca

A greve marcada para hoje na Vimeca/Lisboa Transportes só poderia ser desconvocada se os representantes da empresa entregassem, ainda durante o dia de ontem, uma contraproposta de acordo de empresa, para unificar as relações de trabalho de todo o pessoal ao serviço da transportadora, independentemente da firma de que faziam parte antes da aquisição pela Vimeca de parte da Rodoviária de Lisboa. Na reunião de dia 20, no Ministério do Trabalho, a empresa reafirmou o compromisso assumido em Julho, de criação de um AE único, mas não confirmou a entrega da sua contraproposta no prazo de uma semana, que permitiria o início de negociações – refere uma nota da Festru/CGTP.

Professores

Docentes contratados e desempregados e dirigentes dos sindicatos da Fenprof decidiram confrontar o novo ministro da Educação com o facto de, reagindo à manifestação de 22 de Setembro, altura em que ocupava o cargo de secretário de Estado, ter dito à comunicação social que havia já um diploma legal atribuindo o subsídio de desemprego aos professores, o que não se verifica. A Fenprof, que ainda não recebeu qualquer documento do Ministério para apreciação, afirma que «fará desta questão um dos primeiros e principais confrontos com a “nova” equipa» da Avenida 5 de Outubro.

Fusão

A Sanofi-Synthelabo insiste em despedir 45 trabalhadores, e este é o resultado mais visível da fusão das duas empresas, concluída em Maio, denuncia o Sector de Empresas de Cascais do PCP que, em comunicado, exorta todos os trabalhadores daquela multinacional a lutarem pelos postos de trabalho e pelos direitos. Os factos vieram uma vez mais confirmar, lembram os comunistas de Cascais, que os processos de concentração de capital têm como consequência o despedimento de trabalhadores. Tanto a Sanofi, como a Synthelabo eram empresas viáveis e lucrativas, resultando da sua fusão o 6.º maior grupo europeu e o 9.º a nível mundial, no sector farmacêutico. Só que, «em vez de aumentar o potencial da empresa», como seria de esperar, a administração optou pelo despedimento de trabalhadores, não obstante as garantias de que estariam acautelados o emprego e os direitos.

MEC

Há mais de 7 anos que não são actualizados os salários na MEC, Fábrica de Aparelhamentos Industrial, em Santa Iria de Azóia, o que levou os trabalhadores a fazerem greve durante todo o dia 21 – informou o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa.

«Lutar para defender direitos e obter algumas melhorias» é o objectivo central apontado na resolução do 2.º Encontro da corrente unitária do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, que teve lugar no passado sábado, em Lisboa, com a participação de quase uma centena de trabalhadores.

Na nota distribuída à comunicação social, a corrente unitária informa que participaram também no encontro representantes das listas unitárias dos sindicatos dos bancários do Norte e do Centro, bem como um membro da Comissão Executiva da CGTP-IN.

O encontro aprovou uma extensa resolução, onde são analisadas as transformações da banca e a situação económico-financeira dos bancos. No que toca à resposta dos bancários, é apontada a necessidade de um maior trabalho por parte dos activistas sindicais e são sistematizados os principais objectivos da luta que as listas unitárias perspectivam para o futuro.

O objectivo central é concretizado em quatro pontos: defender a proposta sindical de revisão salarial (5,72 por cento, mais o 15.º mês) na sua globalidade; exigir das instituições bancárias o respeito escrupuloso dos mecanismos contratuais estabelecidos para os serviços médico-sociais (SAMS); incrementar as reivindicações por empresa; e lutar contra a desregulamentação e a violação dos horários de trabalho.

Admitindo vários cenários para as eleições no SBSI, a ter lugar em Abril do próximo ano, a corrente unitária coloca dois

«grandes objectivos»: «consolidar a nossa posição de primeira força» e «eleger mais membros nos secretariados sindicais e aumentar o número de candidaturas autónomas».

Foram definidas algumas medidas imediatas, «no sentido de recuperar atrasos e deficiências».

Escalada no BCP/Atlântico

«Jardim Gonçalves prossegue a escalada de violação dos direitos dos trabalhadores», denuncia-se numa moção aprovada no encontro de sábado, que protesta contra declarações do presidente do Grupo BCP/Atlântico, designadamente numa entrevista televisiva, dia 21. «Há centenas de contratados à tarefa, à hora, a prazo, em prestação de serviços, com “falsos” recibos verdes, tudo situações de flagrantes ilegalidades», e «direitos e valores tão básicos para os trabalhadores, como a existência de um horário de trabalho, o usufruir de uma carreira profissional ou contar com a acção de uma Comissão de Trabalhadores, são diariamente postergados», denunciam os activistas das listas unitárias, contrariando

a afirmação de Jardim Gonçalves de que no grupo haveria agora melhores empregos.

Na moção é manifestado «o mais veemente repúdio por este autêntico “terrorismo laboral”». Para os activistas das listas unitárias e para os trabalhadores do grupo vão «total solidariedade» e refor-

çado apoio para «anulação das ilegalidades e reposição dos direitos». Do Governo e da Inspeção do Trabalho é exigido que «imponham o cumprimento da legalidade democrática nas instituições bancárias, muito especialmente nas do Grupo BCP/Atlântico».

Foram ainda aprovadas uma

moção pela defesa dos postos de trabalho ameaçados no Barclays Bank e outra sobre as posições tomadas pela Associação Portuguesa de Bancos nas negociações para substituição do ACTV por um contrato colectivo de trabalho aplicável a todos os associados da APB.

Governo propõe nas rendas aumento superior aos salários

A CGTP considerou «inaceitável» que o Governo «apresente uma proposta de actualização das rendas de habitação superior à inflação que pode ser prevista para o ano, devendo-se ter presente que houve diminuição da inflação em Setembro (o último valor situa-a em 2,6 por cento)». A Intersindical Nacional denunciou ainda, na nota divulgada sexta-feira à comunicação social, «a dualidade de critérios para a actualização das rendas e para a actualização dos salários, já que o Governo defendeu para os salários um referencial de inflação com base na inflação prevista, que foi de 2 por cento neste ano».

Na reunião da Comissão Permanente de Concertação Social, realizada sexta-feira para apreciar o projecto de portaria relativo à actualização das rendas de casa para o ano 2000, o Governo propôs um aumento de 2,8 por cento (variação média anual da inflação verificada até Agosto).

«Nos termos da legislação em vigor, o Governo poderá fixar uma actualização das rendas entre 75 e 100 por cento da inflação verificada, mas optou pelo coeficiente mais elevado», regista a CGTP.

A central nota ainda que a proposta para a actualização das rendas foi apresentada pelo Governo em 14 de Outubro. Afirmando que «a CGTP-IN não é contrária a que se discuta antecipadamente a fixação das rendas de habitação», o comunicado de imprensa acrescenta que a

Inter «não compreende que o mesmo não aconteça para a fixação do salário mínimo nacional, que todos os anos é actualizado com meses de atraso em relação à sua entrada em vigor (1 de Janeiro)». Por este motivo, a CGTP propôs que o Governo convoque «de imediato» uma reunião da Comissão Permanente de Concertação Social para fixar o valor do salário mínimo no próximo ano, «por forma a que o diploma de actualização seja publicado antes de 31 de Dezembro».

FNAM interpela nova ministra da Saúde

A adequação dos salários ao novo quadro de exigências e a valorização profissional são duas das propostas da Federação Nacional dos Médicos para o novo Governo em matéria de saúde.

O Conselho Nacional da FNAM, reunido no sábado, sugeriu ao Governo e à nova ministra da Saúde – a quem, refere a Lusa, já fez chegar o seu caderno reivindicativo para o próximo triénio – algumas das medidas que considera essenciais para que a reforma da saúde se possa concretizar.

Reafirmando a importância da delimitação dos sectores, do pagamento dos salários de acordo com critérios de qualidade e quantidade, e de uma nova legislação sobre a gestão dos serviços de saúde, a FNAM chama ainda a atenção para a necessidade de se adoptarem estratégias para a implementação de pro-

gramas de melhoria contínua da qualidade.

No documento que saiu do encontro, a federação defende também a regulamentação e controlo sobre a aplicação das medidas previstas na «Estratégia para o virar do século» em matéria de saúde, devendo conhecer-se publicamente os resultados da avaliação periódica.

Manifestando-se «aberta» a participar na discussão do aprofundamento das reformas de saúde, a FNAM chama a atenção para a necessidade da defesa da qualidade dos serviços públicos de saúde, bem como das escolas, incluindo a revisão das condições de acesso ao curso de Medicina e a reintegração dos licenciados. A FNAM, que foi a primeira organização sindical de médicos a entrar em acordo com Maria de Belém Roseira sobre matérias remuneratórias, considera que a política de concertação do anterior

Ministério permitiu «lançar bases para uma política estruturante de saúde» e reafirmar a federação médica como «parceiro incontornável para levar a cabo a reforma da saúde».

Jornalistas saúdam combate aos recibos verdes

O Sindicato dos Jornalistas congratulou-se com as acções desenvolvidas pela Inspeção-Geral de Trabalho tendo em vista a erradicação do trabalho ilegal com recibo verde.

Em comunicado citado pela Lusa, o SJ classifica este tipo de trabalho como «um recuo sério no conjunto de direitos e conquistas laborais e sociais» que, tal como o contrato a termo certo, «cria condições objectivas para o aparecimento de mecanismos de censura». A ameaça de desemprego ou a subordinação da consciência profissional à chantagem com a insegurança no posto de trabalho são os exemplos de censura apontados.

Nas inspecções que se têm vindo a realizar,

que contam com a participação dos Serviços de Fiscalização dos centros regionais de Segurança Social, o SJ tem denunciado alguns casos e promete manter-se atento à concretização da auto-regulação, por parte das empresas, à quais a IGT fixou o prazo de 31 de Dezembro.

O sindicato alerta ainda os jornalistas e os jovens formandos das escolas para a utilização «abusiva e ilegal» dos estágios curriculares facultados pelas empresas aos finalistas, a quem muitas vezes são dadas responsabilidades «que só devem ser atribuídas a jornalistas, os únicos sujeitos às obrigações deontológicas da profissão».



Enquanto os aumentos salariais têm que ser arrancados com a luta dos trabalhadores, o Governo dá aos senhorios possibilidades de subir as rendas acima da inflação (foto de arquivo)

TRABALHADORES

Contestada privatização no Grupo Portucel

Vender a Gescartão é mau para o País e os trabalhadores

O valor estabelecido para a alienação não chega a metade do montante por que as empresas foram avaliadas em 1993, e fica muito aquém do capital social e das vendas.

A privatização da Gescartão – empresa do Grupo Portucel que detém o capital social da Portucel Viana, da Portucel Embalagem e da Portucel Recicla – foi decretada pelo Governo a 17 de Setembro. Mas o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa considera que tal opção «não é boa, nem para o País, nem para os trabalhadores», e já transmitiu as suas preocupações e interrogações ao Primeiro-

Ministro e ministros, exigindo resposta e esclarecimento.

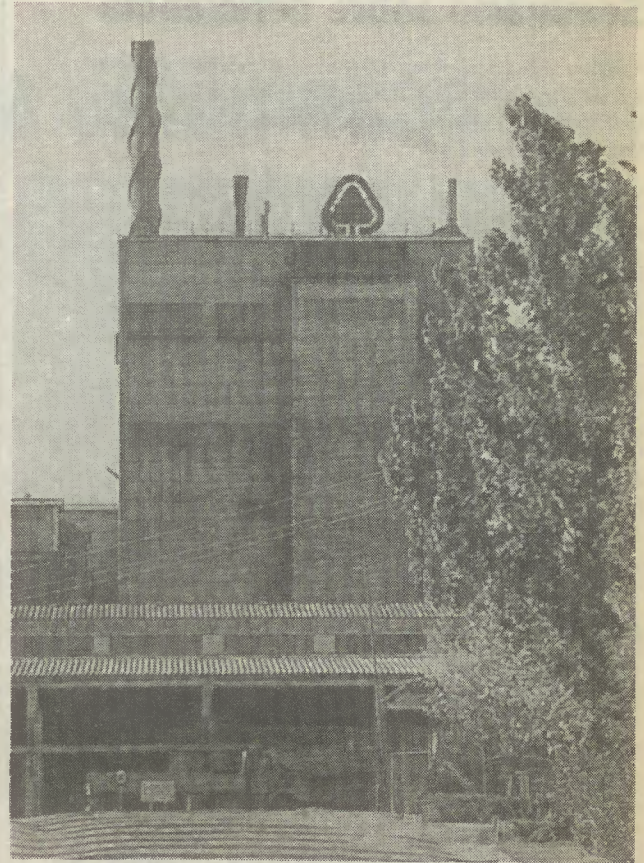
Numa nota que divulgou sexta-feira, a Direcção Nacional do sindicato protesta contra o facto de os trabalhadores terem sido marginalizados naquela decisão. Contrariamente ao que estabelece a Lei 46/79, às comissões de trabalhadores «não foi prestada qualquer informação ou solicitado parecer».

No decreto-lei da privatização (364/99), o valor estabele-

cido para venda da Gescartão é de 19 milhões e 985 mil contos. Ao lado deste número, o sindicato coloca a soma do capital social das três empresas que integram a Gescartão (35,5 milhões de contos, em 1993). Uma avaliação feita há seis anos atribuiu às empresas o valor de 42 milhões e 480 mil contos. Ainda em 1993, o seu activo era, no conjunto, de 53 milhões de contos.

«Não estaremos perante um valor muito baixo para alienação deste importante património público», questiona o sindicato, acrescentando que, em 1996, o volume de vendas das três empresas foi de 31,7 milhões de contos, e que os

seus lucros, em 1998, foram de 900 mil contos. O sindicato também pretende saber «o que justifica que se entregue ao capital privado nacional ou multinacional este importante património industrial e os seus lucros, e que se possa pôr em risco o seu desenvolvimento», com impacto nas regiões onde se inserem as unidades fabris e nos empregos de 1104 pessoas, tanto mais que o decreto «nem uma linha dedica à importante garantia e salvaguarda dos interesses e direitos dos trabalhadores».



Não são dados motivos sérios para a entrega da Gescartão ao capital privado (foto de arquivo)

Desempregados de fora nos Armazéns do Chiado

Para as dezenas de trabalhadores dos Grandes Armazéns do Chiado que continuam desempregados, a reabertura do edifício destruído no incêndio de 25 de Agosto de 1988 não proporcionou propriamente um dia para festejos.

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, ao

comentar a retoma da actividade nos Armazéns – reabertos anteontem mas com inauguração prevista para 9 de Novembro – manifestou-se «indignado por mais esta atitude de abandono e esquecimento», pois não foram tidos em conta os trabalhadores dos antigos Grandes Armazéns do Chiado, na «bolsa de emprego» criada para a meia

centena de lojas que o edifício reconstruído vai albergar. O CESP/CGTP salienta que ficam no desemprego dezenas de pessoas «com grande experiência profissional, que têm actualização com formação ao longo destes anos».

Deixar de fora os trabalhadores que viram «arder» os seus empregos há onze anos suscita ainda mais justo protesto porque, «por força da luta dos trabalhadores da zona incendiada do Chiado, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade veio a criar um gabinete de atendimento para a reinserção profissional». «Ninguém pode dizer que ignora os objectivos de luta destes trabalhadores», salienta o sindicato.

Por outro lado, o CESP manifesta «satisfação pela forma positiva como estão a evoluir as conversações para desbloqueamento da verba de mais de um milhão e cem mil contos, do Fundo Extraordinário de Apoio à Recuperação do Chiado, como subsídio de compensação extraordinário, a atribuir aos cerca de mil trabalhadores afectados pelo incêndio».

Em seis pisos, o novo centro comercial da Baixa terá 50 lojas (incluindo a maior loja de artigos desportivos do País e o maior estabelecimento da multinacional FNAC na Península Ibérica), a funcionar até às 23 horas, e 11 restaurantes, abertos até à meia-noite.

Numa parte do sexto piso, no sétimo e na chamada «torre» (oitavo piso), onde existe um terraço com vista sobre a Baixa e o Tejo, funcionará a partir de Dezembro um hotel de quatro estrelas, com 40 quartos.

Não docentes do Centro dispostos a ir à luta

No Encontro Regional de trabalhadores não docentes do Ensino não Superior, promovido dia 22 pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Centro, ficou expresso «total desapontamento e descontentamento» pela forma como o Governo conduziu as negociações do regime jurídico do sector.

Numa resolução aprovada sexta-feira em Coimbra, considera-se «inadmissível o facto de matérias já acordadas terem

sido posteriormente retiradas e não constarem, por isso, do texto final, num total desrespeito pela negociação». É repudiada a postura do Governo, «que mostrou como desvaloriza o saber e a experiência resultantes de anos e anos de trabalho e dedicação dos auxiliares de acção educativa e de outros estratos profissionais», como os guardas nocturnos. Pelos prejuízos causados aos trabalhadores, são responsabilizados o Governo e a

FNE/UGT, «que subscreveu um tão gravoso acordo»

Na legislatura que agora se inicia, os trabalhadores reclamam do Governo que tenha em conta a Plataforma Reivindicativa para 2000, aprovada pelos sindicatos da Frente Comum, e manifestam «total disponibilidade para lutar pelas questões reivindicadas e para continuar a lutar pelas matérias que não foram aceites pelo Governo aquando do processo negocial do regime jurídico das escolas».

Queixa invertida

Um dirigente sindical foi chamado ontem ao Tribunal de Almeida, acusado pela GNR de ter partido uma antena de um rádio portátil de um guarda. O sindicalista «apareceu com um ferimento na cabeça, eventualmente surgido quando partia a antena do referido rádio», afirma a acusação, num texto em que os dirigentes sindicais são tratados como «agitadores».

A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos exprimiu um forte protesto contra esta maneira de relatar a agressão de um elemento da GNR contra um trabalhador, a quem o guarda bateu com um comunicador portátil na cabeça, mas receia que «nunca se pode excluir, em absoluto, a possibilidade de triunfar a mentira, face às próprias contingências do processo judicial, nomeadamente no que respeita à produção de prova».

Numa nota que distribuiu sexta-feira à comunicação social, a Festru/CGTP-IN afirma que o seu dirigente foi levado a julgamento «por ter exercido um direito legítimo, em defesa dos interesses dos trabalhadores do sector». A 11 e 12 de Fevereiro de 1997, recorda a Federação, «quando decorria em Espanha uma greve de motoristas que, praticamente, impedia o trânsito rodoviário naquele país, ocorreu uma grande concentração de motoristas portugueses, com os respectivos camiões, no parque TIR, em Vilar Formoso, e nas suas imediações». Na mesma altura, «encontrava-se bloqueado, em Portugal, o

processo de revisão do contrato colectivo de trabalho aplicável aos trabalhadores do sector de transportes de mercadorias, por força da intransigência da associação patronal, a Antram».

Foi neste contexto que a Festru resolveu enviar alguns dirigentes para Vilar Formoso, naqueles dias. Mas, «sem que se tivesse verificado qualquer perturbação da ordem pública, nomeadamente, sem que tivesse ocorrido qualquer bloqueamento da circulação rodoviária que não fosse o determinado pela actuação dos grevistas espanhóis, foram destacados para o local 250 elementos da GNR», com «meios desproporcionados» e «uma postura absolutamente injustificada e ilegítima», o que criou «um ambiente artificial de tensão e de confronto, de que resultaram ferimentos em vários trabalhadores», que teriam «razões de sobra para apresentarem queixa-crime contra os elementos da GNR, sobretudo contra os seus comandantes».

Depois da gravidade das agressões e da ingerência na actividade sindical, a actuação da GNR junto do Tribunal «traduz o propósito de coagir os trabalhadores e os seus dirigentes sindicais a absterem-se de exercer direitos legítimos, constitucionalmente consagrados», denuncia a Festru, sublinhando que «sejam quais forem as consequências, não é por esta via que o poder conseguirá amordçar os trabalhadores dos transportes e as suas organizações».



Os trabalhadores que em 1988 viram arder o seu local de trabalho não foram considerados na «bolsa de emprego» para a reabertura (foto de arquivo)

Seminário sobre deficiência

A saúde, a educação e o emprego são os temas de um Seminário sob o lema «A deficiência na viragem do milénio», a realizar nos dias 3 e 4 de Dezembro no hotel Novotel, em Lisboa, por iniciativa da Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes.

«Verdes» lançam SOS

O Partido Ecologista «Os Verdes» considera que a viabilização do mega-projecto do Parque Natural Sintra/Cascais, já em execução, representa a cedência do Governo aos lobbies de interesses instalados e «a condenação à morte deste valioso património».

No início dos trabalhos parlamentares, «Os Verdes», que têm repetidamente denunciado os atentados cometidos neste parque natural com a cumplicidade do Governo e do Instituto Conservação da Natureza, e alertado para o seu gradual desmantelamento, decidiram colocar de novo este escândalo no debate político. Entretanto, o Partido Ecologista decidiu lançar um movimento de opinião a favor do Parque Sintra/Cascais, «que trave a fúria destruidora do betão e preserve este valioso património para as gerações futuras».

Hortas pedagógicas na Moita

A Câmara Municipal da Moita celebrou um protocolo com a Agrobio - Associação portuguesa de Agricultura Biológica, com a finalidade de dar a conhecer as práticas básicas de uma agricultura saudável e ecológica junto das escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico.

Dos vários objectivos deste projecto destacam-se: sensibilizar a população escolar para as questões relacionadas com o ambiente; esclarecer a comunidade escolar sobre os benefícios, para a saúde e para o ambiente, de uma alimentação com produtos biológicos; sensibilizar para a importância da reciclagem; dotar as escolas envolvidas com o equipamento necessário para procederem à recolha e compostagem de resíduos orgânicos e ao seu posterior aproveitamento através da criação de uma horta pedagógica ou jardim, aplicando metodologias seguidas na prática da agricultura biológica.

No âmbito do protocolo, a Agrobio irá desenvolver uma acção de formação dirigida a todos os professores interessados, proceder à recolha e compostagem de resíduos orgânicos, criar uma horta pedagógica, dar formação sobre meios auxiliares em agricultura biológica, instalar abrigos ecológicos e organizar uma visita a uma quinta biológica.

No final do projecto, previsto para Maio do ano 2000, a Câmara da Moita irá organizar um atelier de venda de produtos biológicos produzidos nas hortas pedagógicas, durante a Feira de Projectos Educativos que se realiza, anualmente, no concelho.

Os estabelecimentos de ensino abrangidos por este projecto são a Escola n.º 5 e n.º 8 da Baixa da Banheira e o Centro de Bem-Estar Social da Baixa da Banheira.

CDU/Barcelos pede inquérito

A CDU/Barcelos pediu ao presidente da autarquia, o social-democrata Fernando Reis, a abertura de um inquérito a um engenheiro municipal que acusa de ter impedido a realização de um comício na recente campanha eleitoral.

O caso ocorreu a 30 de Setembro, quando a CDU pretendia montar um palco na Avenida da Liberdade, pretensão negada pelo engenheiro Vale Lima, que se apresentou como «dono e senhor do espaço».

«Os espaços públicos estão disponíveis para as forças políticas e a Câmara estava informada da situação, assim como o Governo Civil», afirmou José Evangelista, da CDU, que criticou «a postura arrogante e prepotente do engenheiro» e afirmou esperar uma resposta da autarquia «dentro de um mês e meio».

O presidente da Câmara de Barcelos afirmou entretanto, na audiência que concedeu aos representantes da CDU, que «desconhecia a situação», garantindo que vai «analisar o caso».

Homenagem a Mário Cláudio

A Cooperativa Cultural Árvore, a Fundação Engenheiro António de Almeida e a livraria Modo de Ler iniciaram segunda-feira um ciclo comemorativo dos 30 anos de actividade literária de Mário Cláudio.

O ciclo, que decorre até amanhã na fundação e na cooperativa, envolve diversas actividades, da música à leitura de poesia.

De entre as iniciativas que se inserem nesta semana literária, conta-se o debate de diferentes temas - a religião e a literatura no limiar do terceiro milénio, a poesia de Mário Cláudio, a cidade do Porto na obra de Mário Cláudio e as obras de teatro do escritor.

Inter Culturas no Barreiro

A freguesia do Alto do Seixalinho, no concelho do Barreiro, vai ser palco da realização do projecto «Inter Culturas», a ter lugar de 29 de Outubro a 11 de Dezembro.

A iniciativa, que visa defender e preservar a identidade cultural dos povos de língua portuguesa que se encontram integrados na nossa sociedade, é promovida pela Junta de Freguesia do Alto do Seixalinho e pela Associação Africana e é apoiada pela Câmara Municipal do Barreiro e pelo movimento associativo da freguesia.

Do programa constam várias actividades, tais como exposições de artesanato, mostras gastronómicas e espectáculos musicais. Cada fim-de-semana é dedicado a um país, sendo as actividades realizadas numa colectividade da freguesia.

O primeiro fim-de-semana, dias 29, 30 e 31 de Outubro, é dedicado à cultura de Cabo Verde, com actividades a decorrer no Clube Dramático Instrução e Recreio 31 de Janeiro.

Colóquio sobre idosos

No âmbito do programa *Vivências* - dirigido à população idosa do concelho da Moita - a Câmara Municipal da Moita promoveu, quarta-feira passada, um colóquio-debate subordinado ao tema «Uma sociedade para todas as idades».

O programa *Vivências*, lançado pela autarquia no início do ano, tem como objectivos promover o bem-estar social dos idosos do concelho, criar actividades socio-culturais dirigidas a esta faixa etária cada vez mais numerosa e reforçar a sua capacidade de intervenção na comunidade, enquanto portadora de vivências e saberes acumulados.

«Os Verdes» levam à AR co-incineração de resíduos alimentares

A questão da co-incineração de resíduos alimentares potencialmente contaminados na Secil, em pleno Parque Natural da Arrábida, foi uma vez mais levantada pelo Partido Ecologista «Os Verdes», segunda-feira passada, no dia da tomada de posse da nova Assembleia da República.

Na sequência das muitas outras iniciativas já tomadas, «Os Verdes» decidiram entregar na AR um requerimento dirigido ao Ministério do Ambiente, com carácter de urgência, reivindicando o reenvio dos resíduos para a Bélgica e contestando a opção de co-incinerá-los na Arrábida.

No requerimento, apresentado pela deputada Heloísa Apolónia, comenta-se que se estes alimentos, de proveniência belga, foram retirados do mercado, «foi porque a desconfiança

da sua contaminação era um facto».

Partindo desta constatação, o Partido Ecologista relembra que «a queima destes resíduos será, por si, emissora de dioxinas para a atmosfera, na medida em que estarão em causa, pelo menos, a combustão de embalagens e de produtos que contêm cloro ou organoclorados».

«Os Verdes» lembram ainda a afirmação das autoridades portuguesas, em resposta a intimação da Comissão Europeia, de que «nunca tinham

posto a hipótese de co-incinerar resíduos perigosos no Parque Natural da Arrábida».

Nas informações pedidas no requerimento ao Ministério do Ambiente, «Os Verdes» perguntam, nomeadamente, se o Ministério «tem consciência do atentado à saúde pública que representaria a co-incineração destes resíduos», por acréscimo num Parque Natural, «área protegida... pelo menos por estatuto e classificação».

Navio encalhado

Os dirigentes de «Os Verdes» têm vindo a acompanhar no local as operações que envolvem o navio cargueiro «Courage», encalhado desde terça-feira passada na ria de Aveiro, nomeadamente

com o comandante da Capitania do Porto de Aveiro e com o responsável pela Reserva Natural das Dunas de São Jacinto.

Dia 22 o navio não resistiu à violência do mar e derramou o primeiro combustível, aumentando o risco de uma maré negra.

O «Courage», carregado de rações para animais, vinha da Nigéria quando encalhou na zona da Reserva Natural de São Jacinto, devido ao mau tempo. Os 18 tripulantes foram salvos com a ajuda de um helicóptero da força aérea. Há suspeitas de eventual envolvimento do navio no tráfico de droga.

Com a sua presença no local, «Os Verdes» têm como objectivo acompanhar as operações de limpeza dos produtos libertados pelo navio, assim como dos meios utilizados.

Vacas loucas

Provável prolongamento do embargo

O provável prolongamento do embargo às exportações portuguesas de carne bovina e de bovinos vivos imposto pela Comissão Europeia, é comentado, num momento em que nova missão comunitária está em Lisboa, pela Direcção nacional da Confederação Nacional da Agricultura - CNA, em comunicado de imprensa sobre a doença das *vacas loucas*.

A CNA começa por lembrar que, ao longo do ano de 1999 «já se registaram 102 casos detectados de BSE (*vacas loucas*) e tudo aponta para mais casos», o que significa que «está ultrapassado o limite de 200 casos por milhão de animais de efectivo bovino, com mais de 2 anos, definido pela Comissão Europeia, como base de partida para

o levantamento ou manutenção do embargo».

Uma situação muito preocupante, como sublinha a CNA, que critica a política que nesta área tem vindo a ser seguida em Portugal pelos sucessivos governos.

«Começou com a ocultação da doença das *vacas loucas* a partir de 1992/93, continuou com a falta de controlo sobre as

importações das farinhas de carne e ossos até 1996/7 e chegou à não aplicação das exigências da Comissão Europeia quanto à interdição e destruição desse tipo de farinhas e de outros *materiais de risco*», lembra a Confederação da Agricultura.

O comunicado termina com um alerta: «As *vacas loucas* e as *dioxinas* vieram também pôr a nu as dramáticas consequências da real falta de controlo sobre as importações agro-alimentares e da irracionalidade do modo de produção/transformação agro-industrial e intensivo, o qual ameaça a bio-diversidade e a saúde pública, enquanto continua a dispor da grande parte dos apoios técnicos e financeiros, públicos, no quadro das políticas nacionais, da União Europeia e da Organização Mundial do Comércio».

Políticas que «urge modificar antes que surjam novos e ainda piores *escândalos alimentares*».

Práticas discriminatórias em universidade privada

O Sindicato dos Professores da Região Centro (SPRC) formalizou uma queixa contra a universidade privada Vasco da Gama, por alegadas «práticas de exclusão», defendendo o seu não licenciamento pelo Ministério da Educação.

A adopção de «práticas discriminatórias que colocam em causa direitos fundamentais dos cidadãos» é um dos «quatro aspectos fundamentais» que levam o sindicato, filiado na Fenprof, a fazer a denúncia aos órgãos de soberania e outras entidades públicas.

Em comunicado, o SPRC informa que enviou o protesto ao Presidente da República, presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, ministro da Educação, presidente do Conselho Nacional de Educação, secretários de Estado da Administração Educativa e do Ensino Superior e secretário-geral da UNESCO.

A organização dos professores põe em causa e «validade científica do projecto» e insurge-se contra «a criação de expectativas nos jovens, ao abrir as inscrições sem autorização de licenciamento da universidade».

O SPRC denuncia o facto de os promotores da nova universidade

«terem anunciado a adopção de critérios de selecção que consubstanciam uma prática de discriminação e de exclusão social».

Em conferência de imprensa realizada em Coimbra, o sindicalista Mário Nogueira sublinhou que os responsáveis por esta uni-

versidade, «ao remeterem para segundo plano os jovens com dificuldades de aprendizagem, problemas comportamentais, ou outros (designadamente associados à toxicod dependência), estão a violar» vários artigos da Constituição da República Portuguesa.



Malangatana homenageado

O pintor moçambicano Malangatana foi homenageado na passada semana na Faculdade de Letras de Lisboa. O artista, que recentemente ofereceu ao PCP um painel, que depois esteve patente na Festa do «Avante!», reuniu num dos anfiteatros da Faculdade numerosas personalidades da vida cultural, destacando-se a presença do reitor da Universidade de Lisboa, Barata Moura, e a intervenção do escritor Urbano Tavares Rodrigues.

Eleições legislativas

PCP analisa resultados da emigração

A passagem pela primeira vez da CDU para terceira força política em expressão eleitoral na emigração constitui um dos factos relevantes a reter das eleições para a Assembleia da República nas comunidades portuguesas. Numa análise aos resultados, marcados pela «elevadíssima abstenção» e por uma «expressiva subida do PS» em simultâneo com uma «profunda queda eleitoral do PSD», a Direcção da Organização na Emigração do PCP considera em comunicado divulgado segunda-feira que esta significativa troca de posições não pode ser dissociada da «negativa instrumentalização do aparelho de Estado e da própria RTPi» levada a cabo pelo partido no Governo junto das comunidades portuguesas.

Para aquele organismo do PCP, que reconhece que o

resultado obtido pela CDU «não é satisfatório» e é até «contraditório com o resultado muito positivo conseguido a nível nacional», importa agora «proceder a uma reflexão e análise cuidadosa e rigorosa dos resultados eleitorais e das suas causas».

Nesse sentido e com vista a contribuir para uma «mais eficaz intervenção futura dos comunistas em defesa dos direitos e aspirações das comunidades portuguesas», para além de outras reuniões já agendadas em diversos países, está marcado para os dias 11 e 12 de Dezembro um Encontro de Quadros do PCP nas Comunidades Portuguesas na Europa.

É o resultado da primeira leitura da DOE do PCP sobre as legislativas nos dois círculos eleitorais da emigração, vertida em documento, que transcrevemos de seguida.

PARTIDOS	TOTAL EUROPA				TOTAL FORA DA EUROPA			
	1995	%	1999	%	1995	%	1999	%
PS	9067	35,1	14277	55,4	2608	13,0	6818	39,8
PSD	8740	33,8	6353	24,7	14085	70,5	8470	49,5
CDU	1652	6,4	1351	5,2	246	1,2	287	1,7
CDS/PP	1143	4,4	829	3,2	771	3,9	593	3,5
BE*	135	0,5	145	0,6	54	0,3	63	0,4
MRPP	195	0,8	219	0,9	40	0,2	49	0,3
MPT	252	1,0	276	1,1	92	0,5	69	0,4
PPM	-	-	74	0,3	-	-	45	0,3
PH	-	-	20	0,1	-	-	-	-
POUS	-	-	33	0,1	-	-	-	-
PSN	-	-	25	0,1	-	-	7	0,0

* Em 1995 concorreram PSR + UDP

Resultados para a Assembleia da República dos eleitores residentes no estrangeiro

	INSCRITOS		VOTANTES				VOTOS BRANCOS E NULOS			
	1995	1999	1995	%	1999	%	1995	%	1999	%
TOTAL EUROPA	93285	97023	25855	27,7	25750	26,5	4549	17,6	2148	8,3
TOTAL FORA DA EUROPA	99051	86527	19988	20,2	17124	19,8	1959	9,8	647	3,8

Demagogia eleitoralista

O resultado das eleições legislativas nos dois círculos eleitorais da Emigração portuguesa é principalmente caracterizado pela expressiva subida do PS, que atinge pela primeira vez a condição de partido mais votado nestes círculos e elege três dos quatro deputados em disputa, e pela profunda queda eleitoral do PSD, que perde em favor do PS dois dos seus três deputados e baixa em 35% a sua votação (menos cerca de 8000 votos), descida que é acompanhada também pelo CDS/PP, que perde mais de 25% dos votos obtidos nas eleições anteriores.

O resultado obtido pela CDU não é um resultado satisfatório, sendo até contraditório com o resultado muito positivo conseguido a nível nacional, já que baixa em percentagem (de 4,1% para 3,8%) e em votos (menos 260 votos), embora atingindo pela primeira vez na Emigração a condição de terceira força política em expressão eleitoral, ultrapassando o CDS/PP.

A elevadíssima abstenção verificada (76,6%), a maior de sempre em eleições legislativas, a que se deve acrescentar o baixo número de eleitores recenseados nas Comunidades Portuguesas (apenas 183 550), é também um facto a reter. Demonstrativo de que a justificada e necessária valorização de uma relação responsável e participada dos portugueses da diáspora com o seu País, que o PCP sempre tem defendido, deve ter em conta a especificidade dessa relação pela sua condição de emigrantes e não ser instrumentalizada pela demagogia eleitoralista e populista que



em especial tem sido alimentada pelos partidos da direita e também pelo PS.

Não ao poder absoluto

A significativa troca de posições entre PS e PSD nos resultados eleitorais da Emigração (o PS passa de um para três deputados; o PSD, de três para um; o PS obtém a condição de partido mais votado à custa do PSD) é inseparável da negativa instrumentalização do aparelho de Estado e da

eleitorais da Emigração, as organizações e os membros do PCP, os muitos independentes que conosco trabalharam no quadro da CDU para darem corpo a uma activa e esforçada campanha de informação e esclarecimento num contexto marcado por uma profunda e desfavorável desigualdade de recursos relativamente aos outros principais partidos.

As ideias e propostas defendidas e apresentadas são compromissos do PCP e da CDU que justificam agora uma activa mobilização de forças e vontades na emigração portuguesa para a sua concretização e que serão

Assembleia de apuramento

A Assembleia Geral de Apuramento do Círculo da Europa foi presidida, em representação da CNE e por este órgão designada, pela nossa camarada Ana Serrano.

Constituída por um Juiz Desembargador do Tribunal da Relação, dois juristas, dois professores de matemática, um secretário do Tribunal da Relação, à Assembleia Geral de Apuramento está cometida a responsabilidade de aferir das reclamações e protestos, analisar os votos nulos, proclamar os resultados definitivos daquele círculo eleitoral e atribuir os mandatos.

própria RTPi junto das Comunidades Portuguesas por parte do partido no Governo.

Foi assim com o PSD, e então ganhou as eleições na Emigração. Foi agora assim também com o PS, cujas listas de candidatos pela emigração foram sobretudo constituídas por funcionários e quadros ligados ao aparelho do poder e à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, cujo secretário de Estado não hesitou, aliás, de forma despuorada, em usar a sua condição de governante para influenciar o voto dos portugueses no estrangeiro.

Estes resultados dão por isso ainda mais consistência e actualidade às críticas do PCP e de outros sectores de opinião nas Comunidades Portuguesas que alertam para a necessidade de combater a instalação de um poder absoluto e partidariamente instrumentalizado nos serviços do Estado ligados à Emigração e de exigir que o serviço público de rádio e televisão (RTPi e RDPI) seja de facto um espaço plural de informação, com isenção e qualidade.

Honrar os compromissos

A DOE do PCP saúda os candidatos da CDU pelos dois círculos

convertidos em reivindicações e iniciativas políticas e parlamentares.

A apresentação do Orçamento de Estado para 2000 pelo Governo do PS é desde já uma pedra de toque indispensável para avaliar a sua política para as Comunidades Portuguesas e constituirá também pela parte do PCP uma oportunidade que não será desperdiçada para defender as suas justas aspirações.

A DOE do PCP considera ser necessário proceder a uma reflexão e análise cuidadosa e rigorosa destes resultados eleitorais e das suas causas, no sentido de contribuir para uma mais eficaz intervenção futura dos comunistas em defesa dos direitos e aspirações das Comunidades Portuguesas e para abrir caminho a uma mais sólida e fortalecida influência do PCP como principal e insubstituível força política no campo da esquerda.

Com este objectivo e para definir objectivos e linhas orientadoras da nossa acção, além de outras reuniões já agendadas em diversos países, vai realizar-se nos próximos dias 11 e 12 de Dezembro um Encontro de Quadros do PCP nas Comunidades Portuguesas na Europa, aberto à participação de outros activistas que participam também na CDU.

Timor Lorosae

Amanhã é o dia da nossa independência

«Dili e Timor estão queimados e destruídos. Mataram e violaram direitos humanos. Tentaram destruir o que construímos no dia 30 de Agosto. Sabemos que estamos a sofrer, mas acreditamos que o amanhã é o dia da nossa independência». Palavras de Xanana Gusmão no seu primeiro e emocionado discurso ao povo timorense, em Dili, de que ressalta a confiança no futuro, a certeza de que a independência é já uma realidade.

Regressado a Dili em apoteose, Xanana fez o seu primeiro discurso em liberdade, na sua pátria, junto ao Palácio do Governador, construído no tempo da colonização portuguesa e posteriormente ocupado pelo representante máximo da administração da Indonésia no território.

Local simbólico para lembrar, entre lágrimas partilhadas por uma multidão emocionada, os mortos e o sangue que correu por todo o Timor Leste enquanto os militares de Jacarta impuseram a lei da repressão no território. Ou ainda os muitos que ainda continuam do outro lado da ilha, na Indonésia, para onde foram obrigados a partir pelas milícias integracionistas e pelos militares ou para onde fugiram para tentar escapar à onda de devastação que se seguiu à votação organizada pela ONU.

Mas, sobretudo, para sublinhar, num discurso feito em tetum, a língua local, o resultado de todo este sacrifício: «A independência está à nossa frente e, por isso, podemos decidir o que queremos».

«Lutámos e construímos o nosso país. Criaremos algo de novo em Timor Lorosae», disse o dirigente timorense, acrescentando que «ainda temos que construir o nosso país para benefício das nossas crianças e das gerações vindouras».

As mesmas ideias foram repetidas por Xanana na vila do Remexido, num outro encontro profundamente emotivo com os elementos da Falintil, em que sublinhou que o braço armado da resistência timorense ainda não acabou o seu trabalho. «Temos que lutar outra vez, não com armas, mas com enxadas, lutar para libertar o nosso povo da crise», disse.

Agora é uma outra etapa que se abre. É o momento de, com todos os timorenses, «procurar um mundo novo». Já na perspectiva de um país independente, pois, como Xanana Gusmão disse, ainda no Remexido, em entrevista à Lusa, apesar de «vários conceitos possíveis» e da ajuda necessária das Nações Unidas, Timor Leste «já é independente». «A administração da ONU só será para nos ajudar a governar, uma questão mais técnica que profissional», considerou.

Perspectivas

O primeiro navio com refugiados timorenses vindos de Timor Ocidental chegou a Dili há uma semana, no meio de grandes manifestações de alegria, com centenas de timorenses a manifestarem-se ruidosamente e a darem as boas vindas aos recém-chegados. A primeira de uma série de viagens diárias, até colocar em Dili todos os timorenses levados para Kupanga.

Na véspera tinha sido organizado o primeiro comboio por terra desde Atambua, outra localidade em Timor Ocidental onde se concentraram também milhares de refugiados. Por via aérea continuam igualmente a chegar os muitos timorenses que foram obrigados a abandonar a sua terra. Uns por temerem pelas suas vidas, outros por terem sido ameaçados pelas milícias integracionistas e pelos militares indonésios se não aceitassem ir para Timor Ocidental. Mais um pesadelo que está a chegar ao seu fim.

Um facto que se insere no processo de mudança política que entretanto se vai desenrolando.

O Conselho de Segurança da ONU aprovou, segunda-feira passada, o mandato da UNTAET, a missão que irá administrar Timor Leste no processo de independência até à formação do primeiro governo democraticamente eleito.

A primeira missão da UNTAET - de que será responsável o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, actual subsecretário-geral da ONU para os assuntos humanitários - é restabelecer a lei e a ordem e terminar com a crise humanitária criada pela onda de violência desencadeada pelas milícias integracionistas com o apoio do exército indonésio.

Entretanto, Xanana Gusmão, presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), deverá ser consultado sobre a nomeação do chefe da força de manutenção de paz da ONU.

Em simultâneo com estas decisões o governo indonésio transferia oficialmente para as Nações Unidas a administração de Timor Leste. Um facto que vem na sequência da aprovação, pela Assembleia Consultiva Popular, órgão legislativo máximo da Indonésia, da anulação do decreto de 1978, através do qual a Indonésia formalizou a ocupação de Timor Leste.

Hoje, finalmente, livre.



A independência é já sentida como uma realidade

Tempo de reconstrução

Reconstruir a administração em Timor Leste e, nomeadamente, recrutar técnicos para o ensino e a saúde, são algumas das prioridades dos dirigentes timorenses.

Num momento em que a reconstrução do país é preocupação prioritária, o Conselho nacional da Resistência Timorense (CNRT), define prioridades apostando, nomeadamente, na diversificação da economia.

O país deverá desenvolver nomeadamente as vertentes agrícola e do turismo. Até agora, as exportações de café constituem a principal fonte de receitas do país, mas muitas das plantações estão abandonadas. Em alguns anos, as exportações de café poderiam render cerca de 50 milhões de dólares e a superfície cultivada poderá, numa dezena de anos, atingir os 100 000 hectares.

De notar que a agricultura representa 30 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), que era de cerca de 200 milhões de dólares antes da crise económica asiática que se iniciou em 1997.

Em causa estão também as profundas desigualdades sociais. Até agora, cinco por cento da população dispõe de 80 por cento da riqueza gerada no território.

A futura divisão administrativa do novo país, também numa perspectiva de reconstrução, é outra das questões em debate. Uma das propostas consi-

deradas pelo CNRT aponta para a criação de três províncias - uma abrangendo a zona leste do território, a outra a zona norte e a terceira a zona sul.

De acordo com a proposta, a província de leste seria demarcada por uma linha traçada entre os concelhos de Manatuto e Baucau, que seria a capital da província, e designada como zona privilegiada de desenvolvimento turístico.

As províncias do norte e do sul, estendendo-se da fronteira com Timor Ocidental até à demarcação da província do leste, seriam definidas pela zona montanhosa central do território, com Dili como a capital do norte, além de capital nacional, e Same a capital do sul.

A vocação do norte poderá vir a ser a pequena indústria e cultivo do café, podendo o sul vir a desenvolver-se como área de exploração agrícola alimentar e centro portuário.

Entretanto a missão do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), esperada esta semana em Timor Leste, que inclui também 25 timorenses, deverá analisar, além da área alargada de desenvolvimento macroeconómico, aspectos como a administração pública, agricultura e o reestabelecimento das comunidades e a saúde.

Os portugueses que integram a missão vão trabalhar em quatro sectores-chave da reconstrução - educação, justiça, macroeconomia e administração pública.

No final deste levantamento, todas as informações recolhidas serão discutidas com os dirigentes timorenses.

As considerações resultantes destes encontros serão incorporadas num relatório a submeter aos participantes no encontro de doadores que o Banco Mundial e a ONU pretendem realizar, em que serão discutidos o estabelecimento da administração civil, as prioridades de reconstrução e as necessidades de financiamento externo para os gastos recorrentes e de desenvolvimento.



O que hoje se impõe é a vitória na batalha do desenvolvimento

Conselho de Segurança da ONU autoriza administração transitória

O Conselho de Segurança das Nações Unidas autorizou, segunda-feira passada, a constituição em Timor-Leste de uma administração transitória da ONU, suportada por nove mil capacetes azuis.

Os quinze membros do Conselho de Segurança (CS) aprovaram, por unanimidade, a resolução 1272, autorizando o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, a estabelecer a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET).

São os seguintes os pontos principais do documento aprovado:

● Estabelece a Administração Transitória das Nações Unidas para Timor Leste (UNTAET) com total responsabilidade pela

sua administração e autoridade em matéria legislativa, executiva e judicial;

● Dá às Nações Unidas um mandato inicial até 31 de Janeiro de 2001;

● Autoriza o envio de 9150 «capacetes azuis» da ONU, incluindo 8950 tropas e 200 observadores militares, para substituir a força multinacional comandada pela Austrália (INTERFET) enviada para Timor Leste no passado mês;

● Autoriza igualmente o envio de 1640 polícias para trabalharem com a força de paz;

● Autoriza a missão das Nações Unidas a tomar «todas as medidas necessárias» para cumprir o mandato em pleno (capítulo VII da Carta das Nações Unidas);

● Concede poder à força de paz para coordenar a assistência humanitária e a reconstrução do território;

● Sublinha a necessidade da missão da ONU consultar os representantes timorenses para ajudar a criar as instituições democráticas, incluindo uma independente relativa aos Direitos Humanos;

● Concede poder ao representante especial do secretário-geral das Nações Unidas, que será o administrador transitório de Timor Leste, para assumir a responsabilidade por todos os aspectos do trabalho da ONU e poder para decretar, reformar, suspender ou anular leis e regulamentos;

● Congratula-se pelo estabelecimento

de um fundo monetário de ajuda para a reconstrução, necessidades básicas, criação dos serviços públicos e pagamentos dos salários aos funcionários civis locais;

● Condena todos os actos de violência registados no território e apela ao seu fim imediato, ao mesmo tempo que exige que os responsáveis pelos mesmos sejam chamados à justiça. Apela igualmente às partes para que cooperem nas investigações aos atentados contra os direitos humanos;

● Sublinha que a Indonésia é responsável pelo regresso em segurança dos refugiados e deslocados que saíram do território no período de violência após a consulta popular de 30 de Agosto.

França Debate das 35 horas continua

A lei das 35 horas ou lei Aubry - nome da ministra do Trabalho, Martine Aubry -, aprovada a semana passada pela Assembleia Nacional francesa por 315 votos contra 255, está longe de encerrar o processo respeitante ao tempo de trabalho que deverá passar a vigorar em França. As forças à esquerda do PS francês desejam ver o texto legal melhorado na discussão na especialidade, enquanto os partidos de direita, que votaram em bloco contra a nova legislação, aspiram despojá-lo dos seus aspectos mais positivos.

«Quero exprimir a minha satisfação de ver como, neste texto, a maioria plural funcionou como uma verdadeira maioria política debatendo sem tabus nem calculismos. Longe da cacofonia, a maioria transformou em música uma única partitura, cuja harmonia de hoje é o produto das suas múltiplas inspirações.» As palavras são da ministra do Trabalho, Martine Aubry, que esqueceu os agitados e tensos debates que antecederam a votação, bem como a centena de alterações que acabaram por ser adoptadas, para colocar todo o ênfase no consenso final alcançado. «Unidos, vamos, graças às 35 horas, fazer recuar o desemprego», disse Aubry.

Por seu lado, os comunistas franceses, que classificaram a lei das 35 horas como uma «grande lei de civilização que se inscreve num processo histórico», não deixaram de sublinhar que, apesar do entusiasmo, o seu voto foi um «sim, mas...», e que vão «continuar a trabalhar» para melhorar a nova legislação «em ligação com o movimento social». Nas palavras do deputado comunista Maxime Gremetz (ver caixa) foram conseguidos «avanços significativos, mas falta ainda resolver importantes questões». Os pomos de discórdia com o projecto governamental respeitam, designadamente, à situação dos quadros, às horas

extraordinárias, à função pública e à questão dos financiamentos.

Diametralmente opostas foram as intervenções dos partidos de direita, para quem a nova lei representa uma «política solitária, anacrónica e incoerente na Europa», como afirmou o representante da UDF.

O texto adoptado vai agora ser enviado para o Senado, que por sua vez o deverá examinar de 2 a 9 de Novembro. É de esperar que a maioria de direita do Senado o rejeite ou, em alternativa, o adopte depois de desvirtuar profundamente a sua natureza. Após concluída a primeira leitura no Senado, compete ao governo convocar uma comissão mista paritária composta por representantes das duas câmaras que deverão tentar chegar a um acordo de compromisso. Dado ser altamente improvável chegar a tal acordo, a comissão dos Assuntos Sociais da Assembleia Nacional deverá retomar o projecto a partir de 16 de Novembro, devendo o debate da nova leitura em sessão pública ter lugar na última semana de Novembro. Após uma nova passagem pelo Senado nos primeiros dias de Dezembro, a Assembleia será chamada a emitir um voto definitivo (então sem possibilidade de alterações) ainda na primeira quinzena do mês.

Sendo provável que a direita recorra para o Conselho Constitucional, este disporá de um mês



A ministra do Trabalho, Martine Aubry, e o primeiro-ministro Lionel Jospin, fizeram da lei das 35 horas uma prioridade do governo francês

para se pronunciar, salvo se o governo pedir urgência para o caso, o que reduzirá o prazo para oito dias. Finalmente, caberá ao Presidente da República promulgar o texto, que passará a ter força de lei após publicação no Jornal Oficial.

Novas disposições legais

As novas disposições consagradas na lei aprovada no dia 19 pela Assembleia Nacional, em primeira leitura, são, resumidamente, as seguintes:

Tempo de trabalho - A partir de 1 de Janeiro de 2000, a duração legal do tempo de trabalho semanal é fixada em 35 horas para as empresas com mais de 20 trabalhadores. Esta medida é estendida às empresas com menos de 20 trabalhadores em 2002. A lei precisa a noção de «trabalho efectivo», que compreende nomeadamente os tempos de pausa e de refeição durante os quais os trabalhadores ficam à disposição do empregador.

Horas extraordinárias - É devida uma majoração de 50 por cento para as horas para além da 43.ª. Para as horas

compreendidas entre a 36.ª e a 39.ª, duas etapas: em 2000, a majoração será de 10 por cento em benefício do trabalhador ou de um fundo para o emprego (se não há acordo para isso na empresa); a majoração passa em seguida para 25 por cento, em benefício do trabalhador ou (sem acordo de 35 horas) dividida entre ele (15 por cento) e o fundo (10 por cento).

Quadros - Distinguem-se três categorias. Os quadros dirigentes não são abrangidos. Os que estão integrados numa equipa beneficiam do regime geral. A terceira categoria, intermédia, verá o seu tempo de trabalho estabelecido por uma convenção contratual em dias, com um máximo de 217 dias por ano.

Salário mínimo - Os trabalhadores com salário mínimo garantido conservarão o salário equivalente a 39 horas, graças à entrega, pelo Estado aos empregadores, de um complemento diferencial de salários. É instituído um dispositivo específico para as empresas criadas após 1 de Janeiro de 2000.

Tempo parcial - Foi suprimido o abatimento de 30 por cento

nos encargos sociais relativos aos empregos a tempo parcial de que beneficiavam os empregadores. Os horários diários, semanais ou mensais de todo o trabalhador a tempo parcial deverão constar no contrato de trabalho.

Planos sociais - A emenda «Michelin» prevê que uma empresa deve, antes de qualquer anúncio de plano social, ter concluído um acordo de redução do tempo de trabalho ou, pelo menos, ter encetado negociações sérias nesse sentido.

Ajuda públicas - Para haver direito a uma redução de cotizações patronais, o acordo de empresa deve precisar o número de empregos criados ou salvaguardados pela redução do tempo de trabalho. Os postos de trabalho prometidos devem ser concretizados no prazo de um ano.

Controlo das ajudas - As ajudas e reduções de encargos de que beneficiarão as empresas no quadro da redução do tempo de trabalho deverão ser anualmente objecto de uma apresentação ao comité de empresa e de um relatório anual do governo ao parlamento.

Despedimentos no Japão

Os despedimentos anunciados a semana passada pela Nissan Motor deixaram o Japão em estado de choque. Num país fortemente marcado pela cultura de «um emprego para a vida», o «plano de reestruturação» da Nissan - como foi classificado pela direcção da Renault, que controla há sete meses aquele construtor do sector automóvel - mereceu um repúdio generalizado. A própria Bolsa de Tóquio reagiu mal, com os títulos da Nissan a baixarem 2,7 por cento.

O plano prevê o encerramento de cinco fábricas no Japão e a supressão de 21 000 empregos, dos quais 16 500 no arquipélago (2400 na Europa e 1400 na América do Norte).

O primeiro-ministro japonês, Keizo Obuchi, apesar de se mostrar compreensivo com a necessidade de reestruturação da empresa, considerou que o despedimento em massa é difícil de aceitar. «O governo não está em condições de intervir no sector privado, mas é necessário que a Nissan examine o impacto [do plano] sobre o emprego e as suas filiais», disse Obuchi.

Entretanto, também o grupo de telecomunicações nipónico, NTT, prevê a supressão de 20 000 postos de trabalho, ou seja, 16 por cento dos seus efectivos, nos próximos três anos. O grupo NTT, de que o Estado controla actualmente 53 por cento do capital, encara reduzir os seus investimentos justamente numa altura em que o Ministério das Finanças anuncia a venda de uma nova parcela do seu capital na empresa.

Eleições na Tunísia

As eleições presidenciais e legislativas realizadas domingo na Tunísia deram a vitória ao presidente Zin Abidin Ali e ao seu partido, a União Constitucional Democrática (RCD), por esmagadora maioria. Zin Ali foi reeleito para um terceiro mandato de cinco anos com 99,44 por cento dos votos, enquanto a RCD elegeu 148 dos 182 lugares no Parlamento. Os restantes 34 lugares foram para cinco dos seis partidos da oposição autorizados pelo regime, mais 15 do que na anterior legislatura.

Demissões na Albânia

O primeiro-ministro albanês, Pandeli Majko, apresentou anteontem a sua demissão ao presidente da República, Rexhep Meidani. A decisão resulta da instabilidade política originada pelo facto de Majko ter perdido a presidência do Partido Socialista Albanês, cujo congresso elegeu Fatos Nano para o lugar. Um novo primeiro-ministro, igualmente saído da coligação dirigida pelo PS, será designado nos próximos dias. Entretanto, o ex-presidente da Albânia e chefe do Partido Democrata (PD), Sali Berisha, convocou manifestações de protesto para exigir eleições antecipadas.

Civis no governo do Paquistão

O general Musharraf, que liderou o golpe de Estado do passado dia 12 no Paquistão, nomeou sete civis para o seu governo. Quatro dos nomeados, entre os quais se conta o governador do Banco Central, vão integrar o Conselho de Segurança Nacional que supervisiona os destinos do país. Aos restantes três foram entregues as pastas dos Negócios Estrangeiros, Finanças e Justiça. Para as Finanças, sector fundamental dada a crise económica em que o Paquistão está mergulhado, foi escolhido o banqueiro privado, Shaukat Aziz.

Luta contra a corrupção

A luta contra a corrupção deve ser uma prioridade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), concluíram os Procuradores-Gerais da República da CPLP no final do quinto encontro dos PGR, que terminou na quinta-feira passada em Luanda.

De acordo com o comunicado final da reunião, inaugurada no passado dia 18 na capital angolana, a corrupção «é um flagelo social que mina e corrói os alicerces do Estado de direito democrático, devendo-se enaltecer o papel fundamental que incumbe ao Ministério Público no seu combate, tanto no âmbito preventivo, como repressivo». Nesse sentido, importa «reconhecer que o

«Uma grande lei de civilização»

«Realizámos o debate com o objectivo de responder o melhor possível ao movimento social e às aspirações dos trabalhadores. Hoje fizemos avanços significativos, mas há ainda questões importantes para resolver. Penso em particular no capítulo respeitante aos quadros, contra o qual votámos [...]»

«Continua ainda por resolver a questão do adiantamento de 10 por cento sobre as horas extraordinárias. Lamentamos que os funcionários públicos não sejam abrangidos pela lei. Quanto ao debate fundamental do financiamento das 35 horas, vamos prosseguir-lo aquando do exame da lei de financiamento da Segurança Social [...]»

«Dissemos e repetimos que a lei não era susceptível de ser aprovada. Por duas razões maiores e fundamentais: as exonerações e as ajudas financeiras tinham deixado de estar condicionadas à criação e à preservação de empregos, e o controlo eficaz da utilização dos fundos públicos não estava assegurado. Congratulamo-nos que na sequência do impacto da grande manifestação unitária de 16 de Outubro

e do trabalho sério levado a cabo com o governo, tenhamos conseguido responder a estas duas preocupações. Várias das nossas alterações mais significativas, de inegável importância, foram adoptadas. É o caso da disposição geral do artigo 11 precisando que a ajuda financeira está dependente de um acordo colectivo sobre a redução do tempo de trabalho [...]»

«Evidentemente, durante os debates a direita tentou agravar a flexibilidade, fazer desaparecer todas as defesas sobre as garantias dadas aos trabalhadores. Todas as reivindicações do MEDEF [organização do patronato] foram apresentadas na Assembleia pela direita [...]. O grupo comunista vai votar esta grande lei de civilização, que se inscreve num processo histórico. Ao mesmo tempo vamos continuar a trabalhar pela sua melhoria, em ligação com o movimento social.»

(Excertos da declaração de voto do grupo comunista, apresentada pelo deputado Maxime Gremetz)

INTERNACIONAL

Argentina

Novo Presidente promete

«uma sociedade sem medos»

sucesso da luta contra a corrupção depende da atribuição aos tribunais, ao Ministério Público e às respectivas magistraturas, das condições estatutárias, materiais e funcionais adequadas ao pleno exercício das suas atribuições», refere ainda o documento.

Caça ao tesouro

A sociedade canadiana Visa Gold Explorations descobriu um tesouro ao largo da costa cubana, provavelmente proveniente de antigos galeões espanhóis que no passado transitavam pelas Caraíbas, revelou o diário canadiano Globe and Mail.

Metade dos «tesouros» descobertos devem ser entregues às autoridades cubanas, nos termos de um acordo entre as duas partes, indicou o jornal. Entre os objectos preciosos encontrados contam-se um cálice em ouro, um colar e cerâmicas chinesas datando de vários séculos, assim como balas de canhão.

Pinochet recorre de decisão judicial

Os advogados do general Augusto Pinochet entregaram dia 22 no Tribunal Supremo de Londres o apelo de recurso à decisão da justiça britânica de aprovar a extradição do ditador chileno para Espanha. Um dia antes, o chefe da diplomacia chilena, Juan Gabriel Valdes, de acordo com instruções do presidente da República, Eduardo Frei, solicitou oficialmente à Grã-Bretanha a libertação de Pinochet, alegando razões de saúde. Este pedido será analisado pelo ministro do Interior britânico, Jack Straw. Pinochet, de 83 anos, está sob custódia das autoridades britânicas desde há um ano, na sequência do pedido de extradição apresentado pelo juiz espanhol Baltasar Garzon, que pretende julgar o general por crimes de terrorismo de Estado, genocídio e tortura cometidos durante o seu regime, que vigorou de 1973 a 1990.

Ex-presidentes da Venezuela investigados

O Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela anulou a prescrição dos casos de investigação contra os antigos presidentes Jaime Lusinchi e Carlos Andrés Pérez, por presumíveis actos de corrupção durante os seus mandatos. O Tribunal ordenou que ambos os casos passem para a competência da Procuradoria Geral da República, a quem caberá prosseguir o processo. A decisão judicial ocorreu poucos dias depois do presidente da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), Luis Miquilena, ter anunciado a reabertura dos processos contra Lusinchi e Pérez. Andres Perez anunciou entretanto em Nova Iorque que pretende apresentar-se às próximas eleições regionais e

Fernando de la Rúa, dirigente da União Cívica Radical (UCR), vencedor das eleições presidenciais de domingo, na Argentina, com 52,02 por cento dos votos, chega ao poder com a promessa de combater o desemprego, a corrupção e a delinquência, de forma a conseguir transformar o país «numa sociedade sem medos». Para aumentar o emprego, líder radical propõe-se implementar de imediato um plano de apoio às empresas que contratem desempregados e de modernização da legislação laboral.

A eleição do candidato radical logo na primeira volta das presidenciais representa uma viragem importante na vida política da Argentina, pondo fim a mais de uma década de governos presididos pelo justicialista Carlos Menem. O Partido Justicialista (PJ, peronista) é justamente o grande derrotado destas eleições, em que o seu candidato, Eduardo Duhalde, não conseguiu mais do que 34,82 por cento dos votos. O terceiro candidato, Domingo Cavallo, do Partido

de Acção pela República (AR), ficou-se pelos 10,7 por cento dos votos.

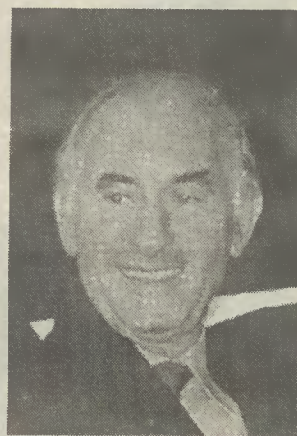
Na Argentina o escrutínio é obrigatório para todos os eleitores - 24,1 milhões recenseados - com mais de 18 anos e menos de 70.

De la Rúa apresentou-se ao eleitorado à frente da Aliança para a Educação e Trabalho, formada pela UCR com a Frente País Solidário (FREPASO, de centro esquerda), com uma mensagem de mudança - «Vimos recuperar a dignidade

dos argentinos» - e um plano de acção para o desenvolvimento social «que integre todos no processo produtivo, para que o país cresça em dignidade e num clima de igualdade».

No seu programa eleitoral, intitulado «A Grande Mudança», a Aliança compromete-se a adoptar «a estratégia das economias que saíram rapidamente do subdesenvolvimento: as que realizaram grandes esforços para multiplicar a produção de valor acrescentado e ganhar competitividade internacional». Segundo o programa, os maiores esforços nesse âmbito devem ser orientados para a produção de bens e serviços com valor acrescentado e de forte procura internacional. Entre outras medidas, a Aliança promete ainda defender o valor interno e externo do peso (a moeda nacional), conseguir um equilíbrio fiscal, aumentar a produção e o intercâmbio comercial, reduzir as despesas públicas e aumentar os recursos sem aumentar a carga fiscal e combatendo a evasão fiscal.

Como «metas sociais», para garantir a igualdade de oportu-



Fernando de la Rúa, dirigente da União Cívica Radical, presidente eleito da Argentina

nidades, a Aliança propõe-se, designadamente, melhorar a assistência médica de forma a «permitir uma cobertura universal e igualitária para toda a população», acabar com a subnutrição infantil, aumentar a esperança de vida, acabar com a indigência, alargar as redes de água potável e de saneamento básico, alfabetizar um milhão de argentinos, combater o absentismo escolar, travar a degradação ambiental.

No respeitante ao combate à corrupção, um tema insistentemente abordado por De la Rúa durante a campanha, a questão

que se coloca é a de saber até onde está disposto a ir o novo presidente. De acordo com o especialista Raúl Eugenio Zaffaroni, director do centro anti-corrupção criado pela Aliança, não foi feito nenhum pacto de impunidade com o governo cessante, pelo que as investigações aos escândalos relacionados com as privatizações, os subornos, a evasão fiscal e tantos outros delitos do género serão levados a cabo sem olhar a quem. «O que não haverá é uma caça às bruxas», garante Zaffaroni.

De la Rúa assumirá a presidência da Argentina no próximo dia 10 de Dezembro.

Nas eleições de domingo foram ainda eleitos, para além do presidente, os governadores das províncias de Buenos Aires, Chubut, Entre Rios, Jujuy, La Pampa e Mendoza, bem como presidentes de câmara, legisladores provinciais e comunais, num total de 8316 cargos.

Nas 19 províncias e na capital federal procedeu-se igualmente à eleição de 130 deputados, cerca de metade dos assentos da câmara baixa.

A herança de Carlos Menem

O ainda presidente argentino, Carlos Menem, cujo mandato termina em Dezembro, considera que a História já o julgou «como um bom presidente» e tem esperança de voltar à cadeira presidencial em 2003. De acordo com a reforma constitucional de 1994, que estabeleceu a eleição directa do presidente e reduziu o mandato presidencial de seis para quatro anos, não é possível cumprir mais de dois mandatos consecutivos.

No poder desde Julho de 1989, Menem, agora com 69 anos, considera-se «um homem que cumpriu os seus sonhos e que deixa um país em boas condições». Uma opinião contestada pelos argentinos, como os próprios resultados eleitorais confirmaram.

A favor do seu desempenho, Carlos Menem esgrime a estabilidade do país, a modernização da economia, o controlo da inflação. É um facto que em 1989 a inflação estava totalmente fora de controlo, chegando no final desse ano a atingir os 4923 por cento, e que este ano as estimativas apontam para uma quebra dos preços da ordem dos 0,7 por cento; e que o Produto Interno Bruto (PIB) passou de 82 773 milhões de dólares em 1989 para 298 131 milhões de dólares no ano passado. Mas também é verdade que há dez anos a taxa de desemprego era de 8,1 por cento e actualmente se situa nos 14,5 por cento, e que a dívida externa, então de 62 843 milhões de dólares, ascende hoje aos 144 000 milhões de dólares.

Ao chegar ao fim do seu consulado, Menem deixa um país onde se acentuaram de forma brutal as desigualdades. Segundo os dados da Fundação de Investigações Económicas Latino-Americanas (FIEL), mais de 17 por cento da população da Grande Buenos Aires vive abaixo do limiar da pobreza. Em todo o país, de acordo com os dados oficiais, há 10 milhões de pobres.

O panorama do domínio da saúde não é mais animador, apesar dos investimentos no sector representarem 6,9 por cento do PIB: a taxa de mortalidade infantil é de 20 por mil (duas vezes superior à do Chile e três vezes maior do que a de Cuba), e um terço da população não dispõe de assistência médica.

Após uma década de «estabilização» da economia, caracterizada pela abertura aos investimentos estrangeiros, a privatização de tudo o que era possível privatizar, e um plano de conversão que ligou o peso ao dólar americano, as perspectivas de futuro para a Argentina estão longe de ser animadoras. Segundo o FMI, a previsão de crescimento para o próximo ano é de apenas 1,5 por cento, a produção industrial baixou 14,5 por cento, e o défice fiscal ascende a 6500 milhões. Tudo isto quando o fluxo de capitais estrangeiros para a região está em redução acelerada (menos 55 por cento em 1998, segundo o FMI), e quando quase todos os países da América Latina registaram na primeira metade de 1999, como revela um estudo da Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas da ONU (CEPAL), uma acentuada desaceleração do crescimento, ou mesmo abertamente uma recessão.

Pobreza e prostituição aumentam no mundo

Cerca de um milhão de crianças e adolescentes são anualmente arrastadas para o mercado da prostituição, em especial do Sudeste da Ásia e na América do Sul, revelou em Madrid a Organização Não Governamental (ONG) «Mãos Unidas», uma organização católica que actua em mais de 60 países, com cerca de sete mil voluntários permanentes.

A informação consta de um relatório de «Mãos Unidas», que no passado fim-de-semana assinalou o seu 40.º aniversário com um seminário internacional subordinado ao tema «A solidariedade face à exclusão», e apresentou o relatório «Reservado o direito de admissão: injustiça e exclusão no mundo global».

Segundo a ONG, a idade, o sexo, a diferença cultural e a cor «funcionam cada vez mais como factores de exclusão gerando um novo tipo de escravos».

De acordo com os dados disponíveis, admite-se que cerca de 1500 milhões de pessoas vivam no mundo na mais absoluta pobreza, sendo que 70 por cento são mulheres.

A marginalidade, a insegurança e a desigualdade estão a aumentar, alerta a «Mãos Unidas». Em 1960 um quinto da população dos países mais desenvolvidos era mais rica que o quinto mais abastado das populações mais pobres; na década de 90 essa proporção aumentou de sessenta para um.

Repensar o futuro

Tendo como pano de fundo esta realidade, a ONG «Mãos Unidas» apela a que se «repense o futuro», sugerindo que as políticas sociais avancem intimamente ligadas as políticas económicas e que se evite o modelo actual centrado apenas no mercantilismo.

«Os Ministérios da Economia do mundo rico têm que repensar a sua política, porque realmente problemas como a dívida externa já não estão nas mãos dos governos, mas sim nas mãos de entidades como o Fundo Monetário Internacional (FMI)», afirmou um participante no seminário.

Para Araceli Caballero, autora com Eva Sammartín do relatório de «Mãos Unidas», «não é verdade que o mundo seja hoje uma aldeia global, uma cidade para todos». É pelo contrário «o domínio de um senhor».

De assinalar que até já o Banco Mundial e as Nações Unidas falam dos efeitos negativos desta globalização que faz com que 20 por cento da população detenha 86 por cento da riqueza mundial.

Entretanto, mais de 250 organizações espanholas de cooperação, sociais, religiosas, sindicais e ecologistas, integradas na campanha «Dívida externa, dívida eterna?», vão pedir ao governo de José Maria Aznar que defenda a anulação ou redução da dívida externa dos países pobres por ocasião da Cimeira Ibero-americana que se realiza nos dias 15 e 16 de Novembro em Havana. Segundo os organizadores da campanha, Espanha é o maior credor dos países da Cimeira, pelo que «deveria assumir a liderança da anulação da dívida».

Segundo dados da campanha, a dívida total dos países em vias de desenvolvimento em relação a Espanha ascende a cerca de 1,6 mil milhões de pesetas, 38 por cento dos quais corresponde a países latino-americanos (os principais devedores são a Argentina, México, Cuba, Nicarágua e República Dominicana). Nos últimos três anos, as autoridades espanholas anularam 49 330 milhões de pesetas da dívida.

Colômbia

Negociações de paz recomeçam

A pequena aldeia de Uribe foi palco, no domingo, do início formal das negociações de paz entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Governo de Andrés Pastrana, uma iniciativa que os colombianos esperam que venha pôr fim a 50 anos de guerra civil que fez já 400 000 mortos. No mesmo dia, 12 milhões de pessoas manifestaram-se nas ruas das principais localidades do país, exigindo o fim do conflito. «Basta!» era o principal slogan.

«Com a nossa presença ratificamos o desejo de paz com justiça social, independência e soberania para toda a Colômbia», declararam as FARC num documento apresentado à mesa. «Os custos da paz com justiça social, sem exclusões, intimidações e assassinatos, deverá ser paga por quem arrastou a Colômbia para a pior crise da sua história», defendem os guerrilheiros, que acrescentam que «apesar dos culpados da bancarrota em que o país se encontra estarem à vista, consideramos que todos devemos comprometer-nos na solução da crise social e política da Colômbia».

As críticas não vieram só das FARC. Também os representantes do Governo reconheceram que a origem da violência está no modelo político colombiano. «A democracia que decidimos defender está afectada pelo vírus da corrupção, do saque dos dinheiros públicos, dos privilégios de minorias», defendeu Victor Ricardo.

No dia em que tinham início as negociações de paz, cerca de 12 milhões de colombianos saíram às ruas, numa manifestação nacional convocada por diversas organizações civis. Objectivo: exigir a paz. «Basta de militares gringos», «basta de paramilita-

Estado, da classe governante e dos seus partidos – se verdadeiramente a têm», salientam as FARC, que consideram que as negociações de paz deverão alcançar um «compromisso sério para realizar programas de significativo investimento social, económico e político que solucionem a curto prazo o crescente desemprego, a cascata de

neoliberal», através da implantação de uma reforma agrária.

As FARC exigem ainda o fim dos grupos paramilitares e da impunidade para os militares implicados em violações dos direitos humanos, o investimento de guerra e a ajuda militar norte-americana, as imposições do FMI e o endividamento externo, bem como os latifú-

ilícitos, com a participação da comunidade nacional e internacional e o compromisso das grandes potências como principais fontes da procura mundial» de drogas.

Referindo que «é necessário fazer uma marcada diferenciação entre os camponeses que cultivam a cocaína como único meio de subsistência e os que



Os colombianos querem pôr fim a 50 anos de guerra civil

res», «basta de fome» e «basta de corrupção» eram os slogans mais ouvidos.

As posições dos guerrilheiros

«Nesta etapa põe-se à prova a decisão política do governo, do

impostos indirectos, a perda acelerada do valor aquisitivo da moeda colombiana face ao dólar, as carências na saúde, educação, habitação», entre outras questões.

Outra reivindicação dos guerrilheiros é resolver urgentemente a «grave crise que asfixia o sector agrário, como resultado da nefasta política do modelo

dios, as privatizações, os despedimentos colectivos nas empresas e as discriminações das mulheres e das minorias étnicas.

Quanto à produção de estupefacientes, o grupo guerrilheiro vê a questão como «um grave problema social que não pode ser tratado por via militar», visto requerer «acordos com os camponeses produtores dos cultivos

traficam os derivados dos cultivos ilícitos», as FARC propõem um programa de substituição do cultivo de estupefacientes por produtos legais no município de Cartagena del Chaira (onde a produção de cocaína é alta) «para demonstrar que este problema requer não um tratamento policial, mas sim um enfoque económico e social».

Suíça

Extrema-direita ganha eleições

A União Democrática do Centro (UDC), o partido populista e xenófobo de Christoph Blocher, um industrial milionário de Zurique, tornou-se na primeira força política da Suíça ao receber 22,8 por cento dos votos nas eleições federais de domingo.

O partido de Blocher registou uma subida histórica, passando de 14,9 por cento e 29 lugares, no Parlamento eleito em 1995, para quase 23 por cento e 43 deputados. Acresce que a UDC aumentou a sua influência não só na maioria dos cantões alemães, mais conservadores, mas também nos cantões francófonos, tradicionalmente mais progressistas, e no Ticino de língua italiana, onde a Liga, uma formação aliada da UDC, ficou em segundo lugar.

«É o voto dos que não querem entrar na Europa e querem uma política de asilo mais restritiva», resumiu Giuliano Big-

nasca, porta-voz da Liga e agora deputado eleito.

A política de Blocher assenta de facto em mensagens simples, reaccionárias, xenófobas, que jogam com o medo das mudanças e apelam aos tradicionais «valores» suíços. Em nome da independência e da neutralidade, Blocher opõe-se à integração na União Europeia, na NATO e na ONU, ao mesmo tempo que atribui todos os problemas sociais aos imigrantes. Os seus apelos à segurança, as propostas de endurecimento da política de asilo, de uma maior repressão da droga, de baixa dos impostos, entre outras, granjearam-lhe as simpatias do eleitorado, tanto da classe média como dos bairros populares. De registar que a Suíça conta actualmente com cerca de 20 por cento de população imigrante (incluindo um número significativo de portugueses, que trabalham sobretudo na construção civil, hotelaria e na agricultura).

A vitória de Blocher foi saudada por Haider, o dirigente do Partido Liberal austríaco, de extrema-direita, que considera o ascenso dos seus congéneres suíços como uma confirmação da justeza das suas teses. «Em vez de apoiarem a política de compadrio e dos encargos financeiros, os suíços apoiam as forças de reforma e inovação que, tal como os liberais na Áustria, abordam os problemas das pessoas e oferecem modelos de soluções concretas», disse Haider.

A «estabilidade» garantida

Embora esperado, o avanço da direita suíça surpreendeu pela sua amplitude. A UDC capitalizou votos à esquerda e à direita: os socialistas (PS) perderam cinco lugares dos 54 que detinham no Parlamento, enquanto o Partido da Liberdade

de perdeu os seus sete representantes.

Apesar de passar a segunda força política, com 21,5 por cento dos votos, o PS permanece contudo como a primeira força parlamentar, com 49 lugares, seguido da UDC, com 43. Em terceiro lugar fica o Partido Radical Democrático, que perde três deputados e fica com 42, enquanto o Partido Democrata Cristão passa a quarta força, embora conquistasse mais um lugar, ficando com 35.

Os resultados eleitorais, cuja importância política não deve ser subestimada, não têm contudo incidência significativa na formação do Conselho federal (governo), constituído desde 1959 segundo um esquema que tem servido de base à propalada estabilidade Suíça: representantes de todos os quatro principais partidos repartem entre si as sete pastas do governo.

As mudanças, inevitáveis,

serão a nível político. Quanto à composição do executivo, a diferença, em relação ao anterior (dois socialistas, dois radicais, dois democratas-cristãos e um da UDC), é que a UDC reclama agora dois ministros.

De salientar que, de acordo com a Constituição da Confederação, o Parlamento não pode fazer cair o Conselho federal.

No total, no escrutínio de domingo foram eleitos 200 deputados para o Conselho Nacional (câmara baixa) e 46 para o Conselho dos Estados (câmara alta), para um mandato de quatro anos.

Refira-se que novo o Conselho Nacional suíço conta com 45 mulheres (22,5 por cento), ou seja, mais dois lugares que em 1995. No Conselho dos Estados, sete mulheres foram eleitas à primeira volta, e duas têm hipóteses de ser eleitas na segunda volta. Em 1995 foram eleitas oito mulheres.

parlamentares que deverão ter lugar no primeiro trimestre do ano 2000.

Manifesto da juventude

Mais de 500 jovens oriundos dos cinco continentes (172 rapazes e 176 raparigas, com idades entre os 14 e os 16 anos), reunidos de 21 a 27 de Outubro em Paris para o primeiro parlamento mundial das crianças, adoptaram um «Manifesto da Juventude para o século XXI». O documento, que pretende ser «uma mensagem de fraternidade e de esperança» da juventude para o início do terceiro milénio, foi apresentado a 26 de Outubro à UNESCO e será levado no Outono de 2000 à Assembleia Geral da ONU.

Draskovic pede ajuda para a Jugoslávia

O dirigente da oposição sérvia, Vuk Draskovic, pediu aos países ocidentais ajuda humanitária de urgência para a população do seu país e o levantamento das sanções contra a Jugoslávia. Durante uma visita a França, na semana passada, Draskovic disse ter pedido ao ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Hubert Vedrine, «o levantamento imediato do embargo petrolífero à Jugoslávia e apoio para a realização de eleições antecipadas».

O político sérvio manifestou-se contrário à decisão da União Europeia (UE) de apenas prestar ajuda humanitária aos municípios dirigidos por membros da oposição, argumentando que «uma criança doente é uma pessoa esfomeada», independentemente do local onde vivem. Draskovic pediu também à França que apoie «a aplicação urgente e integral» das resoluções das Nações Unidas sobre o Kosovo, para assegurar a protecção da minoria sérvia nesse território».

Governador dos EUA contra embargo a Cuba

O governador de Illinois, George Ryan, o primeiro governador norte-americano a visitar Cuba desde a vitória da Revolução, defendeu segunda-feira em Havana o levantamento das sanções impostas pelos EUA contra o regime de Fidel Castro. «Quero ver o embargo levantado», disse Ryan, do Partido Republicano, que viajou para Cuba acompanhado de uma delegação de 48 pessoas, incluindo legisladores republicanos e democratas, dirigentes religiosos e presidentes de importantes empresas alimentares e de medicamentos. O objectivo da mensagem, segundo Ryan, é enviar uma mensagem de «amizade e paz» e contribuir para «a construção de pontes entre as pessoas e o intercâmbio de ideias».



A Yazaki-Saltano instalou, no início da década, uma fábrica de componentes eléctricos para automóveis em Ovar. Os 20 hectares de terreno onde a empresa se situa foram vendidos por 20 mil escudos pela Câmara Municipal, que também construiu as infra-estruturas. Nesta troca simbólica, os responsáveis pela multinacional japonesa comprometeram-se a trazer benefícios para a cidade e para todos os seus jovens. Actualmente a Yazaki é conhecida pela média de idade dos seus funcionários (25 anos), pelos «castigos» que as chefias aplicam aos trabalhadores e pelas más relações que mantém com o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro. Apesar das muitas dificuldades com que tiveram de lutar, os sindicalistas desempenham hoje um papel importante na vida dos quatro mil empregados da fábrica. E as suas funções ultrapassam as habituais. «O sindicato serve também de refúgio, de local de conversa para quem está aflito, até com problemas familiares ou psicológicos», explica Domingos Tavares, coordenador do SIEC do distrito de Aveiro.

Chegam às centenas, de carro, de moto, de boleia com os namorados, em camionetas alugadas. Encontram os colegas à entrada, encostam-se ao muro e continuam a conversa interrompida no dia anterior. São todos muito novos.

O cenário parece-se com uma escola secundária, mas trata-se da Yazaki-Saltano, uma fábrica de componentes eléctricos para automóveis de Ovar. Se se trocasse as batas pelos livros, se se pensasse que os papéis que estão a ser distribuídos ao portão são da associação de estudantes e não do sindicato, se se confundisse os chefes com os professores ficariamos convencidos que estávamos noutra sítio.

Ao fundo, o edifício da fábrica, várias dezenas de metros de fachada pintada de cores claras. As grandes letras do nome da empresa são visíveis ao longe. O trânsito está parado na estrada como se o mundo estivesse a assistir a um espectáculo. Ninguém toca as buzinas, habituados que estão a ver todos os dias, à mesma hora, a troca de palavras, o movimento das batas coloridas, as despedidas no regresso a casa. Afinal, são cinco horas da tarde, altura da mudança de turno.

Em Ovar quase todos têm um familiar, um amigo ou um vizinho que aqui trabalha. No total são cerca de quatro mil funcionários (70 por cento mulheres), com uma média etária de 25 anos. Há outras fábricas na cidade, mas esta é a que emprega mais jovens.

Não é por isso de admirar que a comissão sindical da Yazaki seja constituída por jovens. A actual comissão foi composta há seis meses e empenha-se na defesa dos trabalhadores da empresa, explicando direitos e denunciando ilegalidades em comunicados e no boletim que publica, o «Geração XXI». Multiplicam-se os casos em que o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro (SIEC) teve de recorrer à Inspeção e ao Tribunal de Trabalho para fazer prevalecer a lei. E muitos são os exemplos em que a Justiça lhe deu razão.

Actualmente, cerca de dez por cento dos funcionários da empresa estão sindicalizados no SIEC, um número que Joaquim

Gaspar, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte, reconhece ser «demasiado baixo em comparação com os índices das empresas do sector instaladas há mais tempo em Portugal». No entanto, «no último ano tem-se verificado uma adesão significativa comparando com todos os outros anos anteriores», sublinha Gaspar.

Batalhas em duas frentes

Os primeiros três anos e meio da presença da Yazaki em Ovar foram muito difíceis para o SIEC. «O sindicato era tabu. Hoje fala-se abertamente», recorda Américo Rodrigues, 33 anos, electromecânico, delegado sindical e o primeiro trabalhador da empresa de Ovar a se sindicalizar. «Antigamente, quando se fazia distribuições de informação à porta da fábrica, muita gente fugia. Agora são poucos os que dizem que não querem os papéis e até há quem os venha procurar», conta António Oliveira, 27 anos, operador especializado e delegado sindical.

«É um trabalho moroso e complicado, mas agora estamos a recolher os frutos. Há muita gente que já vê o sindicato como uma organização que os defende», diz Joaquim Gaspar. «Os trabalhadores eram "pau para toda a obra", remunerados pelo nível mais baixo. Algumas acções que movemos em tribunal acabaram por nos dar razão e os problemas que fomos resolvendo deram credibilidade ao sindicato», acrescenta.

Muitas pessoas encaravam o SIEC como mais uma organização. Neuzza Borges, de 28 anos, partilha esta opinião algum tempo. «Tinha uma má imagem dos sindicatos e pensava que as pessoas se sindicalizavam, pagavam as cotas e ficava tudo por aí. A sindicali-



Onze trabalhadores e delegados sindicais em entrevista sobre a Yazaki, uma fábrica com quatro mil funcionários, dos quais 70 por cento são mulheres

Na Yazaki de Ovar

Text: Isabel Araújo Branco

Fotos: Sérgio Morais

Uma geração com espírito de classe

Cada chefe de secção impõe regras arbitrárias e totalmente caricatas, como proibir mastigar pastilha elástica. Chega-se a «castigar» funcionários, colocando-os a uma secretária durante dias sem fazer nada e impedindo os colegas de falar com eles



zação surgiu por causa da minha revolta interior contra determinadas situações na empresa e por ver a insistência do SIEC a tentar resolver os problemas.» Neuzza é hoje delegada sindical porque, explica, «como delegada tenho possibilidades de falar e de ser ouvida que não tinha como simples colaboradora do sindicato».

«Infelizmente, a maioria das pessoas só se sindicaliza quando tem algum problema», diz Conceição Pinto, de 30 anos, operadora especializada e dirigente do sindicato há um ano. Conceição é um caso raro, pois sindicalizou-se quando ainda estava contratada a prazo.

As relações entre o SIEC e a administração da Yazaki sempre foram difíceis. O placard com informação sindical foi colocado depois da intervenção da Inspeção do Trabalho e a empresa só permitiu a presença do sindicato dentro da fábrica após ordem do Tribunal do Trabalho.

Depois de ser obrigada, a empresa atribuiu uma secretária num espaço aberto, a um metro de distância da do director de produção. «Quando os delegados iam para lá falar, o director tinha sempre qualquer coisa para fazer e também ia para lá», conta Joaquim Gaspar. O argumento da empresa era simples: não queria pôr os delegados num ghetto. Só com uma nova intervenção do tribunal foi atribuída uma sala própria.

Mas as situações mais graves eram as que afectavam directamente os funcionários sindicalizados e delegados sindicais, que durante mais de dois anos não viram os seus salários aumentados.

«Quando me tornei delegada sabia que ia sentir na pele muita coisa - como senti e continuo a sentir», afirma Conceição Pinto. Mas, apesar de uma melhoria significativa, a situação ainda está longe de ser a ideal. «Quando disse à minha chefia que ia ser o delegado do turno da noite, tive como resposta: "Então vais ser o próximo a ser despedido."», recorda Miguel Freitas, operador especializado.

«Quem acha que deve lutar por aquilo a que tem direito nunca pode baixar a cabeça e desmoralizar. Temos de ser fortes e acreditar que vale a pena lutar. No dia em que pensarmos que não vale a pena está tudo perdido», defende Conceição.



Castigos e proibições

Um dos grandes problemas na Yazaki é o comportamento das chefias intermédias em relação aos trabalhadores. «Brusco, violento, a raiar a malcriadice», caracteriza Domingos Tavares, coordenador da direcção distrital de Aveiro do SIEC. O próprio director da fábrica reconheceu que se trata de uma lacuna e pediu à comissão sindical que apresentasse casos concretos à administração.

«As chefias continuam a impor as suas leis, normas que não são da administração mas que saem da cabeça de cada um. Parece que em cada secção funciona uma empresa. Cada chefe diz as coisas à sua maneira», explica Conceição Pinto. E muitas dessas normas, além de arbitrárias, são totalmente caricatas. Como a proibição de mastigar pastilha elástica.

Mais graves são os «castigos» que os trabalhadores sofrem. Um exemplo: quando

uma funcionária da secção dos protótipos se recusou a ser transferida para a produção, foi colocada numa secretária durante dois dias sem fazer nada. Os colegas foram proibidos de falar com ela. Conceição passou por uma situação semelhante. «Sempre que alguém era visto a falar comigo era logo chamado à atenção», lembra.

Delfim Oliveira, electromecânico e coordenador da comissão sindical, conta outro caso, passado com ele e com um colega. Há algum tempo foi-lhes pedido que fizessem uma alteração nos painéis de montagem, sem orientações e sem material próprio. A linha de montagem parou cerca de 30 minutos e o seu responsável pressionou-os a assinar um documento a responsabilizarem-se. Eles recusaram.

«Passado duas horas saiu o "castigo": vieram-nos dizer que tínhamos de ir arrumar a arrecadação. No outro dia de manhã

fomos para lá só de camisa, apesar do frio», diz Delfim Oliveira. «Ainda hoje se encontram lá as peças, organizadas e contadas, sem ninguém lhes mexer.»

«Aquilo é como uma escola. Se o "menino" não se porta bem, vai de castigo para a parede», ironiza Benjamim António, operador especializado do turno da noite.

Reagir a essas penalizações «é muito difícil, porque acontece a uma pessoa de cada vez», explica Conceição. «Mesmo conhecendo os direitos, por vezes as pessoas acabam por fazer o que lhes dizem com medo de represálias.» A única solução é denunciar. Foi o que fez Maria Augusta Tato, que, em Setembro passado, foi agredida a pontapé por um responsável japonês por ter pisado inadvertidamente um cabo. O julgamento deste caso está marcado para dia 29 de Novembro.



Neuzza Borges

«A sindicalização surgiu por causa da minha revolta interior contra determinadas situações na empresa e por ver a insistência do SIEC a tentar resolver os problemas.»



Conceição Pinto

«Quem acha que deve lutar por aquilo a que tem direito nunca pode baixar a cabeça e desmoralizar.»

Reivindicações...

O SIEC apresenta uma longa lista de reivindicações à Yazaki, entre as quais o pagamento dos anos em que os salários dos trabalhadores sindicalizados não foram aumentados, a distribuição de máscaras e protecções para os olhos nas secções onde se trabalha com produtos químicos, bem como o alargamento do parque de estacionamento, de modo a que todos os funcionários tenham os automóveis protegidos de roubo.

Há já alguns anos que o sindicato defende a construção de uma creche para as cerca de duas mil crianças, filhas dos funcionários da fábrica ou,

como alternativa, o pagamento de um subsídio para infantários. A segunda hipótese está a ser estudada pela administração.

O despedimento colectivo - possibilidade levantada pela empresa em conversa com alguns trabalhadores que se recusavam a rescindir o contrato - constitui uma das principais preocupações do SIEC. Esta foi, aliás, a razão por que o sindicato pediu audiências a todos os partidos com assento parlamentar, embora só o PCP tenha aceite e apresentado posteriormente um requerimento à Assembleia da República. Contudo, o despedimento colec-

tivo parece ser um cenário pouco provável, visto responsáveis da fábrica se terem comprometido a não concretizar a ameaça, num encontro realizado no Ministério da Economia.

Por outro lado, a informatização dos serviços arrasta consigo consequências negativas. Cerca de 90 funcionários terão de sair da secção de armazéns e o sindicato teme que fiquem desocupados ou sejam pressionados para rescindir o contrato. O SIEC defende que estes trabalhadores sejam colocados noutros sectores, mantendo a categoria profissional e o salário.

...e conquistas

Nos primeiros anos de laboração da fábrica os contratos a prazo rondavam os 70 por cento, um número que hoje desceu para 30 por cento. Mas outras conquistas foram feitas pelo SIEC, como o reconhecimento dos delegados sindicais, o pagamento de complemento do subsídio de doença profissional e do complemento do trabalho nocturno no subsídio de Natal e de férias, a aceitação das duas horas de amamentação e a passagem de funcionários para o escalão devido.

Mas o Sindicato das Indústrias Eléctricas conseguiu outra modificação importante: a evolução nas mentalidades. «Agora as pessoas já reagem aquilo que lhes é imposto. Se há coisas que acham que não devem fazer não fazem», explica Neuzza Borges. E a mudança deu-se também do outro lado: «Antes as chefias diziam que tínhamos de vir trabalhar ao sábado, agora uns dias antes pedem para os trabalhadores se irem mentalizando para virem trabalhar», acrescenta Conceição Pinto.

Mas, infelizmente, nem tudo mudou. Exemplo disso são as cartas que alguns trabalhadores recebem a avisar que, se voltarem a recusar fazer horas extraordinárias, serão alvo de processos disciplinares.

Três notas

EDGAR CORREIA
Membro da Comissão Política

1. Hernâni

Com o falecimento do Hernâni Silva, ocorrido no Porto no passado fim de semana, desaparece mais uma das grandes figuras de comunista e de democrata a quem o país e a causa dos trabalhadores muito devem. Cinquenta e cinco anos de militância, três prisões e cinco anos de cadeia, a participação na fundação do MUD Juvenil, são sem dúvida elementos impressionantes da sua biografia. Mas o que sobressai no retrato humano do camarada e do amigo, é toda uma vida vivida em função do Partido e das mais variadas e complexas exigências da luta e a forma extremamente corajosa como sempre enfrentou torturas, perseguições e a vigilância policial a que foi constantemente submetido durante muitos anos.

Sublinhe-se sobretudo o facto do Hernâni Silva, do mesmo modo que figuras do Porto como Virgínia Moura, António Lobão Vital e alguns outros camaradas, pela coragem e combatividade que evidenciaram durante décadas em que a actividade do Partido se desenvolveu na mais severa clandestinidade, se terem assumido e em condições de fascismo como verdadeiros rostos públicos do PCP.

Quando uma parte significativa da população portuguesa não tem já conhecimento directo do que era o regime fascista e se afastam no tempo as imensas dificuldades desses dias, não são fáceis de descrever os sacrifícios que o Hernâni Silva e esses outros camaradas enfrentaram e as tensões quotidianas a que estiveram sujeitos por terem assumido esse corajoso estatuto.

Razão suplementar para que os guardemos sempre na memória e para que se justifique evocar o exemplo político e humano que constituiu a sua vida.

2. Um governo de «combate»?!

O propalado carácter de «combate» do governo do PS que acaba de ser empossado não pode deixar de suscitar alguns comentários. Pois de um governo é de esperar que ele «governe», em nome de todos - mesmo quando é monopartidário, como é o caso - e para resolver os problemas do país, nos termos constitucionais, e não que ele se constitua em entidade «combatente», com o que isso pressupõe em relação à definição de um «inimigo» ou «inimigos» e, também, à necessidade do traçado de uma «estratégia» para os vencer.

De modo que é de temer que este assumido carácter de «combate» possa significar em mais elevado grau uma coisa que já tem sido péssima para o país e para a democracia portuguesa: a partidarização da Administração e do Estado e a utilização do governo e da sua actividade de acordo com os objectivos e *timings* eleitorais do partido que o suporta.

Neste linha de preocupações e observada a geometria do novo executivo e conhecidos protagonistas e planos, ressalta à primeira vista uma visível atenção ao dispositivo e meios de intervenção numa base territorial, cujo encaixe com a possibilidade de influir nos resultados das eleições autárquicas, a terem lugar a meio da legislatura, não será certamente obra do acaso.

Quanto à composição do Governo e sendo ainda cedo para uma avaliação mais rigorosa, há indícios que não podem porém deixar de ser objecto de análise.

É o caso, por exemplo, da «nova paixão» de António Guterres, a saúde: não será de mau agouro que entre as escolhas para secretário de Estado figure quem se tenha notabilizado na crítica à linha de «regeneração do SNS» assumida, apesar de todas as suas contradições, pelo ministério agora cessante, e na defesa do regresso às velhas teses neoliberais, de natureza privatizadora, como linha política fundamental?

3. A grande *manif* de Paris

O sucesso da grande manifestação que no dia 16 de Outubro juntou em Paris mais de 70 mil pessoas na luta pelo emprego, e que era encabeçada por uma delegação de operários da Michelin (empresa que anunciou planos para proceder à supressão de 7500 postos de trabalho na Europa nos próximos três anos apesar dos lucros recordes que vem registando) constitui um acontecimento da maior importância.

Resultando de uma dinâmica unitária no seio da esquerda que envolveu o Partido Comunista Francês, os Verdes, o Movimento dos Cidadãos (MDC), a Liga Comunista Revolucionária, a Luta Operária e muitas outras organizações políticas e sociais, e contando com o apoio de destacados intelectuais franceses, a manifestação inseriu-se na luta por uma relação de forças mais favorável para resistir à pressão do «novo capitalismo» e de pressão sobre o governo para tomar medidas que sejam verdadeiramente de esquerda a favor do emprego e da justiça social - a exigência de uma lei contra os despedimentos, a pressão a favor de uma verdadeira lei de redução do tempo de trabalho, o combate à flexibilidade e à precariedade do emprego e a exigência de que os empregos para jovens sejam transformados em empregos estáveis e duráveis, a necessidade de revalorização dos mínimos sociais, o estabelecimento do controle da utilização de fundos públicos e a adopção de novos direitos de intervenção para os assalariados e os cidadãos.

Como se afirmava na convocatória da *manif.*, a luta por verdadeiros empregos, direitos novos, rendimentos dignos da nossa época, a luta contra a mundialização capitalista actual, não vão ficar por aqui - «a nossa manifestação não deve ser um fogo de vista e não o será».

Tudo isto aponta no sentido, muito positivo, do movimento popular na Europa poder estar a entrar numa fase mais dinâmica e da resposta política e de massas ao neoliberalismo, à altura das exigências da situação, poder estar finalmente a ganhar contornos mais amplos e combativos.

Rita Magrinho
sobre os Jogos
de Lisboa

O «Desporto para Todos» na prática municipal

Eleita pelo PCP na Coligação «Mais Lisboa», Rita Magrinho tem a seu cargo, durante este mandato, o pelouro do Desporto no município da capital. Os Jogos de Lisboa, cuja 14.ª edição decorre até meados de Junho, mobilizam milhares de atletas de praticamente todas as idades, estratos sociais e modalidades desportivas, para actividades regulares nos diversos equipamentos desportivos da cidade.

Em depoimento ao «Avante!», a vereadora comunista diz que «o significado da expressão «Desporto para Todos» assume, para nós, um sentido real de abertura da prática desportiva a toda a população, concretizada na concepção da democratização da prática desportiva». Tal como sucede noutros concelhos, onde as responsabilidades dos autarcas comunistas se traduzem em iniciativas como os Jogos da Paz, de Loures, as Seixaladas ou as Olimpíadas Populares do Alentejo.

«Avante!»: Como seria Lisboa sem os jogos que agora iniciaram a sua 14.ª edição?

Rita Magrinho: Lisboa é hoje, sem dúvida, uma cidade mais sensível à prática desportiva, graças ao impulso dado pelos Jogos. De facto, por toda a cidade, assistimos ao fenómeno das várias camadas e sectores da população a procurarem ligar-se cada vez mais a uma prática desportiva continuada. Por outro lado, o movimento associativo, que, de certa forma, viveu subalternizado até ao lançamento de iniciativas como estes Jogos, tem ganho ânimo e contribuído para uma significativa adesão da população à prática do desporto. É indispensável referir, igualmente, a intervenção positiva das juntas de freguesia, com as quais temos protocolos de descentralização de competências.

Hoje podemos afirmar que, se não existissem os Jogos de Lisboa, não existiriam os 30 mil praticantes que aderem a esta prática regular; não existiriam seis mil crianças a praticar desporto nas «escolas e escolinhas» municipais; não existiria uma dinamização e recuperação significativas do parque desportivo nem as condições psicológicas, sociológicas e culturais favoráveis ao crescimento da adesão ao desporto, nomeadamente em sectores como os idosos e a população portadora de deficiência.



Depois de 13 anos desta experiência, podemos afirmar que os Jogos têm contribuído para criar uma nova mentalidade, através do convívio, da competição e da organização de iniciativas que transformam Lisboa numa cidade

mais humana, mais tolerante e mais fraterna.

Após estes treze anos o que têm de novo os Jogos de Lisboa? Os Jogos têm sabido adaptar-se às novas realidades e aos interesses da população e, por isso, não pode afirmar-se que, ao longo dos últimos treze anos, tivesse existido um projecto fixo para os Jogos.

Devo, no entanto, realçar que se mantêm as linhas orientadoras, definidas a partir de 1990, que se referem à melhoria do quadro competitivo dos Jogos, ao esforço que tem sido feito para integrar, cada vez mais, grupos sociais menos favorecidos, como os idosos e as mulheres, e à continuação da orientação da nossa actividade, fundamentalmente, para os jovens, de forma a criar uma mentalidade desportiva inovadora e motivada pelos princípios da correcção.

Que lugar ocupam os Jogos na actividade do pelouro do Desporto?

Quando falamos dos Jogos de Lisboa pretendemos, em sentido amplo, integrar não apenas os quadros competitivos, mas também todos os apoios e recursos que os tornam possíveis.

As instalações e infra-estruturas desportivas, a formação, a divulgação e a promoção do desporto a todos os níveis são acções que o pelouro realiza para concretizar aquilo a que, em sentido restrito, se chama Jogos de Lisboa. A opinião pública, ao assimilar este conceito, já considera integrados nos Jogos de Lisboa os quadros competitivos restritos e as festas e convívios das várias modalidades e, igualmente, iniciativas como a Maratona e a Meia Maratona de Lisboa, os Jogos do Futuro, a grande festa do desporto que é a «Lisboa Cidade Desportiva», os torneios internacionais e os campeonatos que se realizam na cidade e as múltiplas actividades realizadas no âmbito do sector federado, apoiadas pelo pelouro do Desporto da CML.

Que diferença existe em ser uma vereadora comunista a responsável pelo trabalho municipal na área desportiva?

Como vereadora comunista, a minha intervenção no desporto considera, naturalmente, as grandes linhas de intervenção social que o PCP defende. Neste sentido, o significado da expressão «Desporto para Todos» assume, para nós, um sentido real de abertura da prática desportiva a toda a população, concretizada na concepção da democratização da prática desportiva. A prática desportiva é vista por nós como um processo de elevação cultural das populações e, necessariamente, como uma oportunidade para criar condições para a melhoria da sua qualidade de vida.

A prática desportiva continuada das crianças, dos jovens, dos adultos, dos idosos, das mulheres, dos deficientes, dos praticantes de ambos os sexos e de todas as idades, dos sectores federado e não federado, escolar e autárquico são metas que, na perspectiva enunciada, pretendemos atingir. Temos, no entanto, consciência de que este é um trabalho moroso e de renovação das mentalidades que exige persistência e que só será alcançado com a conjugação dos esforços de todas as entidades com responsabilidades nesta área de intervenção social.



O Euro 2002

■ Sérgio Ribeiro

Não. Não se trata de engano no ano. Não se trata do Euro 2004 de que tanto se fala e que deu origem a uma daquelas crises de euforia que ataca os ciclotímicos portugueses, que passam vertiginosamente de se sentirem os «melhores do mundo», de irem nas loas de serem os primeiros do «pelotão da frente», para se sentirem os «desgraçadinhos», os lanternas vermelhas dos condenados à despromoção, idiosincrasias que algumas forças políticas aproveitam, de que usam e abusam.

Mas não se vá sem dizer que muito haveria a dizer sobre essa vitória portuguesa (que o é!) na organização do Europeu de futebol em 2004. Não fazemos é ideia do que seria se, em vez do Europeu, fosse o Mundial, ou se, em vez do Mundial, fossem os Jogos Olímpicos. O país entraria, decerto, em órbita... paranóica.

Em qualquer dos casos, do que vai ser e dos que poderiam ser, deveria poder chamar-se a atenção, sem que tal atraísse raios e coriscos, para a necessidade de aproveitar o evento para reforçar a coesão e para que não se corra o risco de cavar mais fundas as assimetrias e as desigualdades entre o litoral e o interior, entre os que «vão à bola» e os que não terão euros que sobrem dos gastos no indispensável à sobrevivência e que cheguem para comprar bilhetes e só espreitarão os jogos no café do bairro ou na tasca da aldeia.

tais ou os mortais comuns recebem os seus salários, e com que compram o que necessitam para os seus dia-a-dia, com que fazem as suas trocas.

Embora a moeda única, o tal euro, já esteja nas nossas vidas, está de certo modo escondido atrás dos documentos dos bancos e das bolsas porque só passa a circular, a entrar e a sair dos nossos bolsos, em 2002. Será, então, o Euro 2002!

Tudo isto é muito significativo. Como já disse e passo a procurar explicitar. Simplificadamente, pode dizer-se que esta moeda única (?) foi congeminada à mesa redonda onde se reúnem grandes empresários transnacionais, tornou-se projecto político na Comissão Europeia, foi adoptado pelo poder político democrático (Parlamento Europeu e parlamentos nacionais) e passou ao concreto ao serviço dos seus congeminadores. Por isso, embora todos possamos usar já o euro, só os grandes (grupos, empresas e avulsos) o estão a fazer, enquanto os pequenos e médios empresários e empresas ainda não se preparam nem começaram a ensaiar a utilização do novo instrumento, e os particulares só em 2002 o farão porque só então serão obrigados a fazê-lo.

Não podia ser de outra maneira? Claro que sim se o projecto tivesse sido outro, se tivesse sido pensado para servir outros interesses, dos povos. Depois da grande campanha de

Europeu, que só está dependente dos congeminadores do projecto, logo, ao serviço destes.

E, no entanto, alguns benefícios directos da introdução do euro já podiam estar a ser aproveitados pelos particulares. Como, por exemplo, a diminuição dos custos bancários e a eliminação de taxas que só se justificariam nas operações em que há diferenças cambiais que deixaram de existir, entre as moedas dos 11 Estados-membros, a partir de 1 de Janeiro.

Ao não se fazer isto, ao não se adaptarem as PME ao novo instrumento, ao não se fazer já o que podia ser feito em termos de custos e de taxas, há um reforço das transferências para os mais poderosos económica e financeiramente, há um agravamento das desigualdades e das assimetrias, da pobreza e da exclusão.

Em exemplos muito práticos, já alguém descortinou uma preocupação em começar a preparar as pessoas para o facto de, no Euro 2002, passarem a circular em Portugal, no lugar das actuais 7 moedas - 1, 5, 10, 20, 50, 100 e 200 escudos -, 88 moedas - 1, 2, 5, 10, 50 cêntimos e 1 e 2 euros vezes 11, porque cada moeda terá uma face diferente por país -, e já alguém nos disse algo sobre o facto dessa moeda mais pequena, 1 cêntimo de euro, valer os actuais 2 escudos o que fará com que a nossa base do novo instrumento de trocas (e de trocos) passe de 1 para 2, o que implicará problemas de conversão em todos os preços ímpares em escudos?

Nós preocupamo-nos, disso falamos e para isso alertamos. Nós, os que estivemos contra o euro. Aliás, o modo como ele está a ser concretizado confirma as razões dessa nossa posição. O instrumento foi congeminado e criado ao serviço do capital transnacional. Mas tal não impede - pelo contrário! - que procuremos diminuir os seus malefícios e potenciar os seus benefícios



para as populações. Como instrumento que é.

Só uma última nota, talvez um pouco à margem. É interessante anotar como se saudou a atribuição do Nobel da Economia deste ano a

um economista apresentado como patrono do euro por estar ligado à teoria das zonas monetárias óptimas e pretende-se que a União Monetária Europeia (UME) seja uma, mas há quem afirme, com fundada argumentação, que não há zonas monetárias óptimas e que, a haver, a tal UME nunca o seria. Em contrapartida, houve grande silêncio à volta do Nobel da Economia do ano passado, o que terá a ver - se não nos enganamos... - com o facto de ser hipercrítico da moeda única «europeia» que, disse ele!, retira necessárias margens de manobra às políticas nacionais sem que se possa tornar, como foi apregoado, um rival do dólar. Como a prática vem confirmando.

Escrevi eu euros? Pois escrevi porque, em 2004 já não haverá escudos portugueses, haverá euros. Haverá apenas euros a circular neste país a partir de 2002 e é desse Euro 2002 que venho à escrita e por isso coloquei no título.

É significativo que dessoutro Euro, do Euro 2002, tão pouco se fale. Parece que tudo teria ficado feito quando em 1 de Maio de 1998 foi decidido em definitivo⁽¹⁾ que haveria euros e para que países.

Também então se decidiu que seria no dia 1 de Janeiro de 1999 que o euro passaria a valer como moeda única para 11 países. Mas os países que não são apenas banqueiros, financeiros, trampolineiros (ou especuladores) para quem, efectivamente, o euro passou a valer para as suas operações, sendo já moeda mas não sendo ainda moeda...

Explico-me. O Euro 1999 é uma moeda escritural com que os banqueiros, os financeiros, as empresas, e outros, podem trabalhar como seu instrumento para as trocas, por via de operações em cheques e outros meios em que não entrem as notas e as moedas sonantes, aqueles meios em que o comum dos mor-

lançamento do euro, com acções de propaganda travestidas de acções de informação que fizessem a «opinião pública» acreditar que vinha aí algo de salvador, «esqueceu-se» o Euro 2002 e são oportunos os Euro 2004 para nos manter entretidos e entusiasmados.

Nós estivemos, sem ambiguidades, contra o processo que levou à criação deste instrumento. Mas, existindo ele, somos os que estamos preocupados com os efeitos da sua existência. Há um evidente défice de preparação das PME para o novo instrumento, há uma clara ausência de previsão das consequências da introdução e da passagem a moeda-real em 2002 para os cidadãos comuns, para os trabalhadores, para os povos.

Não basta insinuar que temos beneficiado do euro porque baixaram as taxas de juro. Elas baixariam mesmo que não houvesse euro, e o que é importante sublinhar é que essas decisões políticas deixaram de estar aos níveis dos executivos sobre os quais os representantes eleitos pelos povos podem exercer controlo político para estarem dependentes do Banco Central

⁽¹⁾ Se é que há definitivos!... Já houve, como já houve "provisórios", mas agora é tudo SG e uns raros "portugueses suaves" enquanto não for tudo Marlboro, contrabando, contrafações e derivados

⁽²⁾ Esta, porque já tinha havido outras tentativas para criar uma moeda única "europeia".

**Aberto o debate
para o 9.º Congresso da CGTP-IN**

Acção reivindicativa e negociação colectiva



Prossequimos neste número a divulgação do projecto de Programa de Acção da CGTP-IN para os próximos quatro anos. O documento, como informámos na semana passada, foi aprovado pelo Conselho Nacional da Inter e, após um período de debate nas estruturas da central e entre os trabalhadores, será levado ao próximo congresso, marcado para 10 e 11 de Dezembro, no Centro de Congressos de Lisboa (antiga FIL). Nestas páginas publicamos alguns excertos do capítulo onde são tratados os temas relacionados com a acção reivindicativa e a negociação colectiva (fotos de Jorge Caria, no 8.º Congresso da CGTP, a 31 de Maio e 1 de Junho de 1996, no Coliseu dos Recreios de Lisboa).

A intervenção do Governo PS na área da negociação colectiva é considerada «profundamente negativa», sobretudo porque «a revisão da legislação de trabalho e o seu conteúdo em áreas essenciais traduziu-se no incentivo ao patronato para endurecer a sua posição de intransigência na negociação», e porque «o Governo recorreu a medidas que representam graves atentados ao direito de contratação colectiva, de que é bem representativo a Acordo de Concertação Social de Curto Prazo». Na legislatura finda «foi também aprovada legislação com impacto negativo no direito de contratação colectiva, de que são exemplos algumas disposições da lei do emprego a tempo parcial».

«Apesar disso, a resistência a aspectos gravosos da revisão da legislação de trabalho veio a traduzir-se, nalguns casos, na valorização da negociação colectiva», refere-se no projecto. Na Administração Pública, «o novo quadro legal veio melhorar o regime de negociação colectiva, embora ficando aquém do que era reivindicado».

A não-neutralidade

No que respeita à resolução dos conflitos colectivos, «o Governo não recorreu aos instrumentos legais e normais estabelecidos na lei, adoptando uma posição de suposta "neutralidade", já que na prática beneficiou a parte patronal, não sancionando as práticas bloqueadoras da negociação e que negam o direito de contratação colectiva».

Tal comportamento justifica que a Intersindical não considere aceitável o argumento de que os problemas seriam solucionados com a imposição da arbitragem obrigatória, reafirmando que «a CGTP-IN sempre considerou que a arbitragem obrigatória só deve ser utilizada como solução de recurso, depois de esgotados todos os meios de resolução pacífica que não sejam ofensivos do princípio da autonomia negocial das partes, pelo que só deve ser utilizada para matérias de carácter pecuniário».

Para a CGTP, «deve ser valorizada e promovida a livre negociação» e a **convenção colectiva** «deve ser um instrumento privilegiado, porque assegura uma participação directa dos trabalhadores na determinação de normas de trabalho e porque existem interesses divergentes com o patronato». O Governo deve «assegurar o diálogo» e não recorrer (como aconteceu) a legislação que violou o direito de contratação.

No projecto de Programa de Acção são apontadas as reivindicações da CGTP nesta matéria:

- o cumprimento dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores;
- o respeito pelo direito de contratação colectiva como direito fundamental consagrado na Constituição;
- a promoção da negociação colectiva, tendo como referência a Convenção 154 da OIT;
- o empenhamento da Administração do Trabalho na promoção da negociação colectiva e na resolução dos conflitos colectivos de trabalho, devendo traduzir-se, sempre que necessário, na formulação de propostas que visem a solução do diferendo;
- o sancionamento de comportamentos bloqueadores da contratação como a recusa de negociação e as manobras dilatórias que impeçam o andamento normal do processo de negociação.



Na União Europeia

«A negociação europeia apresenta desenvolvimentos, nos seus diferentes níveis. Na negociação *confederal*, houve três acordos-quadro (licença parental, trabalho a tempo parcial e contratos de duração determinada) que foram transpostos para directivas. Ao nível *sectorial*, há vários acordos em diferentes actividades. Em várias *empresas* multinacionais constituíram-se comités de empresa europeus, órgãos com competências nos domínios da informação e da consulta dos trabalhadores. Também a nível *regional* (transfronteiriço), através dos Comités Sindicais Inter-Regionais, existe um nível negocial reconhecido, ainda que, até agora, sem ter sido devidamente explorado.

«A CGTP-IN, que tem acompanhado a evolução destes processos, considera que alguns dos acordos-quadro efectuados se inserem numa filosofia de prescrições mínimas, com conteúdos controversos e mesmo negativos, que podem pôr em risco o objectivo de uma harmonização social no pro-

gresso, bem como a credibilização da própria negociação europeia.

«A realização da União Económica e Monetária veio impulsionar o debate para a necessidade de coordenar a negociação colectiva a nível europeu. A criação da moeda única, tendo como consequências a intensificação da concorrência e a perda ou a limitação de instrumentos de política económica, como as políticas monetárias e orçamentais, veio reforçar os riscos de *dumping* social, através de espirais regressivas nos vários países (restrições salariais, redução de direitos, etc).

«Neste quadro, têm-se desenvolvido iniciativas com vista a coordenar a negociação colectiva, quer ao nível de toda a UE (CES), quer ao nível regional (grupo de Doorn: Alemanha, Bélgica, Holanda e Luxemburgo), quer no âmbito sectorial, através das Federações Sindicais Europeias (FSE). O IX Congresso da CES, realizado em Julho de 1999, aprovou uma resolução em que prevê a coordenação da política

contratual na Europa a nível interprofissional e sectorial e a criação de um Comité de Coordenação das Negociações Colectivas.»

Harmonização no progresso

«A CGTP-IN sempre se bateu pela harmonização no progresso das condições de vida e de trabalho. É este o elemento essencial para o desenvolvimento da regulação a nível europeu. Esta deve cimentar e não substituir os avanços obtidos nos vários países, criando condições para a elevação dos direitos na UE e abrindo novos espaços de solidariedade.

«É necessário e é possível intensificar a acção sindical, no espaço da UE, pela defesa de objectivos como a melhoria na repartição do rendimento, a luta pelas 35 horas de trabalho semanais, a promoção da estabilidade de emprego, o direito à formação, a igualdade de oportunidades e de tratamento, o direito à Segurança Social, a protecção da saúde.

A definição de objectivos reivindicativos comuns, a coordenação das negociações em cada país, sem perda de autonomia, e a realização de acções de pressão comuns são os elementos-chave para a criação de uma relação de forças a nível europeu, que abrirá as perspectivas para autênticas convenções colectivas europeias.

«A coordenação das negociações ao nível sectorial por via das FSE deve representar um passo decisivo. Para isso, é necessário criar instrumentos como o reforço da cooperação, a criação de bases de informação comuns, com vista à coordenação de objectivos, e a criação de estruturas de negociação específicas.»

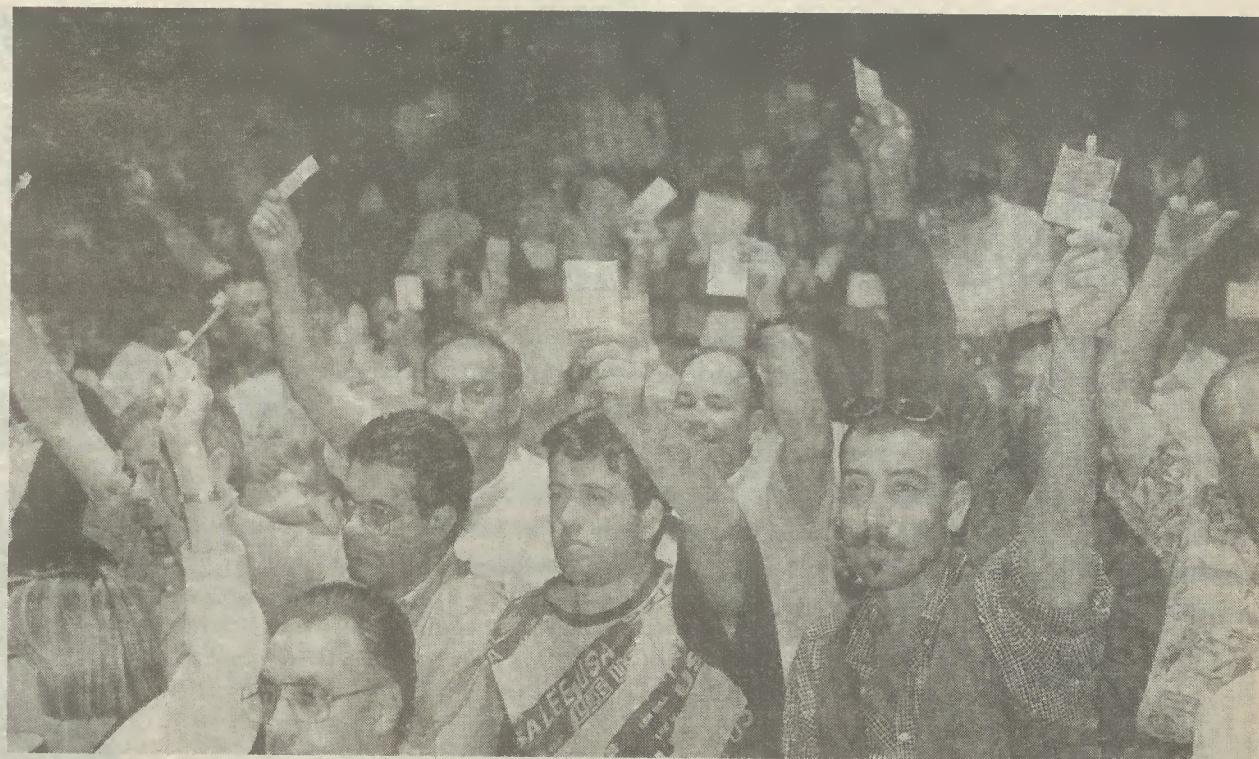
(A negociação colectiva europeia, ponto VI.5)



Maior complexidade

«Os níveis de negociação e de intervenção têm-se vindo a desenvolver: acção reivindicativa de empresa, contratação colectiva, concertação social, negociação europeia, etc. Estamos perante uma situação mais complexa, que exige respostas mais qualificadas; que exige um maior esforço no sentido da coerência geral das reivindicações; que exige um trabalho sindical mais planificado, coerente e articulado, o que implica um maior papel de coordenação pela CGTP-IN; que exige o desenvolvimento de formas de articulação e de complementaridade.

«Estes problemas têm sido há muito debatidos pela CGTP-IN. Mas, importa reconhecer que persistem dificuldades, como sejam, entre outras: insuficiente coordenação da política reivindicativa; acção reivindicativa nas empresas muitas vezes feita à margem dos sindicatos; ausência de articulação entre reivindicações de empresa e os contratos sectoriais.»



Ganhar força na base

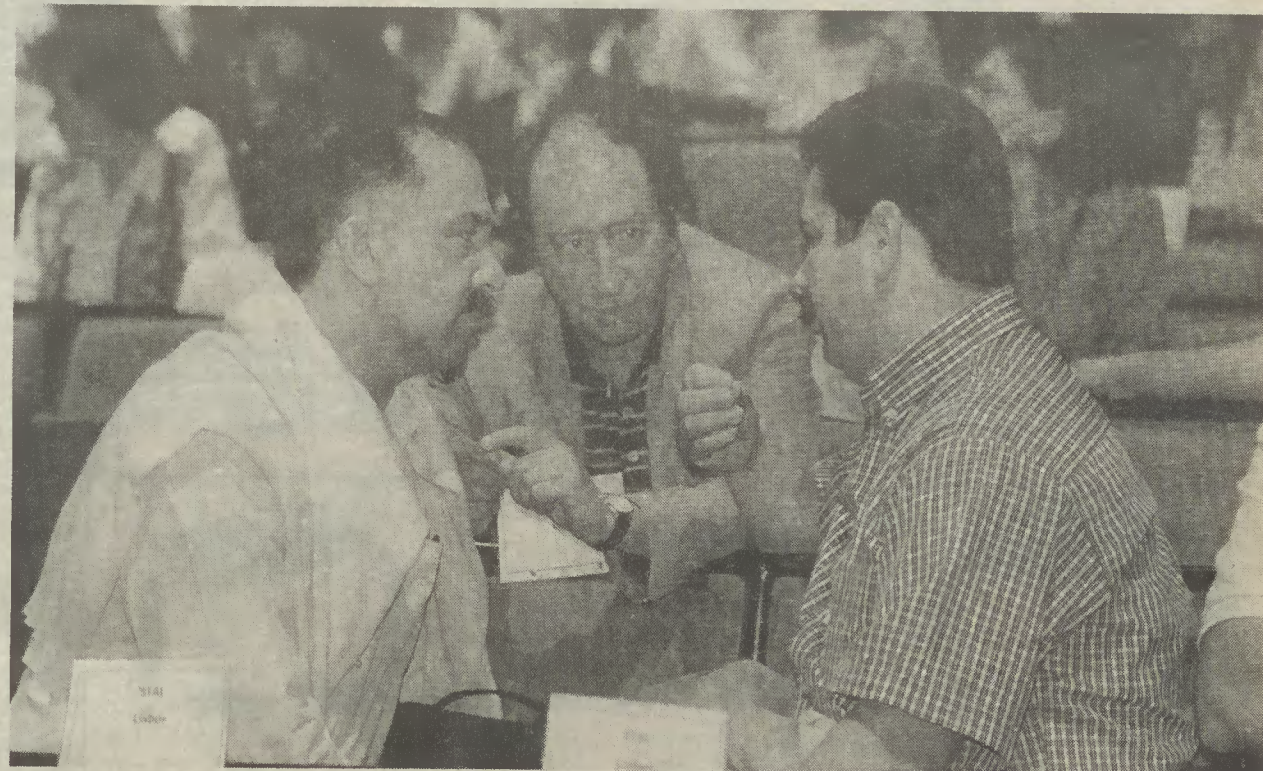
«Para a CGTP-IN, a intervenção nos diferentes níveis deve apoiar-se no factor estratégico decisivo, que é a capacidade de melhorar a relação de forças a partir do local de trabalho.» (...)

«Os desafios são pois: o de ganhar poder contratual na base para impulsionar os diferentes níveis de negociação; e o de criar uma intervenção global mais orgânica, coerente e planificada em todos os níveis da estrutura. Neste sentido, destacam-se dois aspectos essenciais:

– a melhoria da coordenação da política reivindicativa pela CGTP-IN. A definição de objectivos reivindicativos comuns constitui um dos aspectos essenciais. Neste sentido, deve ser consolidado o trabalho com vista à preparação da política reivindicativa de cada ano, a realizar imediatamente a seguir às férias. Deve também promover-se um maior debate da política reivindicativa reforçando o papel das reuniões de Federações e de Uniões, recorrendo-se nomeadamente a reuniões sobre temas específicas;

– o reforço do papel de coordenação das Federações em relação às reivindicações de empresa. Deve ter-se como referência a política de contratação colectiva para 2000, que contém uma estratégia com vista à criação de uma nova dinâmica reivindicativa, articulando as reivindicações de empresa com a negociação do contratual.»

(Os níveis de negociação, ponto VI.3)



Articular com a organização

«A negociação colectiva só poderá ser verdadeiramente dinâmica se os trabalhadores forem envolvidos na negociação, nas propostas reivindicativas, nas formas de luta, nos resultados negociais. Só assim os trabalhadores participam de facto na negociação e só assim é possível criar uma relação de forças mais favorável.

«No entanto, constatam-se dificuldades na aplicação desta orientação. A natureza destas dificuldades conduz à ideia de que uma resposta adequada terá de passar pela melhoria na articulação da acção reivindicativa com a organização. Existe hoje uma excessiva especialização e parcelização: quadros que só fazem negociação; não envolvimento de todos os dirigentes na discussão da política reivindicativa; tratamento dos problemas de negociação sem ter em conta uma visão mais larga que considere os diferentes determinantes da acção sindical; etc. É importante sublinhar a ideia de que as questões reivindicativas dizem respeito a todos os dirigentes sem excepção, mesmo que existam quadros mais especializados na negociação. Importa pois procurar formas de articulação mais dinâmicas entre a acção reivindicativa e a organização.

«O desenvolvimento da acção reivindicativa não deve visar somente fins imediatos da melhoria das condições de quem trabalha: constitui também um meio fundamental para a ligação e o contacto com os trabalhadores; para o recrutamento de quadros sindicais; para o reforço da organização sindical nos locais de trabalho.

(A articulação da acção reivindicativa com a organização, ponto VI.4)

«A ideia largamente difundida de que a negociação colectiva apenas negocia salários não corresponde à realidade. A convenção colectiva tem regulado os vários aspectos da prestação de trabalho e têm sido precisamente os avanços obtidos face aos mínimos legais

Não são só os salários

que explicam a virulência dos ataques das forças neoliberais contra a contratação colectiva. Quando, em muitos processos, a parte visível é revisão salarial, isso quase sempre traduz que os trabalhadores não abdicaram de direitos que a convenção consagra. Deve ter-se presente que o patronato tem condicionado as revisões salariais a modificações nos direitos fixados nos clausulados das convenções.

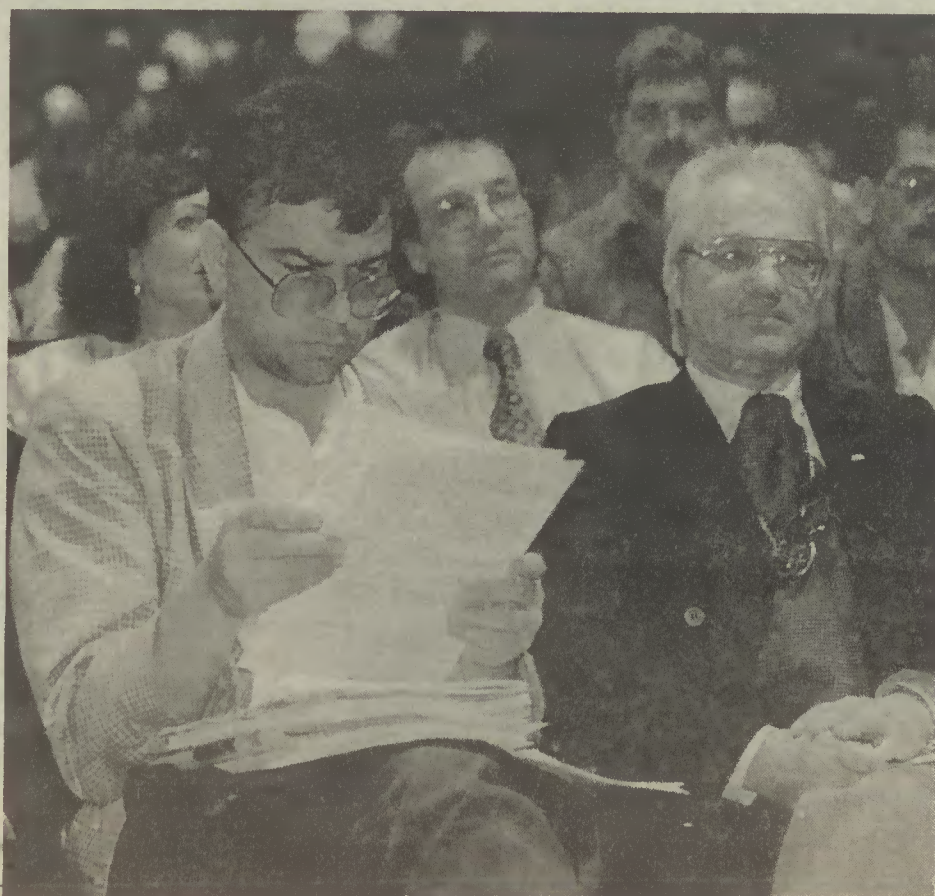
«Isto não significa que o movimento sindical não deva persistir na melhoria dos direitos e das condições de trabalho. Mesmo no actual quadro de relação de forças, a negociação colectiva poderá ser mais dinâmica: na tradução de novos objectivos reivindicativos, procurando novos avanços sociais; na adaptação da convenção às transformações verificadas no trabalho; na procura de soluções negociadas para conflitos em curso; na adaptação das convenções a modificações objectivas na vida de trabalho; na transposição para a convenção de avanços obtidos a nível legal e na melhoria destes; na limitação

de conteúdos gravosos da legislação de trabalho.» (...)

Valorizar os resultados

«A valorização dos resultados mantém-se como debilitada não ultrapassada. A valorização dos resultados é fundamental, porque pode contribuir decisivamente para manter os trabalhadores organizados e ligados ao sindicato. Resultados valorizados constituem a prova de que a acção sindical vale a pena. Dão confiança aos trabalhadores para prosseguirem e apresentarem novas reivindicações no futuro. Mesmo as pequenas melhorias devem ser valorizadas. Deve ter-se presente que as grandes conquistas são quase sempre o resultado de pequenos avanços, normalmente ao nível de empresa, que se vão progressivamente generalizando. E, inversamente, o patronato utiliza os recuos, divulgando-os com vista a obter retrocessos sociais generalizados.»

(Os conteúdos reivindicativos, ponto VI.2)



■ Manoel
de Lencastre

Irão prender e julgar a avozinha de Bexleyheath?

Heróis, agentes, espiões e traidores

O aparecimento dos papéis de Vasili Mitrokin na praça publicista foi um bom golpe de «marketing». O antigo arquivista guardara-os em vazios pacotes de cartão para leite na «dacha» moscovita às ordens do espião inglês, Richard Tomlinson. Este fora preso pelas autoridades britânicas durante dois anos por andar a fazer negócios com base nos conhecimentos adquiridos sob cobertura diplomática em Moscovo, até 1992. Mas saiu, livre, em Abril do ano passado. Era altura, portanto, de Mitrokin aparecer com os seus papéis, preparar a publicação de um livro, vender extractos aos jornais. Numa palavra: chegara o momento, enfim, de começar a fazer dinheiro.

O editor-executivo do «The Times», Brian MacArthur, já mandara ler cópias do manuscrito de Mitrokin (título: «Os arquivos de Mitrokin – A URSS e o Ocidente»), mas não oferecia mais de 20 000 libras (6000 contos). Experimentados jornalistas da BBC, do «The Observer», do «The Guardian» andavam, igualmente, em cima do assunto. Mas o contrato para a publicação do livro foi assinado entre representantes de Mitrokin e Tomlinson, com a «Penguin». O que os jornais e a televisão queriam era a publicação de extractos. Os americanos da «ABC», porém, anteciparam-se. E, assim, chegou ao conhecimento do grande público «o maior escândalo do mundo da espionagem nos últimos 20 anos».

Jack Straw, secretário de Estado do «Home Office» (Interior e Justiça) fez uma declaração

comunista? Trabalhou para o KGB? Foi militante do Partido?» Ela, não hesitou: «Fui e sou comunista. Admirei e apoiei a URSS e não vejo razão para alterar a minha visão do mundo.» Agora, com base nestas francas afirmações, Jack Straw diz que, possivelmente, mandará que se lhe abra um processo judicial para fazê-la sentar no banco dos réus no Old Bailey.

Os jornais querem vender. As televisões pretendem garantir audiências. É o nosso universo na modernidade. Mas a nautreza patológica dos «defensores da liberdade e da democracia» e a hostilidade profissional dos falsificadores da História para com todos os que, durante a guerra-fria, trabalharam a favor da causa do socialismo e se colocaram, frontalmente, contra o imperialismo, vem de longe. As páginas dos

Ethel e Julius Rosenberg foram «julgados» e executados nos Estados Unidos. Estavam inocentes



Os «espiões de Cambridge» – Donald Maclean, Kim Philby, Guy Burgess



interessante sobre este assunto na passada quinta-feira. Segundo ele, apesar de ser «imenso» o valor dos papéis trazidos do frio por Mitrokin, não se trata de originais ou, mesmo, de cópias de originais. O material, no fim de contas, não possui valor de prova directa contra as pessoas nele mencionadas. Os papéis, de facto, não valem nada. Mas a história não acaba aqui.

jornais americanos e britânicos têm-se enchido com histórias de «traidores» que «venderam a Pátria» divulgando segredos a potências estrangeiras, obtendo informações, trabalhando para

que a sua escolha ideológica triunfasse. Traidores? Mas na zona de Londres vive o traidor supremo: Oleg Gordievski, o espião que preferiu o capitalismo e, no momento final, teve de

ser encaixotado na mala diplomática da embaixada britânica em Moscovo e transportado para Londres. E quem não recorda a célebre «carta de Zinoviev»? Era forjada.

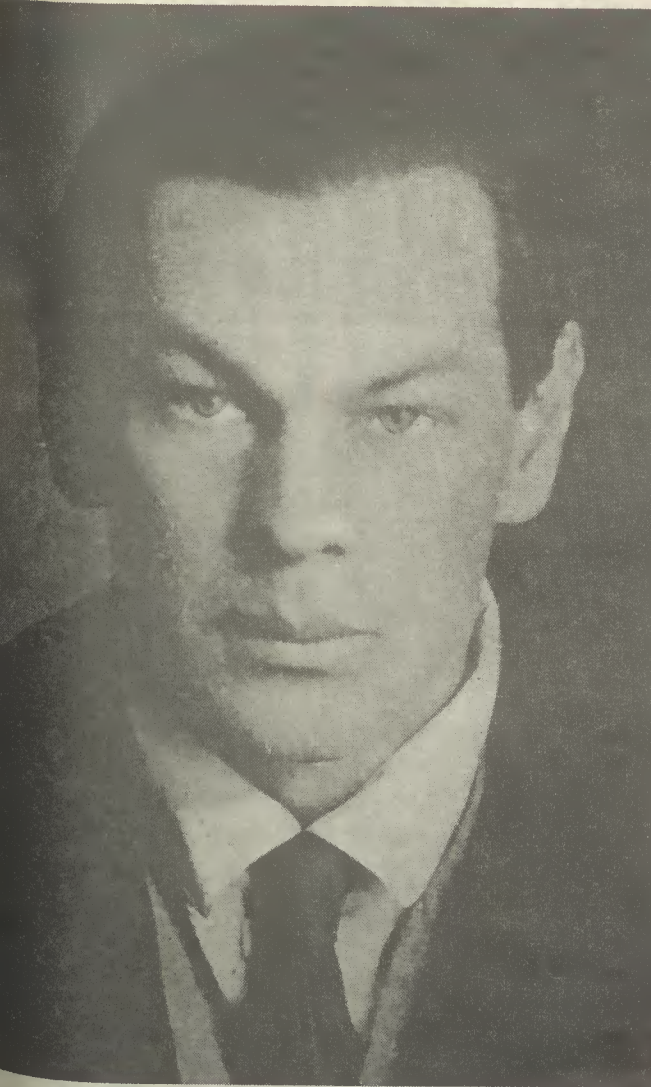
O lixo de Mitrokin

Com efeito, «The Times» começou a dizer que a agente secreta «Hola» era «o mais importante informador jamais recrutado pelo KGB na Grã-Bretanha». Os seus editores descobriram que as três páginas sobre «Hola» no manuscrito (850 páginas) podiam, se devidamente trabalhadas, produzir grandes vendas do jornal. O público está educado para estas histórias. Quem era «Hola»? O próprio manuscrito o diz: Melita Norwood, agora uma bisavó de 87 anos, que trabalhou como secretária para uma organização chamada «British Non-Ferrous Metals Research Association» (Associação Britânica de Pesquisas sobre Metais Não-Ferrosos). Os jornais e a BBC foram descobri-la em casa, em Bexleyheath, sul de Londres.

Sabia-se que a senhora Norwood defendera a política da URSS e fora militante do CPGB (Partido Comunista da Grã-Bretanha). E chegou-se à inacreditável conclusão de que, sem as informações por ela passadas a certos agentes sobre metais não-ferrosos, o programa atómico soviético jamais teria nascido. Bateram-lhe à porta. «A senhora é



1941. Os soldados alemães deixam atrás de si povoações em chamas na região de Pskov, na União Soviética



Sorge - o homem que forneceu à URSS informações vitais sobre as intenções e as movimentações das tropas nazis que preparavam a invasão. Foi executado pelos japoneses

Richard Sorge Cidadão da Humanidade

Filho de pai alemão e mãe russa, nasceu em Baku. O pai trabalhava na indústria dos petróleos. Mas cresceu em Berlim e serviu no exército alemão durante a Primeira Guerra Mundial. Ferido e desiludido com a inútil e criminosa carnificina a que assistiu, aderiu ao Partido Comunista. Nos anos vinte foi recrutado pelo Comintern e tornou-se agente dos serviços soviéticos de informação. Colocado em Changai, conheceu aí um jornalista americano de ideias progressistas, Agnes Smerley. Este apresentou-o a diversos amigos que, mais tarde, formariam o círculo secreto de Tóquio organizado por Sorge (Ramzai). Entre eles, Ozaki Hotsumi, jornalista nipónico situado à esquerda, ideologicamente.

Voltou à Alemanha a fim de obter a carteira profissional de jornalista correspondente do «Frankfurter Zeitung». Registos da sua vida militar, dos ferimentos recebidos na guerra, da sua cultura e dos seus conhecimentos jurídicos, colocaram-no em posição respeitável. Por isso, apresentado a

Eugen Ott, que ocuparia o lugar de embaixador germânico em Tóquio, estabeleceu com este as melhores relações.

De novo em Tóquio (oficial do 4.º departamento que era responsável pelos agentes soviéticos colocados no estrangeiro) construiu uma valiosíssima rede de amigos e informadores. Ficou em condições de corresponder às solicitações de Moscovo. Richard Sorge vivia liberalmente em Tóquio. Protagonizou inúmeras histórias românticas que lhe permitiram revelar o seu humanismo, a sua capacidade para amar e valorizar os seus semelhantes. De motocicleta, percorria as ruas estreitas da cidade antiga para encontrar-se com apaixonadas alemãs e japonesas. A sua mais dedicada companheira, Hanako Ixii, manter-se-lhe-ia fiel e visitaria a URSS depois da sua execução.

Sorge era tido como jornalista de toda a confiança na embaixada nazi. Ott, o embaixador, confiava-lhe as chaves das comunicações cifradas com a Wilhelmstrasse (Ribbentrop) em Berlim. Mas, em 1942, os

japoneses conseguiram descobrir as suas actividades pró-soviéticas e prenderam-no. Depois de vários meses de interrogatórios na prisão de Sugamo, foi condenado à morte. Executaram-no por enforcamento a 7 de Novembro de 1943 (aniversário da Revolução de Outubro). Foi a 5 de Novembro de 1964 que Richard Sorge viu, postumamente, reconhecidos os seus serviços à causa da URSS e do comunismo. Recebeu a distinção suprema - Herói da União Soviética. A sua vida valeu a pena.

«Gostaria de poder voar como os pardais para os céus da Sibéria...» escreveu na prisão de Sugamo.

Como se vê ao longo deste apressado comentário às actividades e à vida de vários homens e mulheres que se distinguiram em diversas capacidades e circunstâncias, temos os que se comportaram como espíões, os simples agentes, os traidores e os heróis. Cada leitor decidirá por si próprio quem são uns e quem são os outros. A escolha, porém, não parece difícil.

Salvar a URSS, salvar o mundo

A guerra-fria produziu dramas incontáveis. Estavam em jogo duas opções para o futuro do mundo - o socialismo científico representado pelos comunistas e pela URSS, e o imperialismo das potências tradicionais em cujas sociedades o valor do dinheiro se sobrepõe ao das pessoas. De que lado está? Homens de valor, de coração, de consciência, os chamados «espíões de Cambridge», Donald Maclean, Kim Philby (o 4.º homem), Guy Burgess, disseram e provaram a que lado pertenciam. Anthony Blunt (acusado de ser o 5.º homem), especialista supremo das obras de Poussin, Caravaggio, Reni, Annibale Carracci, Guerino, mostrou de que lado se encontrava. Ethel e Julius Rosenberg, inocentes, morreram sem renegar a verdade. Alger Miss, um diplomata sem vergonha, Klaus Fuchs, um cientista, foram apresentados ao mundo como vulgares traidores. A quem? George Blake, que escapou de Wormwood Scrubs, em 1966, fizera a sua escolha e ainda vive em Moscovo. Tinham-no condenado a 42 anos de prisão.

Nos dias negros da Segunda Guerra Mundial e após a invasão da URSS pela máquina assassina dos hitlerianos, o destino da Humanidade corria perigo. A aproximação da «Wehrmacht», de Leninegrado, a ocupação de Kiev e Minsk, a ameaça directa a Moscovo, criavam escolhas estratégicas difíceis ao Exército Vermelho, ao Partido Comunista, ao Kremlin. A capital soviética seria defendida. Mas poderia sobreviver? O que aconteceria se os japoneses também invadissem a URSS no Extremo-Oriente?

Stalin, circunspecto

Cairiam sobre Vladivostok e Kabarovsk. Idos da Manchúria e da Mongólia, poderiam chegar a Krasnoyarsk e a Novo-Kouznetsk. Se avançassem na estepe siberiana ocidental, Tomsk, Omsk, Novosibirsk correriam perigo. Ameaçariam Sverdlovsk. O assustador risco desta invasão, se se realizasse, poderia ser fatal. Já antes de 22.06.1941, Stalin dissera a Jukov: «Um homem está a enviar-nos importantes informações sobre as intenções de Hitler. Mas temos algumas dúvidas...». Tratava-se de Richard Sorge, jornalista e homem do mundo, que, regularmente, visitava a embaixada nazi em Tóquio. Quem era Sorge? Era um comunista. Também tinha feito a sua escolha entre a URSS e o III Reich, incluindo os seus reais patrocinadores; entre o socialismo que era a vida e a esperança, e o nazismo, o fascismo, o imperialismo que eram a escravidão e a morte.

Sorge (1895-1943) avisara Stalin da iminência do ataque alemão à URSS. Nesse Verão fatídico (1941) em Maio, telegrafara: «A invasão da URSS está decidida. Os nazis querem o petróleo do Cáucaso e os cereais da Ucrânia. O envio de Hess à Grã-Bretanha teve como

objectivo preparar um acordo pacífico com esse país antes da invasão da URSS. Apesar do pacto de não-agressão, o ataque alemão à URSS é inevitável. Assinado: Ramzei».

Pouco depois, a 1 de Junho, avisara: «Os nazis têm 170 a 190 divisões «Panzer» ou mecanizadas concentradas na fronteira oriental. A invasão começará a 22 de Junho. Assinado: Ramzai.» Já sabemos que Stalin observara com grande reserva a precisão das informações enviadas por Sorge. Só gradualmente começou a aceitá-las. Entretanto, o ministro dos Estrangeiros nipónico, Matsuoka, confidenciava aos diplomatas nazis: «Em breve, o Japão atacará a

URSS.» Esta dramática situação levou o Kremlin a exigir de Sorge todas as informações possíveis quanto às intenções do governo de Konoie.

Ramzai falava verdade

A URSS tinha consideráveis recursos militares dispostos nas suas repúblicas asiáticas. Se decidisse colocá-los na defesa de Moscovo consolidaria efectivos talvez suficientes. Seriam maiores as possibilidades de resistir ao avanço dos nazis. Por outro lado, desguarnecer o sistema defensivo siberiano e do Extremo-Oriente seria correr um risco impossível. A URSS não podia combater em duas frentes, simultaneamente. Com efeito, a ferocidade dos nazis e a superioridade dos seus meios naquela altura faziam prever que em breve chegariam à entrada de Moscovo. Stalin já reconhecera que as informações de Sorge mereciam crédito.

Os japoneses, entretanto, pesavam as suas possibilidades. O Alto-Comando tinha em conta a esmagadora derrota sofrida na guerra não-declarada de 1939 em que na batalha de Khalkin Gol (de 20.08.1939 a 31.08.1939) o 6.º exército nipónico (general Kamatsubara) deixara de existir. Agora, os militaristas que estavam no poder em Tóquio tinham vitais decisões a tomar. Atacariam a Norte (URSS) ou a Sul (Pacífico e Estados Unidos)? A 2 de Julho de 1941, teve lugar uma Conferência Imperial, em Tóquio, presidida pelo próprio Hirohito. Foi no decorrer dessa reunião que se decidiu a estratégia a seguir. «O Japão permaneceria neutro tanto em relação à Alemanha como à URSS.»

De posse desta crucial informação, Sorge telegrafou para Moscovo: «O que me foi transmitido sobre as decisões da Conferência Imperial, é da maior confiança. Tenho a certeza de que o Japão tomará medidas para proteger as suas posições, a Norte, mas sem envolver-se num ataque à URSS. Já começaram a concentrar forças para atacar no Pacífico Sul» A 6 de Julho, confirmava: «Foi decidido o embarque de forças expedicionárias em direcção a Saigão.»

Com estas preciosas informações sobre a mesa, Stalin e a «Stavka» decidiram mobilizar o 5.º exército siberiano (Govorov) para reforço dos contingentes envolvidos na defesa de Moscovo. A capital da pátria de Lenin seria salva. E a 12 de Novembro, Sorge informava: «Os alemães exercem fortes pressões para que o Japão entre na guerra contra a URSS. Mas o malogro diante de Moscovo, no último domingo, fez arrefecer o entusiasmo dos nipónicos. Doihara e Tojo acham que o momento não é propício. Os alemães estão descontentes com eles. Assinado: Ramzai.»



A defesa da URSS contra a bestialidade nazi chegou a fazer-se em combates corpo a corpo e casa a casa (na foto, pormenor da defesa de Novorossisk, na Sibéria)

As notícias que hoje retratam a situação do Brasil são péssimas. De nada adiantam os discursos em «economês» feitos pelo governo, ou em seu nome, pintando de dourado os trança-pés financeiros que balançam as bolsas e fazem duplicar o valor do dólar. Resumindo e concluindo, o desemprego é muito maior do que as estatísticas indicam (pois não referem o trabalho rural, o doméstico e o informal, além de ficarem apenas nas grandes cidades), as grandes campanhas de saúde realizadas são um grão de areia no mar de carências que vão da falta de infra-estruturas para a higiene da população à ausência de medicamentos imprescindíveis nos postos de saúde, o sistema escolar vai à falência em escolas sem carteiras e professores sem condições económicas para dar os cursos oficiais, a delinquência dos jovens inspira-se nas personalidades que ocupam grandes cargos e funções na vida política nacional e nos cursos intensivos transmitidos pelos *media*, a segurança pública e a insegurança andam de mãos dadas reduzindo o sistema judicial a uma lamentável ficção, a elite no governo e fora dele procura minimizar os problemas sociais criando mecanismos populares que substituam os organismos do Estado, o Presidente da República afirma que quem comenta as misérias do país não é patriota. P'ra mal dos meus pecados, estamos no mató sem cachorro!

Mas tem mais, a destruição da natureza continua em força com incêndios das matas nativas, poluição dos rios e do ar que se respira, devastação das florestas, uso descontrolado dos agrotóxicos nos produtos alimentares, falta de infra-estrutura sanitária permitindo o desenvolvimento de micro-organismos que infectam e matam, esbanjamento das riquezas naturais (sobretudo a água) que não se renovam, abandono da produção imposta pelo comércio internacional, um poder paralelo que conduz o crime organizado por onde quer, a deseducação de um povo internacionalmente conhecido pela sua cordialidade e criatividade cultural, a destruição da personalidade dos cidadãos que vivem humilhados e violentados. A educação social brasileira foi condicionada pelos estreitos limites impostos pela ditadura e está sendo dominada pelos da globalização que têm os mesmos desígnios de apagar as tradições, a história, a identidade cultural.

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso há-de reconhecer que não dá para fazer de conta que vivemos num mar de rosas com a moeda mais ou menos estável e com algumas denúncias de corrupção para entreter a opinião pública criando a imagem de que a recuperação nacional está sob controlo. O Estado foi destruído por dentro, o rico filão que estava nas empresas nacionais foi transferido para os grupos privados, as leis criaram um espartilho insuportável para os que não têm padrinhos no governo, e em nome da participação social, chama-se o povo a solucionar os problemas criados pelas máfias que se beneficiam do desgoverno em que vivemos. Não é de admirar que o brasileiro hoje procure no misticismo um alento para manter o amor à vida. Tudo o que um dia existiu como forma de apoio e esperança social tem sido meticulosamente destruído para que uma elite criminoso passeie a sua beleza pelos hotéis de cinco estrelas em missões oficiais pagas com o suor popular. As raízes culturais foram desprezadas como coisa de um passado subdesenvolvido para que uma pincelada do modelo «desenvolvido e moderno» impusesse a versão de cinerela desajustada que convém ao poder da elite globalizante.

O presidente FHC disse que o país não é pobre mas sim injusto. Concorde e acrescente que continuará cada vez mais pobre e mais injusto se não substituir os governantes da elite pelos que realmente comunguem com a maioria da população. Basta dessa vergonha de passar dias, meses e anos, discutindo se o deputado federal, estadual, vereador ou o senador, perde ou não o seu mandato para poder cumprir pena pelos crimes cometidos. Basta da impunidade que liberta os criminosos apadrinhados pela elite. Basta desta falta de respeito pelas instituições brasileiras que foram criadas por uma história secular vivida por gente honrada. Basta de assistir aos roubos milionários praticados contra os organismos oficiais sem que se veja o retorno da riqueza quase sempre escoada para os paraísos fiscais.

O Estado é um património da população que deve ser limpo mas não destruído. A participação social do povo deve ser realizada na fiscalização do desempenho dos governantes e não para tapar os buracos deixados pelos incompetentes e criminosos. O Brasil será um país rico quando se livrar dos parasitas que estão sugando as suas riquezas e enriquecendo o seu povo sob o olhar complacente da *democracia de serviço* que a elite defende.



Cultura da violência e da submissão

O modelo da sociedade desenvolvida e a realidade

Quem visita um país desenvolvido, seja na Europa ou na América do Norte, volta para o Brasil com autocompaixão. Se não for daqueles que procura compensar as misérias com cinismo e deboche, procurando compensações nas formas fáceis de esquecimento - prostituição, droga, sem-vergonhice, roubo e violência -, se for uma pessoa preocupada em descobrir os pontos de apoio para se construir uma sociedade saudável, encontra logo uma infinidade de pólos de desenvolvimento soterrados. Aparentemente os países desenvolvidos têm a «cultura» e a «educação» que nos falta. Esta visão está carregada de preconceitos e complexos de inferioridade.

A cultura brasileira é rica e acompanha o nível de desenvolvimento internacional. Falta organização e recursos para que seja possível expandir a sua produção como nas sociedades ricas. Falta espaço para os que têm talento e os que querem conhecer as expressões da cultura brasileira. Falta tempo para que o cidadão descubra a sua capacidade criativa ou para usufruir do produto cultural existente. A maior saudade que temos de outras sociedades, aparentemente mais cultas, é da tranquilidade com que visitamos museus,

teatros, oficinas de arte, bibliotecas, assistimos a concertos ou palestras, é a de cidades planeadas para favorecerem os moradores e não a velocidade do mercado consumista.

Muitas vezes temos a oportunidade de presenciar no estrangeiro um belo espectáculo de artistas brasileiros. Os criadores da nossa cultura, os que a investigam e desenvolvem novas expressões, existem com tal qualidade que as sociedades mais ricas os contratam. O problema está aqui, no Brasil, pela falta de organização da vida nacional e de respeito pela produção cultural. Portanto, o que aparece como atraso e subdesenvolvimento é da responsabilidade exclusiva dos governantes e seus comparsas que mantêm uma má distribuição de recursos e uma desequilibrada distribuição da população por este vasto território. Subdesenvolvidos e atrasados têm sido os governantes do Brasil. O que falta à população brasileira é espaço organizado e direitos de cidadania. Deixemos respirar e ser o que verdadeiramente somos sem máscaras de uma modernidade duvidosa.

O peso da cultura da violência

Há quem julgue também o brasileiro mal educado e quase selvagem. O comportamento social reflecte o modelo que o



Zillah Branco

Foto: Sebastião Salgado

1982 pela ditadura, onde os jovens infractores da lei (seja por roubar um pão ou por assalto a mão armada) são tratados como detidos perigosos, com extrema violência, de modo que saem formados como bandidos. Com o aumento da criminalidade há uma superlotação insuportável tanto nos presídios para adultos como na FEBEM. São verdadeiras fábricas de bandidos onde as máfias, muitas vezes infiltradas através de funcionários e policiais, vão buscar os seus elementos de confiança para agir nas ruas. É claro que os discursos moralistas são destinados aos ouvidos da população que é vítima do crime e acredita no governo. Os que não acreditam procuram pactuar com os bandidos para garantir a sobrevivência. Avoluma-se uma gigantesca bola de neve neste círculo vicioso que alimenta a marginalidade social.

Em nome da cultura recebemos uma enxurrada de filmes de violência e falta de carácter produzidos nos países «desenvolvidos». E preciso não esquecer que a indústria cultural está subordinada às regras comerciais de um mercado dirigido pela política da ganância e de interesses mais escusos. Se a droga e a prostituição podem ser vendidas com maior facilidade e com maior lucro, estes serão os temas predominantes. Se a violência, traduzida em adrenalina, é produto de primeira necessidade para manter a alienação e a incapacidade de combater os abusos de poder, esta será a mensagem principal. São milhares, senão milhões, de textos e filmes comprados com o dinheiro brasileiro, através dos *media* e empresas «culturais», para educarem os nossos «incultos» jovens. Enquanto isso a nossa cultura vai atraindo os etnólogos dos países ricos pela sua beleza exótica, assim como o conhecimento nativo das plantas medicinais vão enriquecendo os laboratórios estrangeiros. E nós ficamos com a fama de subdesenvolvidos sem cultura.

Neste quadro vemos que a cultura da violência tem sido bastante cuidada pelos que pretendem manter a sociedade brasileira na mira das máfias. E não se pode deixar de reconhecer que os órgãos de comunicação social colaboram e o governo se omite para que permaneça a imagem de uma sociedade dominada pelo crime. Para terminar delegam a Deus a função de bem educar as criancinhas que crescem nas ruas «sem cultura» e à população o dever de salvá-las do domínio da máquina do crime. Uma das poucas coisas organizadas no Brasil é a escola do crime, a cartilha, a infra-estrutura de apoio, as condições sociais e económicas e a protecção dos padrinhos.

Cultura e soberania nacional

Capacidade criativa e inteligência para utilizar os recursos da moderna tecnologia não faltam no Brasil. Um dos muitos exemplos é a TV Tagarela que funciona na favela da Rocinha no Rio de Janeiro. São 200 mil os seus telespectadores que aplaudem e colaboram nos programas quotidianos que tratam dos problemas de saneamento, drogas, saúde e educação. Com financiamento da Holanda montaram o equipamento e vão formando novos profissionais. Em outras regiões já existiam rádios que escapam ao modelo estandardizado dos *media* globalizada para manter informada a população de cada comunidade onde habitam os excluídos.

Os organizadores de comunidades, sejam os de ONG's nacionais ou estrangeiras, sejam as igrejas que fazem trabalho de base, têm conseguido levar à população mais carente os mecanismos da comunicação e da formação tecnológica. Com uma certa autonomia na escolha dos temas é introduzida a cultura do sistema global, o que se nota imediatamente pela alteração do vocabulário recheado com termos ingleses da indústria da comunicação social. A diversidade cultural, que tanto enriqueceu o Brasil, tem sido moldada pela televisão com o seu vocabulário restrito e a sua programação mediocore. É uma arma de dois gumes no combate à exclusão social.

Assim como a sociedade brasileira hoje reflecte uma cultura herdada da ditadura que deixou toda a estrutura montada para que prevalecesse o autoritarismo e a injustiça do sistema, fortaleceu-se a cultura da droga mantida pelo poder paralelo das máfias, e ainda a cultura da elite que define como desenvolvido e avançado tudo o que brilha aos olhos do mercado global que estabelece os limites da indústria cultural. Por baixo, abafada, persiste à histórica cultura brasileira aliada às raízes dos princípios éticos da convivência social que foram forjados nos últimos cinco séculos.

A defesa da cultura brasileira é um dos últimos redutos da luta pela soberania nacional nesta fase de liquidação das riquezas herdadas dos 500 anos da nossa história. É também uma oportunidade de auto-valorização do cidadão brasileiro que tem sido espezninhado e humilhado por quem se considera elo de ligação com os países desenvolvidos. Para se ter cultura não é preciso ser rico, nem doutor, menos ainda cidadão de país desenvolvido. Basta ter história e conservar a memória do que aprendeu, viu e ouviu durante a sua existência. Para não ser afogado na anticultura, ou sob o peso da cultura da violência é preciso levantar a cabeça e não aceitar novas formas de colonialismo, mesmo que impostas por brasileiros.

governa. Será difícil esperar que justamente os que vivem pior são perseguidos pelas leis que não o favorecem, sejam melhor comportados que os ex-deputados, corruptos e criminosos, que saíram do Congresso Nacional para a cadeia, e tantos outros figurões que nem condenados foram. A escola é péssima e o mau exemplo soma com a raiva e a falta de esperança. O mais difícil hoje é formar um jovem capaz de resistir ao modelo cínico e mafioso exibido com tanto descaramento pelo sistema. E, no entanto, consegue-se, apesar das pressões constantes transmitidas pela elite, pela televisão e pelos filmes.

Além dos exemplos que vêm de cima, as máfias do crime organizado oferecem o emprego que o governo não é capaz de criar. Entre os excluídos sociais é rara a família que não tem um parente ligado à máfia para garantir a sobrevivência dos demais. Esta é uma situação existente em todo o território nacional, desde os madeireiros da Amazônia aos ladrões de gado de Marajó, aos traficantes de droga das favelas, aos que desmancham os camiões e carros roubados nas estradas ou os que cortam palmitos e orquídeas da Serra do Mar. Os ladrões que dão a cara são apenas empregados dos *cartéis* que controlam o mercado global e as forças bem armadas do crime organizado.

Quando se fala no crime organizado utiliza-se como referência os princípios morais para criticar os que sobrevivem à sua

custa. O medo sentido pelas prováveis vítimas dita a linguagem do apelo sentimental e da ameaça divina. No entanto o tratamento oficial dado aos infractores não utiliza o sentimento e as crenças religiosas nas acções governamentais de repressão e reeducação, muito menos qualquer princípio moral. O criminoso é visto a partir do crime cometido e não antes, quando as portas fechadas da sociedade não lhe deixaram outra opção de vida.

Como escreveu Carlos Mariguella (*in* «Porque resisti à prisão?»), herói da guerrilha urbana assassinado em 1969, e também pelo sociólogo Florestan Fernandes (*in* «Nos marcos da violência»), a ditadura militar, que de 1964 a 1985 manteve um regime de violência contra o povo, tornou inviável uma solução pacífica para os problemas sociais. Hoje, sob uma democracia *racional* ou *restrita* (da sociedade reconhecidamente injusta), continuamos a suportar estruturas violentas com discursos democrático-moralistas que condicionam a prática da criminalidade como recurso de sobrevivência. Este é um problema assustador que explica a existência das máfias do crime organizado como poder paralelo. Os dois poderes se equilibram na sustentação do sistema e, para um vencer o outro, a violência voltará sem limites.

Um exemplo claro desta situação foi a criação da FEBEM - Fundação Estadual do Bem Estar do Menor -, instituição criada em

Álvaro Cunhal

A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril

(A contra-revolução confessa-se)

edições
Avante!

publicadas nos pontos de venda habitualmente indicados

Preço: 2.480\$00

Desejo receber o livro
«A VERDADE E A MENTIRA NA REVOLUÇÃO DE ABRIL», de Álvaro Cunhal
Junto envio cheque n.º Banco

Nome

Morada

Código Postal Telef.:

Enviar para: Edições «Avante!», SA
Al. St. António dos Capuchos, 6-B • 1169 - 051 Lisboa

Na acção política, a verdade constitui um valor identificador de uns e a mentira uma prática viciosa e sistemática de outros. Dos partidos e fora dos partidos. Revelaram-se, na Revolução de Abril e na contra-revolução, como elementos característicos da identidade de cada partido e das suas diferenças. Também dos vários sectores militares. A novidade, sobretudo a partir do 20.º aniversário do 25 de Abril, é que, destruídas muitas das principais conquistas da Revolução e em vias de institucionalização os objectivos estratégicos contra-revolucionários já alcançados pela prática de sucessivos governos, as forças da contra-revolução e seus protagonistas *abriram-se em confissões*.

Confissões individuais, abundantes e prolixas, soltas, incompletas, parciais e dispersas. Esclarecedoras também, seja cada uma por si, seja quando, cerzidas as mil e uma peças do *puzzle*, se completam umas às outras.

Valiosas para a história da Revolução de Abril e da contra-revolução. Valiosas para que se conheçam e reconheçam verdades sempre afirmadas pelo PCP, então desmentidas pelas mentiras da contra-revolução.

Dai a ideia deste ensaio: *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se)*.

(Da Introdução)

Reuniões e plenários

Carlos Carvalhas

No próximo dia 2 de Novembro, terça-feira, a partir das 14h30 o Secretário-Geral do PCP e uma delegação do Partido visitam a CERC Lisboa - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas, em Lisboa, na Av. Avelino Teixeira da Mota, junto à Igreja, em Chelas.

BRAGA

Sábado, 6 de Novembro - 18h

Grande Convívio CDU

no Átrio do Auditório do Parque Municipal de Exposições

com a presença de

Carlos Carvalhas e Agostinho Lopes

(Inscrições nos Centros de Trabalho do PCP)

*

Deputado visita Esmoriz

Na sequência dos danos causados pelas marés vivas na costa de Esmoriz e com o objectivo de apurar com as populações atingidas a sua gravidade, como os remediar e como prevenir, o deputado do PCP Honório Novo participa na manhã do próximo sábado em encontros com as comunidades piscatórias de **Furadouro, Cortegaça e Praia de Esmoriz**, no concelho de Ovar. A partida do Centro de Trabalho de Ovar está prevista para as 10h, e no final, na Praia de Esmoriz haverá um almoço com pescadores e suas famílias

ALMADA

Plenário da organização da freguesia de Almada: sábado, 29, às 21h, no Centro de Trabalho Dr. Alberto de Araújo

BENAVENTE

Reunião concelhia de eleitos e membros das listas CDU: sexta-feira, 5, às 21h, no Centro de Trabalho do PCP

BRAGA

JCP - Reunião distrital para balanço eleitoral, discussão das iniciativas comemorativas do aniversário da JCP e eleição da nova Comissão Distrital: sábado, dia 30, às 21h30, no Centro de Trabalho do PCP

CASCAIS

Plenário de militantes da freguesia de S. Domingos de Rana, com **almoço-convívio**: domingo, 31, a partir das 13h.

Almoço-convívio e plenário da organização da freguesia de **Alcabideche** sobre os resultados eleitorais e perspectivas de trabalho do Partido, com a participação do camarada **Francisco Pereira**: sábado, 30, a partir das 13h.

ENTRONCAMENTO

Reunião de militantes e simpatizantes, sobre a situação política e perspectivas de trabalho, com a participação do camarada **Jorge Cordeiro**: sexta-feira, 29, às 21h, no CT do PCP (Zona Verde - Entroncamento)

MATOSINHOS

Reunião concelhia de militantes para discussão e análise dos resultados eleitorais e das perspectivas de trabalho nos próximos meses: quarta-feira, 4 de Novembro, às 21h30, com a participação do camarada **Emídio Ribeiro**

PALMELA

Plenário concelhio de militantes para análise de resultados eleitorais e discussão de tarefas prioritárias, com a participação de **Jorge Pires**: sexta-feira, 29, às 21h30, no Centro de Palmela

Convívio CDU em casa da camarada **Odete Brás** (Venda do Alcaide): domingo, dia 31, a partir das 12h30 e durante toda a tarde.

SEIXAL

Revolução de Outubro - Convívio no Centro de Trabalho do Seixal, com intervenção de **Aurélio Santos**: domingo, 7 a partir das 16h.

SINTRA

Reunião da Comissão Concelhia, para discussão do Plano de Acção no concelho, reforço orgânico do Partido e da sua ligação às massas: quinta-feira, 4, às 21h30, no CT do Cacém, com a participação do camarada **António Andrez**.

Plenário de militantes de **Almargem do Bispo**: sexta-feira, 29 às 21h30, em casa do cam. Miguel Rodrigues

Plenário de militantes de **Montelavar**: sábado, 30, às 21h30, no Centro de Trabalho de Montelavar.

PEDRO RAMOS DE ALMEIDA

SALAZAR

BIOGRAFIA DA DITADURA

edições
Avante!

Preço: 5.565\$00

Um livro de análise histórica, construído numa base cronológica (servido por dezenas e dezenas de páginas de índices onomásticos e analíticos), é proposto pelo autor como via predominante de conhecimento e arquivo de factos: porque assim se pode acompanhar, mais global e pessoalmente o processo de crescimento, transformação e definição do ser, acção e consciência de António Oliveira Salazar, na sua intervenção ideológica, social e política, na afirmação e desenvolvimento contraditórios do Estado

fascista e colonialista português: Uma via de crescimento e de mudança que culminará já depois da morte, na sua derrota, numa ampla e multifacetada crise revolucionária.

Desejo receber o livro
«SALAZAR - Biografia da Ditadura», de Pedro Ramos de Almeida
Junto envio cheque n.º Banco

Nome

Morada

Código Postal Telef.:

Enviar para: Edições «Avante!», SA
Al. St. António dos Capuchos, 6-B • 1169 - 051 Lisboa

TELEVISÃO

Quinta, 28

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 09.15 Malha de Intrigas
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.40 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Consultório
 - 14.40 A Usurpadora
 - 16.00 Amigo Público
 - 17.00 Infantil
 - 18.30 Hugo
 - 19.00 Regiões
 - 20.00 Telejornal
 - 21.05 A Lenda da Garça
 - 22.00 Lições do Tonecas
 - 22.35 Scarlett
 - 24.00 24 Horas
 - 00.55 Sabotagem Diabólica (de Sam Pillsbury, EUA/1996, com Antonio Sabato, Jr., Stephanie Kramer, Christine Harnos. «Thriller»)
- RTP 2**
- 15.00 Informação Gestual
 - 15.45 Derrick
 - 16.30 A Matemática e o Homem
 - 17.30 O Sonho de Voar
 - 18.00 Informação Religiosa
 - 18.35 Madeira
 - 19.00 Juvenil
 - 20.30 Riscos
 - 21.00 Conrad Bloom

Sexta, 29

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 09.15 Malha de Intrigas
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.40 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Consultório
 - 14.40 A Usurpadora
 - 16.00 Amigo Público
 - 17.00 Infantil
 - 18.30 Hugo
 - 19.00 Regiões
 - 20.00 Telejornal
 - 21.20 Lenda da Garça
 - 22.00 Companhia do Riso
 - 22.40 Assalto ao Aeroporto (de Renny Harlin, EUA/1990, com Bruce Willis, Bonnie Bedelia, William Hatherton, John Amos. Ver Destaque)
 - 23.45 Passeio da Fama
 - 01.05 24 Horas
 - 01.55 Incidente numa Pequena Cidade (de Delbert Mann, EUA/1993, com Tim Toth, Jenifer Beals, Antonio Banderas. Drama)
- RTP 2**
- 15.00 Informação Gestual
 - 15.45 O Caminho das Estrelas
 - 16.30 A Matemática e o Homem
 - 17.30 O Sonho de Voar

Sábado, 30

- RTP 1**
- 08.00 Infantil/Juvenil
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.50 Top +
 - 15.15 Máquinas
 - 16.15 Estrada Viva
 - 16.55 Hóquei em Patins: Porto-Barcelona
 - 18.35 Que Vida Esta
 - 19.50 Futebol: Porto-Sporting
 - 22.00 Telejornal
 - 23.20 Santa Casa
 - 01.15 24 Horas
 - 01.55 Liga dos Campeões (de J.S.Cardone, EUA/1995, com Gil Bellows, Michelle Forbes, Mia Sara, J.T.Walsh. «Thriller»)
 - 05.00 Fórmula 1 - GP do Japão
- RTP 2**
- 09.00 Universidade Aberta
 - 12.00 Quem Sai aos Seus
 - 12.35 Juvenil
 - 13.40 Dinheiro Vivo
 - 14.00 Gente da Cidade
 - 14.30 Desporto 2
 - 18.55 2001
 - 19.30 Onda Curta (Mercados de Londres, «Les Marchés de Londres», de Mireille Dansereau, Fr./1996 Curta Metragem)
 - 20.05 Os Aventureiros - Neil Armstrong
 - 21.00 Novos Heróis
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.50 O Lugar da História
 - 23.40 Allô, Allô!
 - 00.10 Crimes do Pior
 - 00.40 Smith and Jones
 - 01.10 O Olhar de Ulisses (de Theo Angelopoulos, Grécia/Fr./It./1995, com Harvey Keitel, Maia Morgenstern, Erland Josephson. Ver Destaque)
- SIC**
- 08.00 Zip Zap
 - 11.55 O Nosso Mundo
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Baja Portalegre 500


Domingo, 31

- RTP 1**
- 08.00 Infantil / Juvenil
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 Made in Portugal
 - 15.10 Academia de Polícia
 - 16.10 Batman (Longa-metragem)
 - 18.20 20.000 Léguas Submarinas
 - 19.25 Domingo Desportivo
 - 20.00 Telejornal
 - 21.15 Os Principais
 - 22.45 Jet Set
 - 23.20 Domingo Desportivo
 - 00.45 24 Horas
 - 01.25 Ski Pirates (Longa-metragem)
- RTP 2**
- 09.00 Programa Religioso
 - 10.30 Missa
 - 11.20 Infantil / Juvenil
 - 13.05 Quem Sai aos Seus
 - 13.30 Saber e Fazer
 - 14.00 Jornal d' África
 - 14.30 Rotações
 - 15.00 Desporto 2
 - 19.40 Bombordo
 - 20.10 Artes e Letras - «Wagner»
 - 21.00 O Amigo Comum
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.50 Horizontes da Memória
 - 23.20 Faenas
 - 23.50 Um Divã em Nova Iorque (de Chantal Akerman, Fr/Bélg./Alem., com Juliette Binoche, William Hurt, Stéphanie Butte. Ver Destaque)
- SIC**
- 08.00 Zip Zap
 - 12.00 BBC - Vida Selvagem
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Não Mexa com a Minha Filha (de Stan Dragoti, EUA/1989, com Tony Danza, Catherine Hicks, Wallace Shawn. Comédia)
 - 16.00 Rex, O Cão Policia
 - 17.00 Agarrar Esse Bêbé (de Patrick Read Johnson, EUA/1994, com Lara Flynn Boyle, Joe Mantegna, Joe Pantoliano.

Segunda, 1

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.40 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Ursos Polares
 - 14.45 Meu Pai (de Gary David Goldberg, EUA/1989, com Jack Lemmon, Ted Danson, Olympia Dukakis, Kevin
- 
- Michael Caine é o Capitão Nemo de mais uma versão das "20 Mil Léguas", em exibição ao domingo na RTP 1**
- Spacey. Drama
- 16.00 Amigo Público
 - 17.00 Infantil
 - 18.30 Hugo
 - 19.00 Regiões
 - 20.00 Telejornal
 - 21.20 A Lenda da Garça
 - 22.00 Esquadra de Polícia
 - 23.10 Jogo Finalado
 - 01.00 24 Horas
 - 01.50 A Morte e a Donzela (Longa-metragem)
- RTP 2**
- 07.00 Euronews
 - 10.00 Missa
 - 15.00 Informação Gestual
 - 16.00 Novas Aventuras de Robin Hood
 - 17.00 A Matemática e o Homem
 - 18.00 Informação Religiosa
 - 18.35 Universidade Aberta
 - 19.00 Juvenil
 - 20.30 Riscos
 - 21.00 Conrad Bloom
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.50 Acontece
 - 23.05 Juízo Final
 - 23.35 Segredos Reais
 - 00.05 Perigo Iminente
 - 01.00 Retratos: «António Ramos Rosa»
- SIC**
- 08.00 Buérré
 - 12.30 Michael Jackson e Amigos
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 Milagre em Manhattan (de Les Mayfield, EUA/1994, com Richard Attenborough, Elisabeth Perkins. Comédia)
 - 16.00 Regresso à Lagoa Azul (de William A. Graham, EUA/1991, com Milla Jovovich, Brian Krause, Lisa Pelikan. Aventuras)
 - 18.00 O Feitiço (de Andrew Fleming, EUA/1996, com Robin Tunney, Neve Campbell, Assumpta Serna. Terror)
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 20.50 Clube dos Campeões
 - 21.20 Suave Veneno
 - 22.50 Roda de Milhões
 - 00.40 Armadilha (de Herb Freed, EUA/1998, com Richard Brake, Jason Gould, Amanda Pays. Acção)
 - 02.40 Último Jornal
 - 03.15 A Janela Indiscreta (de Alfred Hitchcock, EUA/1954, com James Stewart, Grace Kelly, Thelma Ritter. Ver Destaque)
 - 05.15 Portugal Radical

Terça, 2

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.40 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Consultório
 - 14.40 A Usurpadora
 - 16.00 Amigo Público
 - 17.00 Infantil
 - 18.30 Hugo
 - 19.00 Regiões
 - 20.00 Telejornal
 - 21.20 A Lenda da Garça
 - 22.00 Herman 99
 - 24.00 Liga dos Campeões
 - 01.00 Jesse
 - 01.30 24 Horas
 - 02.20 Seaquest, Brigada Submarina
- 
- "Scarlett" na RTP 1, mas à quinta-feira, é outra adaptação para televisão do célebre "E Tudo o Vento Levou"**
- 03.10 O Guerreiro dos Fiordes (de Michael Chapman. Nenhuma informação suplementar fornecida pela RTP)
- RTP 2**
- 15.00 Informação Gestual
 - 15.45 Derrick
 - 16.35 A Matemática e o Homem
 - 18.00 Informação Religiosa
 - 18.35 Juvenil
 - 20.30 Riscos
 - 21.00 Conrad Bloom
 - 21.30 Remate
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.50 Acontece
 - 23.05 Juízo Final
 - 23.35 Macau - Os que Ficaram
 - 00.35 Unzipped (de Douglas Kieve, EUA/1995, com Isaac Mizrahi, Cindy Crawford, Kate Moss, Linda Evangelista. Documentário)
 - 02.00 Documentário
- SIC**
- 08.00 Buérré
 - 12.00 Zázá
 - 12.30 Malucos do Riso
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 O Juiz Decide
 - 15.00 Você Decide
 - 15.40 Fátima Lopes
 - 18.00 Andando nas Nuvens
 - 19.00 A Força de um Desejo
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Jornalistas
 - 22.15 Suave Veneno
 - 23.15 Revelação (de Barry Levinson, EUA/1994, com Michael Douglas, Demi Moore, Donald Sutherland, Roma Maffia, Caroline Goodall. «Thriller»)
 - 02.00 Último Jornal
 - 02.35 Toda a Verdade
 - 03.35 Portugal Radical
- TVI**
- 09.00 Animação
 - 12.30 Estrela de Fogo
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Sangue do Meu Sangue
 - 15.00 Colégio Brasil
 - 16.00 Animação
 - 18.30 Asas nos Pés
 - 19.30 Directo XXI
 - 20.00 Tiro e Queda
 - 21.00 Directo XXI
 - 21.15 Ri-te Ri-te
 - 22.40 Grito de Revolta (de Scott Kalvern, EUA/1995, com Leonardo Di Caprio, Bruno Kirby, Lorraine Bracco, Ernie Hudson. Drama / Biográfico)
 - 01.05 O Rei do Bairro
 - 01.35 O Corvo
 - 02.35 Terra: Conflito Final
 - 03.35 A Balada de Hill Street
 - 04.35 Mulher Perigosa

Quarta, 3

- RTP 1**
- 08.00 Infantil
 - 10.00 Praça da Alegria
 - 11.40 Culinária
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.45 Consultório
 - 14.40 A Usurpadora
 - 16.00 Amigo Público
 - 17.00 Infantil
 - 18.30 Regiões
 - 19.35 Futebol: Olympiakos-Porto
 - 21.45 Telejornal
 - 22.45 Bar da Liga
 - 23.05 A Lenda da Garça
 - 23.45 Liga de Campeões
 - 01.00 Alta Jogada (de Allen Hughes e Albert Hughes, EUA/1995, com Lorenz Tate, Keith David, Chris Tucker. Ver Destaque)
- 03.15 24 Horas
 - 04.00 Diário de Maria
- RTP 2**
- 15.00 Informação Gestual
 - 16.00 Novas Aventuras de Robin dos Bosques
 - 17.00 A Matemática e o Homem
 - 18.00 Informação Religiosa
 - 18.35 Juvenil
 - 20.40 Riscos
 - 21.00 Conrad Bloom
 - 21.30 Remate
 - 22.00 Jornal 2
 - 22.50 Acontece
 - 23.05 Juízo Final
 - 23.35 Sinais do Tempo ou Zoom
 - 00.35 Ópera: «O Chapéu de Palha de Florença»
- SIC**
- 08.00 Buérré
 - 12.00 Zázá
 - 12.30 Malucos do Riso
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 O Juiz Decide
 - 15.00 Você Decide
 - 15.40 Fátima Lopes
 - 18.00 Andando nas Nuvens
 - 19.00 A Força de um Desejo
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Jornalistas
 - 22.15 Suave Veneno
 - 23.15 Revelação (de Barry Levinson, EUA/1994, com Michael Douglas, Demi Moore, Donald Sutherland, Roma Maffia, Caroline Goodall. «Thriller»)
 - 02.00 Último Jornal
 - 02.35 Toda a Verdade
 - 03.35 Portugal Radical
- TVI**
- 09.00 Animação
 - 12.30 Estrela de Fogo
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Sangue do Meu Sangue
 - 15.00 Colégio Brasil
 - 16.00 Animação
 - 18.30 Asas nos Pés
 - 19.30 Directo XXI
 - 20.00 Tiro e Queda
 - 21.00 Directo XXI
 - 21.15 Ri-te Ri-te
 - 22.40 Grito de Revolta (de Scott Kalvern, EUA/1995, com Leonardo Di Caprio, Bruno Kirby, Lorraine Bracco, Ernie Hudson. Drama / Biográfico)
 - 01.05 O Rei do Bairro
 - 01.35 O Corvo
 - 02.35 Terra: Conflito Final
 - 03.35 A Balada de Hill Street
 - 04.35 Mulher Perigosa



Wagner - a sua grandeza e as controvérsias que continua a suscitar, para ver e ouvir este domingo na RTP 2

- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.40 Acontece
- 23.05 Juízo Final
- 23.35 No Rasto do Mal
- 00.30 1914/18 - A Grande Guerra e o Nosso Século

- SIC**
- 08.00 Buérré
 - 10.00 Sic 10 Horas
 - 12.00 Zázá
 - 12.30 Malucos do Riso
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 O Juiz Decide
 - 15.00 Você Decide
 - 15.40 Fátima Lopes
 - 18.00 Andando nas Nuvens
 - 19.00 A Força de um Desejo
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Suave Veneno
 - 22.00 Esta Semana
 - 23.30 Die Hard 3 - A Vingança (de John McTiernan, EUA/1995, com Bruce Willis, Jeremy Irons, Samuel L. Jackson. Ver Destaque)
 - 02.00 Último Jornal
 - 02.35 Dra. Quinn
 - 03.35 Portugal Radical

- TVI**
- 09.00 Animação
 - 11.45 Estrela de Fogo
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Sangue do Meu Sangue
 - 14.30 Samantha
 - 15.30 Colégio Brasil
 - 16.00 Animação
 - 18.30 S.O.F. - Força especial
 - 19.30 Directo XXI
 - 20.00 Tiro e Queda
 - 21.00 Directo XXI
 - 21.15 Um por Todos
 - 22.40 A Bola É Nossa
 - 00.25 Pesadelo na Estrada (de Colin Bucksey, EUA/1997, com Rena Sofer, Sherilyn Fenn, Thomas Gibson. Drama)
 - 02.10 O Rei do Bairro
 - 02.20 Terra, Conflito Final
 - 03.20 A Balada de Hill Street
 - 04.20 Mulher Perigosa

- 18.00 Programa Religioso
- 18.35 Madeira
- 19.00 Juvenil
- 20.35 Riscos
- 21.00 Conrad Bloom
- 21.30 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.50 Acontece
- 23.05 Juízo Final
- 23.35 Crime Violento
- 00.30 Os Planetas
- 01.25 Amigos

- SIC**
- 08.00 Rali de San Remo
 - 08.30 Buérré
 - 10.00 Sic 10 Horas
 - 12.00 Baja Portalegre 500
 - 12.30 Malucos do Riso
 - 13.00 Primeiro Jornal
 - 14.00 O Juiz Decide
 - 15.00 Você Decide
 - 15.40 Fátima Lopes
 - 18.00 Andando nas Nuvens
 - 19.00 A Força de um Desejo
 - 20.00 Jornal da Noite
 - 21.00 Ponto de Encontro
 - 22.15 Suave Veneno
 - 23.30 Jogo Limpo
 - 02.20 Último Jornal
 - 02.55 Aquela Noite (de Craig Bolotin, EUA/1992, com Juliette Lewis, C. Thomas Howell, Helen Shaver, Eliza Dushku. Drama)
 - 04.50 Portugal Radical
 - 05.20 Vibrações

- TVI**
- 09.00 Animação
 - 11.45 Estrela de Fogo
 - 13.30 TVI Jornal
 - 14.00 Sangue do Meu Sangue
 - 14.30 Samantha
 - 15.30 Colégio Brasil
 - 16.00 Animação
 - 18.30 S.O.F. - Força Especial
 - 19.30 Directo XXI
 - 20.00 Tiro e Queda
 - 21.00 Directo XXI
 - 21.15 Os Reis da Música Nacional
 - 24.00 Sementes de Traição (de Arlene Sanford, EUA/1994, com Geoffrey Bowes, Melissa Gilbert, George Dzundza. Drama)
 - 02.10 O rei do Bairro
 - 02.50 Terra, Conflito Final
 - 03.50 A Balada de Hill Street
 - 04.50 Mulher Perigosa



"O Amigo Comum", segundo o conto de Dickens - mais uma excelente adaptação para televisão: ao domingo na RTP 2

- 15.00 Rex, o Cão Policia
- 16.00 Big Show Sic
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.00 Mundo VIP
- 22.20 Pequenos e Terríveis
- 23.45 Luta de Gigantes (de Aaron Norris, EUA/1979, com Chuck Norris, Jennifer O' Neill, Clu Gulagher. Artes Marciais)
- 01.50 Afrodísia
- 03.20 Último Jornal
- 03.55 Portugal Radical

- TVI**
- 09.00 Animação
 - 12.20 Top Rock
 - 13.30 Contra-Ataque
 - 14.30 Caras Lindas
 - 16.30 Uma Família Diferente (de Nell Cox, EUA/1999, com Andre Gregory, Jane Krakowski, Lois Smith. Drama)
 - 18.30 A Fuga Perfeita (de Armand Mastroianni, EUA/1998, com Kelly Rutherford, Antonio Sabato, Jr., Alicia Coppola. Acção)
 - 21.00 Directo XXI
 - 21.10 Cega de Amor (de Peter Werner, EUA/1995, com James Marshall, Lea Thompson, Patricia Kalember. Drama)
 - 23.00 Jack, o Guarda Costa (de Joseph Wisn, 1993, com Michael Parre, Barbara Carrera, Michael Ironside. Drama)
 - 00.40 Casos de Arquivo
 - 01.30 Os Varredores (de Joseph Merhi, EUA/1995, com C. Thomas Howell, Ed Lauter, Jeff Fahey, Kristen Dalton. «Thriller»)
 - 03.00 A Balada de Hill Street
 - 04.00 Mulher Perigosa

- Comédia)
- 19.00 Futebol: Averka-Benfica
 - 21.00 Jornal da Noite
 - 21.50 Um Sarrilho Chamado Marina
 - 22.50 Casos de Polícia
 - 24.00 Espécie Mortal (de Roger Donaldson, EUA/1995, com Ben Kingsley, Michael Madsen, Forest Whitaker, Natasha Henstridge. «Thriller» / Ficção Científica)
 - 02.00 Último Jornal
 - 02.55 Portugal Radical

- TVI**
- 09.00 Animação
 - 11.00 Programa Religioso
 - 11.50 Missa
 - 13.00 Portugal Português
 - 15.50 Caras Lindas
 - 18.20 Segredo das Estrelas
 - 19.50 Oscar, a Mala das Trapalhadas (de Leslie Belzberg, EUA/1991, com Sylvester Stallone, Peter Riegert, Paul Greco. Comédia)
 - 21.00 Directo XXI
 - 21.15 Todo o Tempo do Mundo
 - 22.05 Causa Justa
 - 23.05 Duas Vidas em Jogo (de Michael Scott, EUA/1996, com Mimi Kusak, Faith Ford, Hanna Hall. Drama)
 - 01.00 A Bíblia de Satanás (de John Carpenter, EUA/1995, com Sam Neill, Julie Carmen, Jurgen Prochnow. «Thriller» / Terror)
 - 02.50 A Balada de Hill Street
 - 03.50 Mulher Perigosa

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Die Hard 3: Vingança

(Quinta, 24.00, SIC)

Já agora, a SIC e a RTP podiam ter combinado melhor e alterar a situação: a primeira passava o *Assalto ao Aeroporto* e a segunda, por sua vez, transmitia *A Vingança*, para que, ao menos, tudo se passasse pela ordem cronológica, nas emissões de hoje e amanhã. Isto, embora a cronologia nem sequer tenha grande interesse já que o único fio condutor destes dois filmes continua a ser a personagem desempenhada por Bruce Willis na figura do polícia que persiste em estar no sítio certo na hora errada (da sua perspectiva, claro está!). Porque, da perspectiva daqueles que sofrem com as arremetidas de terríveis terroristas, ainda bem que ele anda por perto nestas situações. Esta, por exemplo, deixa-nos ver o nosso destemido agente a enfrentar o terrível gang de um implacável criminoso da ex-RDA (pois claro!) que desata a ameaçar pôr bombas nos sítios mais incon-

O Olhar de Ulisses

(Sábado, 01.10, RTP2)

Revela-nos o Boletim de Programas da RTP que este filme do grande cineasta grego Theo Angelopoulos obteve o Grande Prémio do Júri e o Prémio da Crítica Internacional no Festival de Cinema de Cannes (1995), o que, sem dúvida, são assinaláveis recomendações em relação a uma obra na qual o realizador se debruça sobre o regresso ao seu país natal (a Grécia) de um cineasta grego, há 35 anos radicado nos EUA, e que ali vai em busca de algumas obras cinematográficas pioneiras do cinema, atravessando no seu périplo uma região devastada pela guerra: os Balcãs. Uma curiosidade, que é, ao mesmo tempo, uma garantia em relação à continuidade do virtuosismo de Angelopoulos: a sua utilização prodigiosa dos planos-sequência, chegando ao ponto de, num filme de cerca de três horas, apenas se sucederem 76 planos diferentes! A descobrir.



O destemido (sempre em pânico!) Bruce Willis, em «Assalto ao Aeroporto», de Renny Harlin



A empregada, o fotógrafo e a noiva, em «A Janela Indiscreta», de Alfred Hitchcock



Um fotograma de «Alta Jogada», um filme dos irmãos Allen e Albert Hughes

venientes. As únicas novidades deste terceiro filme da saga é o regresso (atrás das câmaras) do realizador John McTiernan e o surgimento de uma nova personagem, um polícia de Harlem (o sempre excelente Samuel L. Jackson) que, desta vez, é metido ao barulho por Bruce Willis – ou seja, duas novidades que não são propriamente inconvenientes. Um filme para ajudar a passar a insónia.

Assalto ao Aeroporto

(Sexta, 22.40, RTP1)

Dois anos depois do espantoso êxito de bilheteira que foi *Assalto ao Arranha-Céus*, o espectacular filme de John McTiernan (mais uma vez recentemente repetido pela enésima vez), esta *sequela* apresenta-nos a mesma personagem - o agente de polícia Bruce Willis - mais uma vez vendo o seu Natal estragado pelas terríveis e violentas ocorrências que o surpreendem no Aeroporto de Washington: um grupo de temíveis terroristas pretendem criar uma situação de chantagem que leve à libertação de um ditador latino-americano, transportado em avião, sob prisão, para território americano. Tanto ou mais inverosímil que o primeiro, este filme, agora realizado por Renny Harlin, ao contrário do que costuma acontecer com as sequelas de grandes êxitos, não se inferioriza em relação ao anterior constituindo também um espectáculo de acção e entretenimento habilmente posto em cena com os incontáveis meios do cinema industrial.

Um Divã em Nova Iorque

(Domingo, 23.50, RTP2)

Co-produção entre a França, a Bélgica e a Alemanha, este filme nasce da imaginação e do fino humor da realizadora Chantal Akerman ao contar-nos a história de um psicanalista norte-americano e de uma bailarina francesa que, depois de inúmeros equívocos relacionados com uma troca de apartamentos durante as férias, acabam por se conhecer e cair nos braços do outro... Com William Hurt e Juliette Binoche, pois então!

A Janela Indiscreta

(Segunda, 03.15, SIC)

Um repórter fotográfico (James Stewart), imobilizado numa cadeira de rodas por ter partido uma perna, entretém-se à janela do seu apartamento a observar as movimentações da vizinhança através da objectiva da sua câmara, a ponto de todas aquelas personagens começarem a ser-lhe já familiares. É nessas observações quotidianas que ele começa a notar o comportamento estranho de um dos vizinhos, a ponto de desconfiar que este matou a mulher. E é então que o nosso fragilizado fotógrafo dá conta das aflitivas suspeitas à sua noiva (a, mais do que nunca, esplendorosa Grace Kelly) e a um detective seu amigo. Sentindo-se descoberto, o suspeito acaba por conseguir entrar no apartamento do fotógrafo que apenas consegue escapar à vingança através dos dis-

paros do flash em direcção ao rosto do assassino, até que este seja preso pela polícia, não sem que antes tenha ficado com outra perna partida... Enfim, eis a história tortuosa de uma das mais célebres obras-primas de Alfred Hitchcock, notável não apenas pela nossa partilhada curiosidade de incorrigíveis voyeurs mas, também, pelo terrível suspense que, mais uma vez, o Mestre consegue criar – isto para não falar no desafio que foi reconstituir em estúdio um conjunto de apartamentos e o respectivo pátio. A não perder ou a gravar sem falta!

Alta Jogada

(Quarta, 00.50, RTP1)

Este filme, até agora desconhecido das nossas

televisões, parece ser uma crónica terrível e dramática de vários anos da vida de um jovem negro que, tendo feito uma comissão de serviço no Vietname, regressa a casa e, sem perspectivas de emprego, começa a ver a sua vida (e a dos seus) degradada, a ponto de se ver envolvido no mundo do crime ao tentar roubar com um grupo de amigos um camião do Federal Reserve Bank que transportava dinheiro. Diz-se que este filme dos irmãos Allen e Albert Hughes é uma obra de grande realismo, baseada em «factos reais», mas ao saber-se que, lá pelas entrelinhas, anda uma história de «revolucionários afro-americanos», é caso para ficar de pé atrás. A confirmar.

CABO & SATÉLITE

Um grupo português em destaque

O canal *Sol Música* (agora, muito virado para as músicas cá do burgo) apresenta hoje, às 13 e às 18 horas, um programa especial sobre um dos grupos que os especialistas consideram, na área da música pop, um dos melhores surgidos nos últimos anos e que dão pelo curioso nome de «Repórter Estrábico». O programa, para além de apresentar uma longa entrevista com Luciano Barbosa, autor principal das músicas do «Repórter», ainda nos dá a ouvir excertos do último álbum «Mouse Music», um êxito deste ano. (Sexta, *Sol Música*, às 13 e às 19 horas)

Noite temática: os Pássaros

Não confundir com o célebre filme de Hitchcock que, ainda recentemente, passou altas horas na SIC. Aqui, trata-se de mais uma das noites temáticas do canal franco-alemão *Arte*, esta dedicada à passarada e aos ornitólogos que a estudam. Tudo começa às 19.40, com um documentário francês realizado por Jacques Mitsch e já datado deste ano e que se debruça sobre

Hermann Heitzel, ornitólogo, pintor e autor de livros dedicados às aves que migram das longínquas paragens da Suécia até terras da Estremadura espanhola, passando pela Alemanha e pela França. Segue-se «A História do Ganso», uma curta-metragem canadiana de Tim Southam (1999), um conto sobre a infância e a violência infantil. E tudo termina com «Termostato 7, 360 Graus de Revolução Esotérmica», curta metragem animada de Dominique Deluze e Marc Ménager sobre «a história do ovo e da galinha».



A estória de António Comando

A reportagem que na passada semana preencheu a primeira parte de «Esta Semana», na SIC, era uma estória dramaticamente verdadeira. Remontava à década de 60, em plena guerra colonial, quando soldados portugueses em Moçambique montaram uma emboscada aos «terroristas»: ficaram de tocaia perto de um poço e esperaram que o inimigo viesse reabastecer-se de água. O inimigo veio. A reportagem não explicou como era ele em número e composição, mas o certo é que depois dos portugueses dispararem ficaram quatro cadáveres junto a um poço. Um deles era o de uma mulher que ao tombar morta arrastara na queda a arma muito peculiar que transportava às costas: o filho de uns três anos de idade. Ficou por saber se os outros «terroristas» abatidos eram o mesmo género de inimigo.

Segundo se ouviu a um ex-oficial que falou para a reportagem, aos capturados naquelas ou semelhantes circunstâncias era de aplicar «a pena capital», e isto pelos vistos independentemente de sexo, idade ou outros factores. Porém, o miúdo negro olhava de um modo que terá feito recuar a justiça sumária e, assim, logo foi «resguardado de qualquer outra solução

mava António, curiosamente nome europeu e muito cristão. Sendo preciso acrescentar-lhe um apelido, não foi decerto possível encontrar melhor que Comando. O bebé maconde passou a chamar-se António Comando, ficando assim como que a fazer parte de si próprio a designação genérica dos matadores da sua mãe.

Uma emboscada de outro tipo

Depois disso, a vida prosseguiu. Tendo regressado a Portugal no termo da sua prestação de guerra, os militares trouxeram consigo António Comando, para tanto tendo de vencer uma difícil barreira legal-administrativa que proibia a entrada no País de «terroristas», sem olhar a idades.

Segundo foi explicado, «teve de ser trazido através da Igreja». Depois foi baptizado religiosamente com efeitos civis, e assim o nome de António Comando ficou ainda mais agarrado à pele negra. Seguiu-se o internamento num orfanato, «O Berço da Caridade», embora parece que acompanhado por relações quase familiares com o ex-alfere Luís Gonzaga. Bom aluno, chegou a frequentar o 1º ano de Direito mas teve de abandonar o projecto porque, ao que se disse na reportagem, «os padres não quiseram». Os padres eram, tanto quanto se percebeu, os que mandavam n'«O Berço da Caridade» e teriam poder decisivo sobre o destino do pequeno «terrorista» que lhes tinha sido entregue.

Homem feito, o António casou e tem dois filhos: o Nuno Comando e o Guilherme Comando. Tinha o desejo antigo de voltar à terra onde nasceu, ao poço onde lhe mataram a mãe, de procurar o pai, e por isso viajou para Moçambique acompanhado pelo ex-alfere Luís Gonzaga. A reportagem mostou o reencontro com a sua gente, pai incluído, e também o momento em que Luís Gonzaga pediu desculpa pelo que fora feito e abraçou Raimundo Pachinhua, antigo chefe guerrilheiro na região. Foi bonito, e o momento pareceu confirmar a excelente formação ética do antigo oficial. Mas houve um pormenor saboroso, quase com valor simbólico, que vale a pena registar. Foi quando, no decurso de conversas, se descobriu que uma canção maconde

que o bebé António constantemente entoava e que passou a ser cantada por todo o grupo dos «comandos» portugueses era afinal uma canção de resistência e luta, de homenagem ao Chefe Domingos, da Frelimo. Isto é: sem o saberem, em total ignorância, os soldados portugueses haviam caído numa espécie de emboscada apenas musical, felizmente.

Depois de tudo isto, o António Comando regressou a Portugal e a reportagem terminou. Assinada por Daniel Cruzeiro e Carlos Santos, fora ótima. Mas nunca, ao longo dela, assomou a consciência do crime suplementar que foi dar aquele apelido ao minúsculo «terrorista» capturado.



Cadeiras e outras diversões

Há ditos tão certos que perduram mesmo depois de as situações que lhes estão na origem se terem desvanecido na memória, dada a tão pouca importância que se lhes (às situações) atribui. Aqui há tempos, ainda as eleições legislativas não tinham apurado resultados e não havia começado o jogo das cadeiras nem o PS contava com a metade de um hemiciclo para prosseguir (sempre dialogante) a sua política de direita, apoiado em quem o venha a ajudar, um comediante da nossa praça - talvez o único humorista que conseguiu vicejar e fazer-nos rir e pensar, apesar das escorregadelas a que se sujeita -, fazia esta pergunta no seu programa de TV: «Onde é que o Bloco de Esquerda se vai sentar? À esquerda do PCP? À direita do PCP? Ou lá atrás, ao colo dos jornalistas onde nunca deixou de estar?» Era mais ou menos esta a pergunta, cito-a de memória e recordo, no barulho dos aplausos, o entendimento da piada por parte do público.

Lidos os resultados, o BE lá conseguiu duas cadeiras, ficando agora com o problema de as juntar a quem quiser para a política que quiser fazer. Querirá fazer alguma? Da sua pressa anunciada em «renovar» a política e «renovar» a «esquerda», os seus primeiros passos parecem revelar que pretende apenas continuar «sentado ao colo dos jornalistas». Mesmo de pé - como ficou o par de deputados BE durante todo o primeiro dia da Assembleia, na tomada de posse - o agora deputado Louçã, acoplado do seu «adjunto» que o acompanha hoje por toda a parte, mesmo nas partes gagas de protestos «anti-chineses», mesmo de pé ambos continuam sentados. E os «jornalistas» - escrevo com aspas por respeito sincero para com a profissão e os profissionais que se recusam aos fretes mediáticos e ao serviço mais rasteiro dos interesses de quem é dono de jornais e de política - os «jornalistas» arriscam-se a terem de puxar pela imaginação para fornecer algumas ideias «renovadas» e frescas aos deputados BE. Porque não lhes forneceram banquinhos?

O jogo das cadeiras, porém, não se limita ao cantinho do BE. Muita cadeirada se adivinha nas bancadas do PS e à sua direita, para saber quem vai liderar o quê. E, no que toca ao Governo - «novo», como anunciava Guterres, deixando ver como a palavra «renovação» já não é o que era e esconde muitas vezes jogos de poder -, a novidade foi afinal um arrumar de cadeiras e de traseiros mal sentados.

Alguns ministros, que entretanto engordaram na primeira fase da política de direita de Guterres, tiveram direito agora a duas cadeiras. Caso de Jorge Coelho, que arrecada a das Obras Públicas, mesmo a calhar para o seu jeito inaugurativo, e a da Presidência, a jeito da sua propensão truculenta de «grande dinamizador» de um Governo cuja estratégia não tem alma

mas está carregada de «espírito de serviço» aos interesses do grande capital. Por falar em capital, outro «pesado» do ministério, Pina Moura, acumula a Economia e as Finanças - duas cadeiras para melhor servir, a golpes de privatização e de imposto.

Outras mudanças de assento são menos claras para o entendimento comum. Claro que fica a matar a Fernando Gomes o ministério das polícias, o seu pendor é esse. E que se compreende o afastamento de Miranda Calha, que não calhava ao desportivismo do ministro. Mas já não se entende que o eterno secretário de Estado do Desporto, agora com a medalha de haver contribuído para o êxito da candidatura portuguesa para o Euro 2004, seja despedido e vá para a... Defesa, quando se revelou um ponta de lança. Se é natural que Cravinho haja recusado a Defesa - ele que manifestou a sua queda para o lado civil da engenharia - já não se percebe o que fará no pelouro um jurista como Castro Caldas, acolitado pelo infeliz Calha, ainda por cima com a espada da Justiça sobre a cabeça. Talvez o «futebol» venha a explicar tudo.

O resto, ainda que misterioso apareça, são apenas cadeiras. Como a que deram à ministra de Belém, uma cadeirinha da «igualdade» para continuar, em lugar inferior, a acompanhar os negócios do Estado.

Alguns protagonistas, ao que parece, talvez nem venham a aquecer os lugares.

Entretanto, falemos de nós. Dos comunistas, que não jogam às cadeiras nem ao calhas.

No dia da tomada de posse, o grupo parlamentar do Partido Comunista Português teve um gesto significativo que, como era de esperar por parte da generalidade dos órgãos de comunicação social, não teve a retumbância que atribuem à cadeiral política. O PCP anunciou a entrega na Mesa da Assembleia da República, logo que no dia seguinte fosse eleita, de cinco projectos de lei.

Trata-se de uma iniciativa a que o nosso jornal dá relevo e que deveria merecer a atenção de todos os que da política mantêm uma ideia de dignidade, de verdade e de responsabilidade, mesmo aos que discordam das medidas propostas, porque são medidas com um conteúdo de classe a que se mostram adversos. O PCP avança, como prioridades, com projectos de lei de aumento do salário mínimo; aumento das pensões de reforma; reposição da idade da reforma das mulheres aos 62 anos; baixa das tarifas de electricidade; medidas para garantir a eleição do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação.

Avançar com estes projectos é uma urgência porque se pretende responder a questões que urgem. Mas tem ainda o mérito de mostrar naturalmente, como afirmou Octávio Teixeira, «o nosso inquestionável empenhamento na concretização dos nossos compromissos eleitorais».

TVISTO

■ Correia da Fonseca

CRÓNICA

■ Leandro Martins

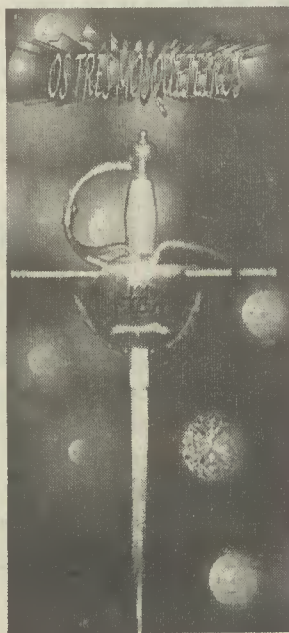
mais adequada em termos de guerra», como se ouviu na voz obviamente qualificada do antigo combatente. O garoto foi, pois, poupado, recolhido, tratado do ferimento de bala que tinha numa das mãos e levado para a base. Acharam-lhe graça, aqueles homens forçosamente endurecidos pela guerra em primeira linha afeiçoaram-se-lhe o bastante para o adoptarem como mascote. Suponho que muitos terão pensado, e muito bem, que apesar de tudo mais valia ter como mascote um miúdo negro que um cão, como era mais costume. Arranjou-se-lhe uma miniatura farda de «comando» e pôs-se-lhe um nome completo. O garoto sabia dizer que se cha-



TEATRO

«Mainstream» no CCB

Continua hoje em cena até Sábado 30, sempre às 21.30, na Sala de Ensaio do CCB, o espectáculo «Mainstream», pelo Pogo Teatro. Com argumento e diálogos de Ruy Otero, João Urbano e Pedro Cabral Santo, este espectáculo, segundo o texto de apresentação do programa, «é um complexo puzzle de linguagens e situações, um espectáculo de metáforas visuais onde, através da relação palco/vídeo, o público se confronta com três universos, aparentemente distintos, em simultâneo: em vídeo, uma narrativa passada nos anos 70, outra nos anos 90 e, no palco, um talk-show.» Tratando-se, para já, do Bloco I deste espectáculo, os outros dois Blocos II e III estão já marcados, respectivamente, para 3 a 6 de Novembro e 12 a 14 do mesmo mês.



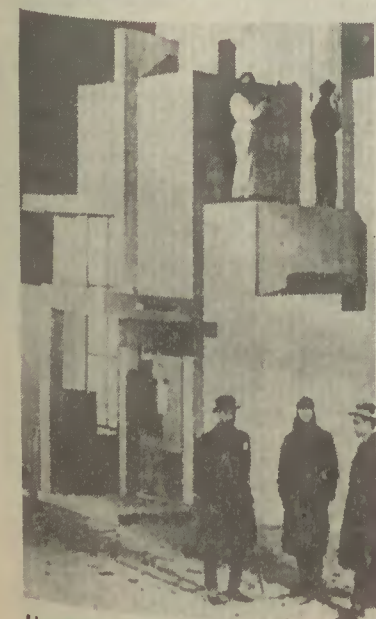
Arranca a época no Maria Matos

Com a representação de «Os Três Mosqueteiros», numa versão de Fernando Gomes, o TIL - Teatro Infantil de Lisboa leva à cena no Maria Matos o primeiro espectáculo de mais uma temporada teatral. Os actores e actrizes são: Agostinho Macedo, Elsa Galvão, Fernando Santana, Joana Bastos, Kim Cachopo, Luis Pacheco, Maria João Vieira, Paulo Neto, Pedro Ramos, Pedro Fernandes, Pessoa Júnior e Rui Raposo. Com espectáculos às quartas e sextas às 10.30 e 15 horas, para escolas e grupos, e aos sábados, domingos e feriados às 15 horas para o público em geral, «Os Três Mosqueteiros» estarão no Maria Matos até finais de Abril.

CINEMA

Cinema e Arquitectura na Cinemateca

Um dos ciclos mais interessantes que, até final deste mês, preenchem a programação da Cinemateca Portuguesa é aquele cujo título reza «Cinema e Arquitectura». Segundo o texto de apresentação, pretende-se privilegiar, mais do que noções demasiado abstractas como «arquitectura da imagem» ou «arquitectura da luz», um enfoque mais directo: «a articulação do espaço urbano no cinema, em filmes, documentários ou de ficção, que apreendem o espaço real, e em filmes que reconstróem este espaço em estúdio, numa arquitectura especificamente cinematográfica, feita em função do espectáculo e das suas condições de produção.» Esta semana, poderão ainda ser vistos, por exemplo: hoje, às 18.30,



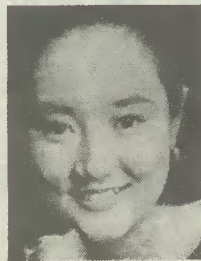
Um fotograma de «L' Inhumaine»

«Lisboa de Ontem e de Hoje», Portugal, de Augusto Fraga (1956), e «A Cidade de Cassiano», Portugal, de Edgar Pera (1991); amanhã, 21.30, «Les Mystrères du Château du Fé», França (1929), de Man Ray, e «L' Inhumaine», França (1923); e no Sábado, às 18,30, «Tokyo-Ga», de Wim Wenders (RFA, 1985), e às 21.30, «Blade Runner», de Ridley Scott (EUA, 1982).

ESCAPARATE

Muitas e variadas músicas

Sem dúvida que, esta semana, há muitos motivos de interesse para os amantes da música - de todas as músicas. Começamos pela Temporada de Música e Dança 1999/2000 da Fundação Calouste Gulbenkian, iniciada neste mês de Outubro, e que nos próximos dias apresenta concertos dignos de nota: por exemplo, hoje à noite, às 21 horas, com repetição amanhã pelas 19 horas, no Grande Auditório da FCG, toca a Orquestra Gulbenkian sob a direcção do maestro Muhay Tang, com a participação ainda de Ju Hee Suh no piano. O repertório a interpretar será constituído por uma obra encomendada pela FCG ao compositor Kiaoyong Chen e duas obras de Tchaikovsky. Já no Sábado, pelas 21, também no mesmo auditório, a famosa Academia de St. Martin in the Fields, sob a direcção de Kenneth Sillito e com Murray Perahia no piano, dará a ouvir obras de Bach, Mozart e Haydn.

festival internacional
Seixal Jazz
1999

«Seixal Jazz '99»

Prossegue, entretanto, no Fórum Cultural do Seixal o habitual e já muito consagrado «Seixal Jazz '99», este ano confirmando a excelente escolha dos grupos convidados. Até segunda-feira próxima, e sempre com dois concertos diários, às 21.30 e 23.30, estão marcados encontros com o quarteto de Lee Konitz e Martial Solal (hoje, 28); amanhã, 29, o quinteto da pianista Myra Melford; no Sábado, o quarteto do pianista Jacky Terrasson; no Domingo, o quarteto do contrabaixista John Patitucci, com o saxtenor de Mark Turner; e, na última noite, o Saxophone Choir de Odean Pope.

«Encontros com a Música» em Loures

Ainda no campo clássico, e com «o principal objectivo de proporcionar à população e agentes locais o acesso a concertos musicais que dinamizem a prática musical no concelho», começaram

no passado dia 23 e terminarão a 14 de Novembro os «Encontros com a Música», organizados pela Câmara Municipal desta cidade. Para os próximos dias, estão previstos os seguintes concertos: 30, 21.30, no Centro Cultural e Social de S. António dos Cavaleiros, «Ópera Nova»; 31, às 17 horas, na Igreja Paroquial de Moscavide, o coral Lisboa Cantat; 5, às 21.30, na Academia Recreativa e Musical de Sacavém, a Orquestra de Clarinetes de Almada; e em 14, às 16.30, na Igreja de S. João da Talha, o Coro Gregoriano de Lisboa.

Música Cubana na Culturgeste

Finalmente, o último destaque vai para o espectáculo que hoje à noite, no Grande Auditório da Culturgeste será realizado pela famosa Orquestra Aragon, fundada há cerca de 60 anos, e que, segundo o programa, «combinando tradição com modernidade, abrange um vasto leque de ritmos que confirmam as fusões tão inovadoras desta orquestra, onde os sons do jazz e ritmos brasileiros e espanhóis se combinam com o cha-cha-cha, dando origem ao swing-cha, samba-cha e ao cha-flamengo.» Ou seja, uma bela mistura!

BANDA
DESENHADAFestival
Internacional
da Amadora

Prossegue, até 7 de Novembro, o X Festival Internacional de Banda Desenhada da Amadora, um certame com enorme projecção nacional e internacional. Este ano, por exemplo, um grande destaque vai para a presença francófona, com grandes nomes da banda desenhada francesa, como por exemplo, Franlois Boucq e Jorodowsky, mas os novos valores da banda desenhada portuguesa serão também um motivo de forte atracção.



Artes Plásticas e Fotografia

Uma exposição original está patente ao público na Estrada Nacional 10, na Amora, Seixal. Intitulada Drive in Arte '4, esta mostra engloba painéis de 2 x 1.85 metros, de 26 jovens artistas residentes no distrito de Setúbal com idades compreendidas entre os 15 e os 30 anos e seleccionados por um júri constituído por um representante da Câmara Municipal do Seixal, um membro da Associação Cultural do Seixal - ARTES e por um artista plástico convidado. Os objectivos desta exposição são «proporcionar um lugar de encontro entre o trabalho de jovens artistas e um público vasto e heterogéneo, constituir um estímulo à criatividade individual e criar as condições para o convívio e partilha de experiências entre os participantes.»

Entretanto, no Barreiro, com o apoio da Câmara Municipal desta cidade, realiza-se até 13 de Novembro o VI Salão Anual da Associação de Artes Plásticas do Barreiro - «Artesfera», uma exposição colectiva que reúne obras de 23 artistas plásticos. A exposição pode ser visitada na Galeria Municipal de Arte, de terça a sábado, das 15 às 19 horas e das 21 às 23 horas.

Numa outra área artística, Carlos Martinho apresenta até 13 de Novembro, na Galeria Municipal de Montemor-o-Novo, a sua exposição de carácter conceptual com base em fotografia e intitulada «Audição Interior».

LIVROS

A Situação
das Mulheres
no limiar
do século XXI

Do limiar do século XXI aproximamo-nos rapidamente, os dias a passarem e todos enredados em lutas e em sonhos, uns mais em lutas por sonhos, outros provavelmente tomando os sonhos por realidades e a realidade por solidez imutável contra a qual é impossível e desnecessário lutar. Este último caso não é certamente o dos comunistas que persistem em convicções e teimam na luta e, assim, analisam as realidades e tentam, em movimento, caracterizá-las para melhor poder moldá-las em futuro. Analisar, confrontar dados, apercebermo-nos do quadro em que a gente se move é, assim, o primeiro passo a dar se queremos que os passos nos



levem em frente. E o Forum promovido pela Organização das Mulheres Comunistas, realizado em 23 de Janeiro passado - como o tempo voa e nos aproxima do novo século! - foi uma importante contribuição para sabermos a Situação das Mulheres. Para depois melhor e mais eficazmente intervir e lutar. Agora, a publicação, pelas edições «Avante!» de todas intervenções lá produzidas, constitui-se em instrumento de trabalho. A Situação das Mulheres no Limiar do Século XXI conta não apenas com as intervenções então proferidas mas também com numerosos dados recolhidos pela organização e «por associações contactadas» no âmbito da preparação do Forum.

A Organização das Mulheres Comunistas, que preparou este livro e assina a introdução, afirma que aquela realização não ambicionou «chegar a orientações ou traçar orientações precisas», mas tentou «melhor conhecer e aprofundar a realidade das mulheres de hoje e os fenómenos que a determinam. «Procurando», sublinha, «avaliar as alterações socioeconómicas, políticas e culturais registadas em Portugal e no mundo, ao longo deste século, e as suas consequências em termos de avanços ou recuos nos direitos políticos e sociais».

Registando depois o «sabor a pouco» do debate de então, a Organização das Mulheres Comunistas, adianta que «esta brochura pretende apenas lançar pistas de discussão sobre uma temática que, nunca se esgotando, impõe-se acompanhar no dia a dia.»

As pistas ficam lançadas.

A TALHE DE FOICE

O Bastonário

Numa entrevista publicada no DN, o Dr. Germano de Sousa, Bastonário da Ordem dos Médicos, afirmou-se mais uma vez um homem de certezas o que, convenhamos, não constitui grande originalidade. A ascensão intelectual feita há cerca de 2500 anos por Sócrates a caminho do seu célebre «Só sei que nada sei» sempre teve, desde esses 2500 anos para cá, o contraponto de abundantes criaturas propensas a descer alegremente a ladeira por onde escorra uma grande e contrária certeza — a de que sabem tudo.

Perguntado sobre o que pensa das medicinas alternativas, o Sr. Bastonário soterra-as numa avalanche de certezas e só condescende com a acupuntura, a quem reconhece que «tem efeitos bem comprovados», embora considere, desdenhosamente, que um médico da medicina tradicional chinesa «deve exercer na sociedade que o aceita».

Se assim é, por que não consente a Ordem dos Médicos o exercício da medicina tradicional em Portugal (e não estamos a falar de curandeiros nem mezinhas), flagrantemente aceite e frequentada pela sociedade portuguesa? Quanto à homeopatia, «é vender água pelo preço de ouro» e não passa de «um sistema dito “médico” porque pressupõe bases científicas que não têm a mínima correspondência com o que o progresso científico sabe». O que o progresso científico sabe deve-o, em grande medida, ao facto de não cristalizar o método em que assenta — a experimentação e a verificação — num fim que produz verdades absolutas, mas num instrumento que gera certezas provisórias. Quanto à homeopatia, não sei se é apenas água ou mais do que isso, mas também sei com saber de experiência feito que a Medicina convencional servida aos portugueses está longe de tranquilizar os cidadãos e mais longe ainda de reivindicar a arrogância do saber total.

Além disso, buscar respostas naturais para a enfermidade não é também experimentar e verificar? E a Medicina, seria hoje o que é sem essas outras investigações dos padecimentos que não se entrincheiram no bloco operatório nem vêm as patologias do mundo exclusivamente a partir dum laboratório farmacêutico? E será correcto ver o corpo humano através deste fundamentalismo científico do Sr. Bastonário, olhando-o como uma espécie de máquina onde apenas se pode intervir com peças de origem nos laboratórios farmacêuticos? Mas se nem os automóveis são tão lineares! Muitas vezes basta perceber-lhes os ruídos para os livrar de tormentos prematuros nas oficinas! Veja-se o rosário de sofrimentos que regularmente é desfiado nos serviços de ortopedia deste país no tratamento de deslocamentos de ossos: enfaixados cientificamente, encharcados de analgésicos, os pacientes acabam frequentemente a encontrar o fim do seu calvário nas mãos dum «endireita». Às vezes o «endireita» dá para o torto, o que é mau, mas verdadeiramente mau não é haver «endireitas» armados em médicos, é não haver médicos que tenham a capacidade dos endireitas para aliviar os pacientes. E nunca há de haver, com esta obsessão em se restringir o mundo a um laboratório de verdades absolutas.

Todavia, um momento houve em que o cientismo do Sr. Bastonário claudicou, convocando o simples desinteresse da indústria farmacêutica pelos medicamentos alternativos como prova de que «sabem que não tem efeito...»

Sabem como? Onde é que o demonstraram «cientificamente»? E não haverá hipótese de tal rejeição procurar, simplesmente, que não lhes estraguem o monopólio?

O que sabemos, Sr. Bastonário, é que a reivindicação corporativa do saber absoluto nunca passou de uma arrogância anticientífica movida por interesses particulares e desembocando, invariavelmente, na prepotência e na impunidade.

Como, aliás, se viu na sua chocante indução de que o próprio Presidente da República andaria a promover os bruxos e curandeiros, só porque não prestou vassalagem à sua concepção de acto médico...

■ Henrique Custódio

Adiada a execução de Abu-Jamal

A execução do jornalista norte-americano e activista dos direitos dos negros, Mumia Abu-Jamal, marcada para o próximo dia 2 de Dezembro, foi adiada, na terça-feira, por decisão do juiz Federal William Yohn.

O adiamento, por vários meses, deve-se ao facto de o juiz entender que necessita de apreciar com tempo e serenidade os diversos requerimentos apresentados pelos advogados de defesa, que alegam a inocência de Abu-Jamal e consideram ter havido pelo menos 29 violações processuais durante o julgamento.

«É a primeira vez, ao fim de 17 anos, que surge a esperança de poder apresentar os factos diante de um tribunal neutro e equitativo», afirmou o defensor Leonard Weinglass.

A acção dos advogados de Abu-Jamal tem sido acompanhada em todo o mundo por movimentos de apoio à defesa e luta pela sua libertação.

Em Portugal, a Frente Anti-Racista está a recolher assinaturas nesse sentido e a Juventude Comunista Portuguesa lançou, com outras estruturas juvenis, um abaixo-assinado exigindo a imediata suspensão da condenação à morte deste activista dos direitos humanos.

O texto deste abaixo assinado lembra que Abu-Jamal foi acusado do assassinio de um polícia e condenado pelo juiz Sabo, que detém o triste recorde absoluto de condenações à morte nos EUA, com a particularidade de todas as suas vítimas, com excepção de uma, serem negros.

Aliás, aquando da reabertura do processo, em 1995, recusou ouvir testemunhas fundamentais, reincidindo na condenação. Sabo é também membro da Ordem Fraternal da Polícia, organização responsável pela recente divulgação de uma 'lista negra' com os nomes dos defensores de Abu-Jamal.

Assim, os subscritores do abaixo-assinado, considerando «a suspensão da execução da mais elementar justiça e do

mais elementar respeito pelos direitos humanos», exigem ainda «a imediata reabertura do processo, desta vez julgado com imparcialidade e com outro juiz».

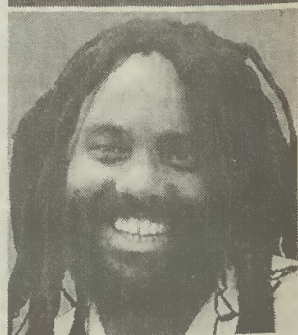
Ao mesmo tempo, condenam «vivamente as discriminações raciais existentes no sistema penal norte-americano, país que se auto-proclama defensor máximo dos direitos humanos» e «que mantém actualmente nos corredores da morte 3500 pessoas.»

Destacamos os subscritores iniciais do abaixo-assinado contra a execução de Abul Jamal:

Alexandre Silva, Estudante do ISCTE; Álvaro Carvalho, membro da Dir. da AE da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Ana Balão, socióloga, membro da Ass. Municipal de Avis; Ana Rita Domingos, Atleta; Ana Sofia Jesus, Dirigente AAEE da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça; André Amador, Presidente da AAEE da Escola Sec. de Peniche; Ângela Sabino, membro da Direcção da Associação de Estudantes da Universidade de Évora; Ângelo Alves, Dirigente Nacional da JCP; Armando Torrinha, Presidente da Associação Juvenil Mundo Comum; Artur Pinheiro, Membro da Assembleia Municipal de Campo Maior; Associação «Os Pioneiros de Portugal»; Associação Académica da Universidade Moderna de Setúbal; Associação Académica de Coimbra; Associação de Estudantes do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa; Bruno Dias, membro do CCJ, membro da Assembleia Municipal de Almada; Bruno Pires, Presidente da AAEE da Esc. Sec. Alves Martins; Carlos Cruz, Dirigente da «Nascente» - Cooperativa de Acção Cultural;

Célia Violante, Dirigente Nacional da JCP; Clube 3A; Elsa Paixão, Dirigente Nacional da JCP; Estêvão Fernandes, membro da RENITIL; Fátima Silveirinha, Dirigente Nacional da JCP; Fernando Ambrioso, Coordenador da Interjovem; Fernando Ramalho, Dirigente Nacional da JCP; Gilda Cardoso, Estudante do pólo de Viseu da Universidade Católica; Gonçalo Caroco, membro da Dir. da AE da Faculdade de Ciências de Lisboa; Gustavo Carneiro, Dirigente Nacional da JCP; Hélder Morais, Presidente da AAEE da Esc. Sec. Diogo de Gouveia; Hugo Capote, Presidente da Associação Académica de Coimbra; Hugo Duarte, Dirigente Nacional da JCP; Inês Zuber, membro do «Direito de Optar» Plataforma para a despenalização do Aborto; Joana Patrício, membro da Dir. da AE da Faculdade de Psicologia da Univ. de Lisboa; João Pauzinho, Dirigente Nacional da JCP; João Rosa, Presidente da Associação Académica da Universidade Moderna de Setúbal; João Silva, Dirigente da Associação de Estudantes da Esc. Sec. André de Gouveia; João Simas, membro da Direcção da AAEE da Esc. Sec. Severim de Faria; Jorge Martins, Dirigente Nacional da JCP; José Afonso Cardoso, Dirigente Associativo (Viseu); José Guilherme Gusmão, membro da Direcção da AE do Inst. Sup. de Economia e Gestão; Juventude Comunista Portuguesa; Luís Fernandes, coordenador do Clube 3A; Manuel Fonseca e Silva, membro do Secretariado da Direcção da Frente Anti-Racista; Margarida Botelho, licenciada em Comunicação Social, Dirigente Nacional da JCP; Mário Peixoto, Dirigente Nacional da JCP; Miguel Madeira, Dirigente do Casa Pia Atlético Clube, Dirigente Nacional da JCP; Nuno Costa, Presidente da Associação de Estudantes da Universidade de Évora; Nuno Cruz - Músico; Nuno Guedelha,

LIBERDADE PARA ABU-JAMAL



Músico; Nuno Teixeira, Dirigente Nacional da JCP; Osvaldo Marta, Dirigente Nacional da JCP; Paula Borges, vereadora da Câmara Municipal de Sintra; Paula Peres, membro da Dir. da AE do ISCCP; Paulo Afonso, Presidente da Mesa da Ass. Geral da Associação Académica de Lisboa; Paulo Raimundo, Dirigente Nacional da JCP; Pedro Bilout, Dirigente do Grupo Cénico da Sociedade Operária de Instrução e Recreio Joaquim António de Aguiar; Pedro Frias, Dirigente Associativo do Ensino Superior - Porto; Pedro Pina, Presidente da Associação de Estudantes do Inst. Sup. de Serviço Social de Lisboa; Pedro Silva, Dirigente Nacional da JCP; Pedro Vieira, Estudante da Fac. de Economia da Universidade Nova de Lisboa; Ricardo Oliveira, Dirigente Nacional da JCP; Rita Carrilho, membro da Dir. da AE da Faculdade de Ciências de Lisboa; Rita Lima, Dirigente Associativa do Ensino Superior; Rodrigo Martins, Presidente da AAEE da Esc. Sec. D. Manuel I; Rui Capote, Presidente da Associação de Estudantes da Esc. Sec. Mouzinho da Silveira; Rui Pascoal, Estudante do Instituto Politécnico da Guarda, Dirigente da JCP; Rui Vasco Silva, Dirigente Nacional da JCP; Sandra Costa, Presidente da AAEE da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça; Sandra Pimenta, membro do Executivo da Associação «Os Pioneiros de Portugal»; Sérgio Alves, Dirigente Associativo do Ensino Superior do Porto; Sérgio Martins, Dirigente Nacional da JCP; Sociedade Operária de Instrução e Recreio Joaquim António de Aguiar; Susana Gaspar, Estudante do Instituto Superior de Dança; Telmo Pinheiro, membro da Direcção da AAEE da Escola Sec. de Peniche; Tiago Redondo, Membro da Dir. da AE da Faculdade de Letras de Lisboa; Vanda Santos, Dirigente Nacional da JCP; Vanessa Silva, Membro da Direcção do Conselho Nacional de Juventude, Dirigente Nacional da JCP; Vasco Guerreiro, Membro da Direcção da AAEE da Esc. Sup. de Ciências Empresariais de Setúbal; Vasco Matos, membro da Direcção da Frente Anti-Racista; Vasco Serra Cardoso, Presidente da Associação Académica da Universidade da Beira Interior; Vera Martins, Vice-Presidente da AAEE Esc. Sec. Alves Martins; Vitor Oliveira - Músico.

Prémio Norte-Sul para Marrocos Protesto em S. Bento

Amanhã, dia 29, pelas 19 horas, frente à Assembleia da República, irá decorrer uma acção de protesto, organizada pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação, que visa protestar contra a atribuição do Prémio Norte-Sul ao primeiro-ministro marroquino.

Nesse mesmo momento, na Sala do Senado da Assembleia da República, estará a ser entregue o Prémio Norte-Sul 1999 de Lisboa - atribuído anualmente a duas personalidades destacadas pelo seu trabalho em matéria de Direitos Humanos e promoção da democracia pluralista - e que distinguiu, este ano, Emma Bonino e Abder-

rahmane Youssoufi, primeiro-ministro de Marrocos, país que há já 24 anos ocupa o Sahara Ocidental, a pátria do povo saharauí.

No comunicado em que convida para esta iniciativa, o CPPC lembra que «Marrocos tem-se dedicado, nos últimos 24 anos, à repressão sangrenta do povo do Sahara Ocidental. Negando-lhes o direito a uma pátria, expulsando-os para campos de refugiados, torturando e matando homens, mulheres e crianças. Contra todas as decisões da ONU, do Tribunal Internacional da Justiça de Haya, do parlamento Europeu e da OUA».

Perante estes factos, o CPPC decidiu «denunciar esta vergo-

nha aos portugueses», com uma acção simbólica. Assim, frente à AR, «vai decorrer a entrega dos prémios Ali Há Lata, distinguindo outras personagens com méritos semelhantes aos do governo marroquino; começando pelo General Wiranto e terminando com o Prémio para a Melhor Comédia, destinado à cerimónia oficial que está a decorrer naquele instante na AR».

Nesta iniciativa irão intervir Ahmed Salama, representante em Portugal da Frente Polisário e um dirigente do Conselho da Paz.

«Não vamos fingir que não é nada connosco», afirma o CPPC.

